



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

**RELATÓRIO DE GESTÃO
2008**

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	5
1.1 – Identificação.....	6
1.2 – Responsabilidades Institucionais	6
2 – MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL.....	12
2.1 - A Reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.....	13
3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO A PARTIR DE ABRIL DE 2007	17
3.1 Assessoria do Gabinete e a Comissão de Ética da SEAE	18
3.1.1 – Ouvidoria e Assessoria de Comunicação do Secretário	18
3.1.1.1 - Ações na área de Comunicação Social da SEAE.....	18
3.1.1.2 - Ações na área de Ouvidoria	19
3.1.2 – Comissão de Ética	20
3.1.3 – Projetos de Cooperação Internacional e Acordos de Cooperação Técnica	21
3.1.3.1 – PACE	21
3.1.3.2 – PRO-REG – Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório	23
3.1.3.3 - Acordo de Cooperação Técnica com a FGV	24
3.2 – Gestão Patrimonial – Dados Situacionais.....	24
3.2.1 - Evolução Tecnológica	25
3.2.1.1 - Política de Gestão dos Recursos Tecnológicos.....	25
3.2.1.2 – Bases de Dados Estatísticas	26
3.2.1.3 - Sistema de Fluxo de Processos e Documentos - Sistema Littera.....	27
3.2.1.4 - Sistemas RH e RTI, SIGIN e Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e Projeto DW/BI	27
3.2.1.5 - Infra-estrutura tecnológica.....	29
3.3 - Gestão de Recursos Humanos - Dados Situacionais.....	28
3.4 – Gestão Financeira – Dados Situacionais	54
3.4.1 – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).....	54
3.4.2 – Suprimento de Fundos/Serviços.....	54
3.5 – Processos de Controle – Controles da Gestão.....	54
3.5.1 - Controle interno da gestão.....	54
3.5.2 - Controle externo da gestão	56
4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....	57
4.1. Programas	57
4.1.1 – 0780 – Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados	59
4.1.1.1 - Dados gerais.....	59
4.1.1.2 - Ações do Programa 0780.....	60

4.1.2 – 0695 – Programa de Defesa Econômica e da Concorrência.....	66
4.1.2.1 - Dados gerais.....	66
4.1.2.2 - Ação do Programa 0695	66
4.1.3 - Resultados.....	70
5 – DESEMPENHO OPERACIONAL.....	73
5.1. Indicadores de Gestão.....	73
5.1.1 – Indicadores de Eficiência.....	73
5.1.1.1 - Nível de Atendimento ao Cliente Via Correio Eletrônico.....	73
5.1.1.2 - Eficiência quanto à Ação “Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais”	73
5.2 - Indicadores de Eficácia	74
5.2.1 - Orçamento e finanças	74
5.2.2 - Arrecadação de receitas próprias	74
5.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas.....	75
5.2.4 - Indicadores sobre as Ações do PPA.....	75
5.2.4.1 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos.....	75
5.2.4.2 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	75
5.2.4.3 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais....	75
5.2.4.4 - Sistema Informatizado da Secretaria.....	75
5.3 – Indicadores de Economicidade	76
5.3.1 - Custos dos Serviços de Informática	76
5.4 – Evolução dos Gastos.....	76
5.4.1 – Principais Gastos Ocorridos.....	76
6 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008	78
7 – Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008	77
8 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	77
9 – Demonstrativo do Fluxo Financeiro de projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	77
10 – Informações sobre Renúncia Tributária, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	78

11 – Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	78
12 – Resultados de avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundo, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	78
13 – Recomendações da SFC/CGU no Relatório de Auditoria no. 208807, relativo ao exercício de 2007, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008).....	78
14 – Determinações do TCU referentes ao Processo de Tomada de Contas nº 016.774/2006-2, relativo ao exercício de 2006, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008)	78
15 – Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Processos de Tomadas de Contas Especiais e demonstrativos relacionando os Processos de Tomadas de Contas Especiais, cujo envio ao TCU foi dispensado, com base nos incisos I a IV do parágrafo 1º do art. 5º da IN TCU nº 56/2007, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	78
16 – Apuração de denúncias recebidas: número do processo, fato denunciado e providências dotadas..	79
17 – Impacto Sócio-Econômico da Atuação da SEAE.	79
ANEXO I - PLANEJAMENTO 2009 - ÁREA DE GESTÃO.....	81
1.1 - Diretrizes Estratégicas.....	82
1.2 – Metas por área de Gestão.....	83
ANEXO II - PLANEJAMENTO 2009 – ÁREA FINALÍSTICA	89
ANEXO III – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.....	111
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	115
ANEXO V – ROL DE RESPONSÁVEIS.....	117



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE**

1 - INTRODUÇÃO

Tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TCU n.º 57, de 27 de agosto de 2008, na Decisão Normativa TCU n.º 93, de 3 de dezembro de 2008, na Norma de Execução SE/CGU/PR 3/2008, de 19 de dezembro de 2008, que estabelecem as diretrizes, os princípios e os conceitos para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e as instruções sobre a formalização dos processos de tomada e de prestação de contas, esta Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) apresenta seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2008.

Este Relatório de Gestão visa relatar o andamento e a execução dos Programas e Ações pelos quais a Secretaria de Acompanhamento Econômico é responsável, de acordo com os critérios definidos no Plano Plurianual (PPA 2005-2008) e outras ações de gestão que a Secretaria julga importantes. A compatibilidade entre as Ações preconizadas no PPA e as informações detalhadas na Instrução Normativa n.º 57 TCU permite a comparação entre a atuação da Secretaria e o Programa de Governo ora em curso, além de possibilitar o uso de indicadores de desempenho, a fim de medir a economicidade, a eficiência e a eficácia das ações a cargo desta unidade administrativa.

Partindo-se dessa premissa, este Relatório de Gestão detalhará, inicialmente, as responsabilidades institucionais desta Secretaria de Acompanhamento Econômico, a estratégia de atuação conjuminada às ações de gestão mais importantes e relevantes para a Secretaria, em seguida os Programas e Ações de Governo executadas pela SEAE, os indicadores de gestão que permitem a aferição da eficiência, da eficácia e da economicidade da ação administrativa, as medidas para sanear as disfunções estruturais, os projetos de modernização institucionais de longo prazo e os dados situacionais e processos de controle. Por fim, este relatório informará o impacto sócio-econômico da atuação da SEAE.

1.1 – Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da SEAE

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE	
Natureza jurídica	Órgão singular	
Vinculação ministerial	Subordinado ao Ministério da Fazenda	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A SEAE foi criada em 1/1/1995, pela MP 813. Para o ano de 2008, as competências e a estrutura organizacional estão definidas no Decreto 6.313, de 19.12.2007, que passou a vigorar a partir de 2.1.2008, posteriormente pelo Decreto 6531, de 4.8.2008 e por último pelo Decreto 6661, de 25.11.2008.	
CNPJ	00.394.460/0407-98	
Nome e código no SIAFI	Secretaria de Acompanhamento Econômico – Unidade Gestora 170004, Gestão 00001	
Código da UJ titular do relatório	idem	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica à SEAE	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.seae.fazenda.gov.br/	
Regimento Interno	Portaria GMF nº 131, de 1.7.2008, publicada no Boletim de Pessoal do Ministério da Fazenda nº 27, de 4.7.2008	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	125 – Normatização e fiscalização	
Tipo de atividade	422 – Direitos Individuais, Direito Coletivo e Direitos Difusos	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Acompanhamento Econômico	170004

1.2 – Responsabilidades Institucionais

A missão institucional da SEAE é delinear, coordenar e executar as ações do Ministério da Fazenda, no tocante à elaboração e gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica, de forma a promover a eficiência econômica dos mercados produtores e consumidores, a melhoria do bem-estar do consumidor e o desenvolvimento econômico.

Nos moldes do Decreto nº 6764, de 10 de fevereiro de 2009, que estabelece a estrutura regimental do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Acompanhamento Econômico, CNPJ 00.394.460/0407-98, Unidade Gestora 170004, Gestão 0001, é um órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro da Fazenda, foi criada por meio da Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, funciona em Brasília e conta com duas Unidades Descentralizadas nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O endereço da página institucional na Internet é <http://www.seae.fazenda.gov.br/>

Brasília: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF
Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798

Rio de Janeiro: Av. Presidente Antônio Carlos, 375 - 10º Andar - Sala 1029 – Centro
Rio de Janeiro – RJ CEP 20020-010
Telefones: +55 21 3805-2077 / 3805-2075 - Fax: +55 21 3805-2079

São Paulo: Av. Prestes Maia, 733 - Sala 2102
Edifício do Ministério da Fazenda - São Paulo SP – CEP 01031-001
Telefone: +55 11 2113-2032 - Fax: +55 11 2113-2034

A SEAE foi criada em 1º de janeiro de 1995, por meio da Medida Provisória nº 813, como resultado do desmembramento da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Tendo em vista seu papel em questões relativas ao acompanhamento de preços e ao reajuste de tarifas públicas, herdou parte de estrutura de unidades do Executivo responsáveis, no passado, pelo controle de preços da economia, a exemplo do extinto Conselho Interministerial de Preços - CIP.

A questão do acompanhamento econômico, no entanto, é bastante anterior à criação da SEAE, remetendo-se à Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços - CONEP - criada, em 23 de fevereiro de 1965, no âmbito da Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB. A CONEP estava autorizada a conceder estímulos de caráter fiscal e creditício a empresas que se comprometessem a manter estáveis, ou só aumentar com autorização prévia, os preços de seus produtos. Em 29 de agosto de 1968, foi instituído o Conselho Interministerial de Preços - CIP -, com a atribuição de fixar e fazer executar as medidas destinadas à implementação da sistemática reguladora de preços.

Em 24 de setembro de 1979, foi criada, no âmbito da Presidência da República, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços - SEAP, sendo sucedida, em 10 de maio de 1990, pelo Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), subordinado à Secretaria Nacional de Economia do extinto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Mais recentemente, em 19 de novembro de 1992, era instituída, no âmbito do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Política Econômica, que, desmembrada dois anos depois, deu origem à Secretaria de Acompanhamento Econômico.

A SEAE é o principal Órgão do Poder Executivo encarregado de acompanhar os preços da economia, subsidiar decisões em matéria de reajustes e revisões de tarifas públicas, bem como apreciar atos de concentração entre empresas e atuar na repressão a condutas anticoncorrenciais e anticompetitivas, tendo atribuições em três esferas distintas, a saber: defesa e promoção da concorrência, regulação econômica e acompanhamento de mercados não-regulados.

Na área de defesa e promoção da concorrência, a SEAE integra, junto com a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O objetivo principal desse Sistema é a promoção de uma economia competitiva por meio da prevenção e da repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a concorrência. A atuação

desses órgãos é pautada pela Lei de Defesa da Concorrência – Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, e subdivide-se em três vertentes: o controle de concentrações (ou controle de estruturas de mercado), via apreciação de fusões, aquisições e incorporações de empresas; a repressão a condutas anticoncorrenciais e a promoção ou “advocacia” da concorrência.

No que se refere ao acompanhamento e controle de concentrações de atividades de mercado, o SBDC atua analisando preventivamente se a concentração entre empresas (fusões, aquisições, incorporações etc.) pode causar efeitos prejudiciais à concorrência. Os atos de concentração têm, potencialmente, efeitos negativos e positivos sobre o bem-estar econômico. Os efeitos negativos decorrem de um eventual exercício de poder de mercado pela empresa concentrada – aumento de preços, fundamentalmente - enquanto os efeitos positivos derivam de economias de escala, de escopo, de redução de custos de transação, entre outros, que podem proporcionar vantagens competitivas para as empresas participantes.

A SEAE procede, então, a uma análise dos custos e dos benefícios dos atos de concentração, sugerindo a aprovação daqueles que gerarem efeitos líquidos não-negativos para o bem-estar econômico e a reprovação ou a adoção de medidas corretivas em relação àqueles que gerarem efeitos líquidos negativos. Para ponderar custos e benefícios dos atos de concentração, a SEAE e a SDE utilizam o Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal, adotado em agosto de 2001, disponível em <http://www.fazenda.gov.br/SEAE/>, no link de Guias para Análise Econômica.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nesses casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e ou a SDE pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso, para apurar os fatos. O CADE aprecia, com base nas opiniões da SDE e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

A promoção ou “advocacia” da concorrência refere-se ao papel educativo e preventivo das autoridades antitruste na disseminação da “cultura da promoção da concorrência” e ao papel de, direta ou indiretamente, essas autoridades influírem na formulação das demais políticas públicas, de modo a garantir que a concorrência seja incentivada ao máximo.

No que se refere à área de regulação, a atuação da SEAE visa à elevação da eficiência dos mercados por meio da redução de barreiras à concorrência e à inovação. A SEAE trabalha permanentemente na proposição de novos modelos de regulação, na reforma dos modelos existentes e na desregulamentação de setores específicos, na elaboração de arcabouços regulatórios de setores e agências governamentais, no acompanhamento da variação de preços (inflação) com enfoques específicos e visão de comportamento de mercados. O objetivo dessas ações é atualizar regulamentações econômicas, de modo a estimular a concorrência e permitir, aos mercados, a autodeterminação de suas principais variáveis. Essa atividade visa ainda ao

fornecimento de subsídios para elaboração de políticas econômicas, uma vez que a SEAE possui a visão do lado real da economia, ou seja, do comportamento de preços e evolução da economia, principalmente. Sempre que possível, busca-se a eliminação parcial ou completa de normas que dificultem o acesso de novos produtores ao mercado como forma de melhorar, por meio da maior competição, o desempenho de um segmento específico.

Além disso, a SEAE tem, em virtude das competências atribuídas ao Ministério da Fazenda pelo Art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, a função de fixar normas e critérios para a concessão de reajustes e revisões de preços públicos e tarifas de serviços públicos, observadas as competências das Agências Reguladoras criadas após o advento da citada Lei.

O acompanhamento de mercados, conforme mencionado, representa a terceira esfera de atuação da Secretaria.

A política de defesa da concorrência possui interfaces com outras políticas governamentais cujas conseqüências econômicas afetam os mercados nacionais e, com a abertura de mercados e globalização, afeta ainda mercados internacionais concorrentes. Assim, faz-se necessário que a formulação e a implementação das demais políticas públicas levem em conta os princípios competitivos, de modo a evitar distorções no mercado e preservar a consistência do conjunto de decisões governamentais. É nesse sentido que a política antitruste deve ser vista como o quarto pilar da política econômica governamental, juntamente com as políticas monetária, fiscal e comercial.

Tal interdependência é especialmente relevante no quadro de profundas transformações que a economia brasileira vem sofrendo na última década, as quais influenciam diretamente a ação do Executivo e, conseqüentemente, redefinem as atribuições de seus órgãos. No caso específico da SEAE, o macroprocesso de acompanhamento de mercados reveste-se de importância fundamental, tendo em vista a intensificação da abertura comercial e da globalização dos mercados, a consolidação do Brasil como global trader e mercado consumidor de grande potencial, a consolidação do Mercosul, com a decorrente ampliação do mercado consumidor regional e a mudança do papel do Estado, no âmbito dos serviços públicos e infraestrutura, de interventor para regulador da economia.

É nesse contexto que a SEAE, ao exercer a atividade de acompanhamento de mercados, busca identificar qualquer conduta dos agentes econômicos que possa vir a afetar o funcionamento normal da atividade econômica. Para exercer tais atividades, a SEAE tem buscado o intercâmbio com outros órgãos governamentais – entre os quais se destaca a cooperação com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN), bem como com as entidades privadas relacionadas aos assuntos em foco, além de marcar presença nos fóruns internacionais e nacionais pertinentes como representante do Ministério da Fazenda nos assuntos ligados à defesa da concorrência e regulação econômica.

A principal característica das atividades de acompanhamento de mercados está na diversidade de assuntos contemplados. Os esforços da Secretaria se concentram principalmente em quatro grandes áreas: (i) negociações internacionais (fóruns negociadores de alteração

tarifária e acesso a mercados, por exemplo, OMC e Mercosul); (ii) defesa comercial (análise, sob a ótica da defesa da concorrência, do impacto de medidas antidumping e salvaguardas sobre o bem-estar do consumidor); (iii) acompanhamento de preços (coleta de informações e análise de impacto sobre os principais índices nacionais); e (iv) identificação e monitoramento de mercados disfuncionais (setores sujeitos a barreiras concorrenciais, como a proteção tarifária, os direitos antidumping, as barreiras técnicas ou regulatórias, dentre outras).

A SEAE dedica-se também a atividades relativas à autorização e fiscalização de sorteios, prêmios e promoções comerciais levados a cabo por instituições financeiras e presta auxílio à Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da elaboração de Pareceres para apoiar aquele Órgão na defesa da União em processos em que esta é ré. Essas duas atividades são desenvolvidas pela COGAP (Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais).

O assessoramento à AGU se dá no âmbito de processos que envolvem, principalmente, preços de produtos, controlados ou não, e análise de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão e permissão.

Assim, observa-se que a SEAE expandiu suas atribuições em decorrência das necessidades que surgiram para o atendimento das missões propostas pelo Plano Real e também devido à maior complexidade que uma economia moderna e globalizada apresenta.

De acordo com o Art. 17 do Decreto n.º 6.661, de 25 de novembro de 2008, publicado no DOU de 26.11.2008, a SEAE teve, até 31 de dezembro de 2008, as seguintes competências¹:

I – propor, coordenar e executar as ações do Ministério, relativas à gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica;

II - assegurar a defesa da ordem econômica, em articulação com os demais órgãos do Governo encarregados de garantir a defesa da concorrência, e para tanto:

a) emitir pareceres econômicos relativos a atos de concentração no contexto da Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994;

b) proceder a análises econômicas de práticas ou condutas limitadoras da concorrência, instruindo procedimentos no contexto da [Lei n.º 8.884, de 1994](#); e

c) realizar investigações de atos ou condutas limitadoras da concorrência no contexto da Lei n.º 9.021, de 30 de março de 1995, e da Lei n.º 10.149, de 21 de dezembro de 2000;

III - acompanhar a implantação dos modelos de regulação e gestão desenvolvidos pelas agências reguladoras, pelos ministérios setoriais e pelos demais órgãos afins, opinando, a seu juízo ou quando provocada, dentre outros aspectos, acerca:

a) dos reajustes e das revisões de tarifas de serviços públicos e de preços públicos;

¹ O Decreto 6.102, de 30 de abril de 2007, foi revogado pelo Decreto 6.313, de 20 de dezembro de 2007, que passou a vigorar a partir de 02 de janeiro de 2008. Este foi revogado pelo Decreto 6531, de 4 de agosto de 2008, que por sua vez foi revogado pelo atual Decreto 6.661, de 25 de novembro de 2008. O Decreto 6.661/2008 foi revogado pelo Decreto 6.764, de 10 de fevereiro de 2009.

b) dos processos licitatórios que envolvam a privatização de empresas pertencentes à União; e

c) da evolução dos mercados, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos a processos de privatização e de descentralização administrativa;

IV - autorizar e fiscalizar, salvo hipótese de atribuição de competência a outro órgão ou entidade, as atividades de distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda, mediante sorteio, vale-brinde, concurso, ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular, nos termos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;

V - autorizar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as atividades de que tratam os Decretos-Leis nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, e nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;

VI - autorizar e fiscalizar as atividades de que trata o art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984;

VII – promover o funcionamento adequado do mercado, e para tanto:

a) acompanhar e analisar a evolução de variáveis de mercado relativas a produtos ou a grupo de produtos;

b) acompanhar e analisar a execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, interagindo com órgãos envolvidos com a política de comércio exterior;

c) adotar, quando cabível, medidas normativas sobre condições de concorrência para assegurar a livre concorrência na produção, comercialização e distribuição de bens e serviços;

d) compatibilizar as práticas internas de defesa da concorrência e de defesa comercial com as práticas internacionais;

e) avaliar e se manifestar-se acerca dos atos normativos e instrumentos legais que afetem as condições de concorrência e eficiência na prestação de serviços, produção e distribuição de bens; e

f) propor, avaliar e analisar a implementação das políticas de desenvolvimento setorial e regional;

VIII - formular representação perante o órgão competente, quando identificada norma ilegal e/ou inconstitucional que tenha caráter anticompetitivo;

IX – acompanhar o desenvolvimento de setores e programas estratégicos de desenvolvimento e para isso:

a) acompanhar estrategicamente os setores e atividades produtivas da economia brasileira; e

b) representar o Ministério da Fazenda em ações interministeriais, associações e nos seminários dos programas estratégicos de desenvolvimento econômico;

X – desenvolver os instrumentos necessários à execução das atribuições mencionadas nos incisos I a VIII deste artigo; e

XI - promover a articulação com órgãos públicos, setor privado e entidades não-governamentais também envolvidos nas atribuições mencionadas nos incisos I a VIII deste artigo.

Como mencionado anteriormente, a SEAE passou a ter nova estrutura organizacional, com base no Decreto 6.313, de 20 de dezembro de 2007, que passou a vigorar a partir de 2 de janeiro de 2008, além de terem sido incorporadas novas atribuições relacionadas ao acompanhamento do desenvolvimento dos diversos setores da economia e aos programas estratégicos de desenvolvimento do governo. Tal Decreto foi revogado pelo Decreto 6.531, de 4 de agosto de 2008. Atualmente, o Decreto 6.764, de 10 de fevereiro de 2009, versa sobre a estrutura organizacional do Ministério da Fazenda.

2 – MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Desde sua criação e até o início de 2003, a principal vertente de atuação da Secretaria era a defesa da concorrência. Ocorre que a partir de então, o Governo tem priorizado crescentemente em sua agenda temas atinentes à regulação econômica e ao acompanhamento de mercados e a SEAE tem sido bastante demandada nesse sentido.

A partir de abril de 2007, a SEAE recebeu nova gestão e diversas alterações de atribuições e cargos foram negociadas sob demanda do Senhor Ministro e em colaboração com a Secretaria Executiva.

As alterações visavam à incorporação pela SEAE de grande parte das atribuições de acompanhamento dos planos de desenvolvimento do governo (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), ao acompanhamento dos diversos setores da economia do mercado interno e externo, e à passagem para a Secretaria de Política Econômica (SPE) da área de análise de política agroindustrial e o relacionamento com o Conselho Monetário Nacional (CMN).

No que tange ao PAC, ficou estabelecido que a SEAE, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), seria a representante do Ministério da Fazenda no GEPAC (Grupo Gestor do PAC - GEPAC). A SEAE passou e continua a freqüentar a grande maioria das salas de situação e a emitir pareceres sobre os impactos econômicos e o posicionamento do Ministério da Fazenda nas ações do referido Plano de Desenvolvimento.

Outra alteração significativa nas atribuições regimentais da SEAE foi a incorporação do acompanhamento econômico dos diversos setores da economia, com avaliação das variações dos preços relativos, do movimento concorrencial dos mercados internos e dos mercados externos, de forma não só a promover a concorrência doméstica, mas também acompanhar as estratégias de concorrência internacional *vis-à-vis* acordos firmados internacionalmente.

Por fim, a terceira grande alteração regimental ficou por conta da transferência para a SPE das atribuições de acompanhar a implementação, para os setores agrícola e agroindustrial, dos marcos regulatórios, normativos e dos instrumentos de políticas públicas voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à produção e ao consumo. A SEAE então deixa de ser a responsável regimental pela elaboração de políticas agrícolas e agroindustriais no MF.

Aliado a esse fato, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional Projeto de Lei que dispõe sobre as Agências Reguladoras (PL nº 3.337/04). A SEAE receberá, no âmbito desse novo marco, novas atribuições. Pelo PL, as Agências deverão passar a solicitar ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda (SEAE) pareceres sobre minutas de normas e regulamentos que serão objeto de consulta pública, conforme o art. 22 transcrito a seguir:

“Art. 22. No exercício de suas atribuições, incumbe às Agências Reguladoras monitorar e acompanhar as práticas de mercado dos agentes dos setores regulados, de forma a auxiliar os órgãos de defesa da concorrência na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência.

§ 4º As Agências Reguladoras solicitarão parecer ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda sobre as minutas e propostas de alterações de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, de consumidores ou usuários dos serviços prestados, quinze dias antes da sua disponibilização para consulta pública, para que possa se manifestar, no prazo de até trinta dias, sobre os eventuais impactos nas condições de concorrência dos setores regulados”.

Além disso, foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei nº 5.877/05, que alterará a Lei de Defesa da Concorrência e o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O resultado líquido dessa alteração será a diminuição de atribuições obrigatórias da SEAE em relação à análise de atos de concentração e a ampliação de suas atribuições nas áreas de promoção da concorrência (principalmente em setores regulados) de acompanhamento de mercado e de avaliação de marcos regulatórios.

Vale enfatizar que o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em 17 de dezembro de 2008 o Projeto de Lei 3.937/2004, ao qual foi apensado o Projeto de Lei nº 5.877/05. Assim, a matéria seguiu para apreciação pelo Senado Federal.

2.1 - A Reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

O Projeto de Lei que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência decorre de uma avaliação que, ao longo dos últimos anos, se vem fazendo sobre o seu funcionamento. No âmbito do Governo Federal, tal processo começou ainda em 2000, por meio de um Grupo de Trabalho Interministerial que envolveu a Casa Civil e os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Esse esforço e o intenso debate com a sociedade geraram o PL nº 5.877/2005, apensado ao PL 3.937/2004.

Como forma de sanear as dificuldades enfrentadas pelo SBDC, o Projeto de Lei propôs: o redesenho institucional do Sistema; a criação de um mecanismo de provisão de mão-de-obra qualificada aos órgãos do SBDC (idealmente funcionários públicos concursados de carreiras federais de nível superior), a ênfase no combate a condutas de alto potencial ofensivo aos consumidores; e uma nova sistemática de análise de fusões e aquisições, mediante o estabelecimento da análise prévia e o aperfeiçoamento dos critérios de notificação.

O modelo proposto implicará a agilização do trâmite dos processos e a priorização de casos que representem maior probabilidade de dano aos consumidores, gerando o aumento da eficiência administrativa, a redução do custo para o administrado e uma implementação mais efetiva da defesa da concorrência.

Isso será possível graças à unificação da instrução dos processos e a seleção dos casos que serão encaminhados pela Superintendência-Geral ao Tribunal, nos casos em que haja efetivamente risco de dano ou prejuízo à concorrência.

O projeto estabelece a análise prévia de fusões e aquisições e aperfeiçoa os critérios de notificação. Foi proposto que o SBDC emita seu juízo em relação às fusões e aquisições que se enquadrem nos critérios de notificação previamente à sua consumação. Dessa forma, as partes envolvidas são incentivadas a colaborar ao máximo para a celeridade da análise, ao mesmo tempo em que são grandemente ampliadas as opções para a solução de problemas concorrenciais eventualmente surgidos.

O aperfeiçoamento do critério para a notificação de fusões e aquisições se dá mediante a inclusão de trava adicional para a necessidade de notificação de operações. Passa a ser necessário que, pelo menos, um dos grupos envolvidos tenha registrado, no ano anterior à operação, o faturamento bruto ou volume de negócios no país igual ou superior a quatrocentos milhões de reais e adicionalmente que, pelo menos outro grupo envolvido, tenha registrado faturamento ou volume de vendas igual ou superior a trinta milhões de reais.

Existe ainda um enorme potencial de ganho de bem-estar para a sociedade por intermédio do aumento da concorrência nos mais diversos setores, regulados ou não, pela racionalização das normas e regras fixadas pelo próprio Estado. Há sempre o risco de que alíquotas de importação, direitos *antidumping*, normas técnicas, requisitos ambientais, requisitos de segurança e de saúde, que procuram garantir objetivos absolutamente necessários e fundamentais de política pública, sejam desvirtuados e utilizados como barreiras para a entrada de novos concorrentes e para a livre concorrência. Como o acompanhamento e o poder de influência no desenvolvimento de normas e regras tende a ser maior por parte das grandes empresas, a promoção da concorrência tende a ser favorável aos pequenos e médios empresários, que passam a contar com um ambiente de negócios em que todos concorrem em pé de igualdade.

Atualmente, no SBDC, a tarefa de promoção da concorrência não está claramente alocada a nenhum dos seus órgãos. Essa falta de foco, combinada à hipertrofia da atividade de análise de fusões e aquisições, fez com que a promoção da concorrência ainda seja uma atividade secundária no Sistema vigente.

O modelo organizacional proposto pelo projeto de reforma procurou corrigir essa distorção fazendo uma clara distinção entre a função principal do Novo CADE, que como autarquia autônoma será o guardião e o aplicador da Lei de Defesa da Concorrência, e a função principal da SEAE, a qual retornará à promoção da concorrência.

Para poder exercer essa função de maneira efetiva, a SEAE permanece como parte do SBDC, mas continuará sendo uma secretaria diretamente ligada ao Ministério da Fazenda mantendo, dessa forma, a necessária inserção no processo de debate interno de governo para o desenvolvimento das políticas públicas que possam ter impacto sobre as condições de concorrência nos mercados e a manutenção dos incentivos à produção e ao crescimento econômicos.

As medidas propostas ensejam um passo fundamental para a agenda de desenvolvimento do governo e constituem-se absolutamente necessárias para a consolidação do ambiente institucional-legal que permitirá ao País desenvolver uma política de defesa da concorrência contemporânea, que, efetivamente, tenha condições de zelar pelo livre funcionamento dos mercados e, dessa forma, garantir condições estáveis e previsíveis para a livre iniciativa dos agentes econômicos.

Apesar de a atuação da SEAE na área de regulação econômica já estar prevista no rol de competências da Secretaria, a ênfase nesse ramo de atividade vem aumentando sobremaneira nos últimos tempos.

Nesse sentido, a proposta de redesenho organizacional visa à antecipação de parte da estruturação institucional que a Secretaria deverá fazer quando da aprovação do PL, para fazer face ao aumento da ênfase de sua atuação na área de regulação econômica e acompanhamento do lado real da economia. Sendo aprovado o PL do SBDC (3.937/2004), a SEAE necessitará implementar nova estrutura uma vez que não haverá necessidade de manter o contingente de técnicos na Unidade Descentralizada do Rio de Janeiro e cuja atividade de avaliação técnica de atos de concentração deverá ser realizada pela equipe técnica em Brasília. A área de gestão da SEAE já elaborou projeto de modernização institucional adequando a Secretaria ao novo modelo de atuação, com o novo SBDC.

De acordo com o Decreto de Estrutura Regimental 6.102, a SEAE esteve estruturada até 31 de dezembro de 2007 da seguinte forma,:

- i) Coordenação-Geral de Análise de Mercados – COGAM;
- ii) Coordenação-Geral de Produtos Agrícolas e Agroindustriais – COGPA;
- iii) Coordenação-Geral de Energia - COGEN;
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística – COGTL;
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia – COGCM;
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde – COGSA;
- vii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência - COGDC e
- viii) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado - COGCE, esta localizada no Rio de Janeiro.

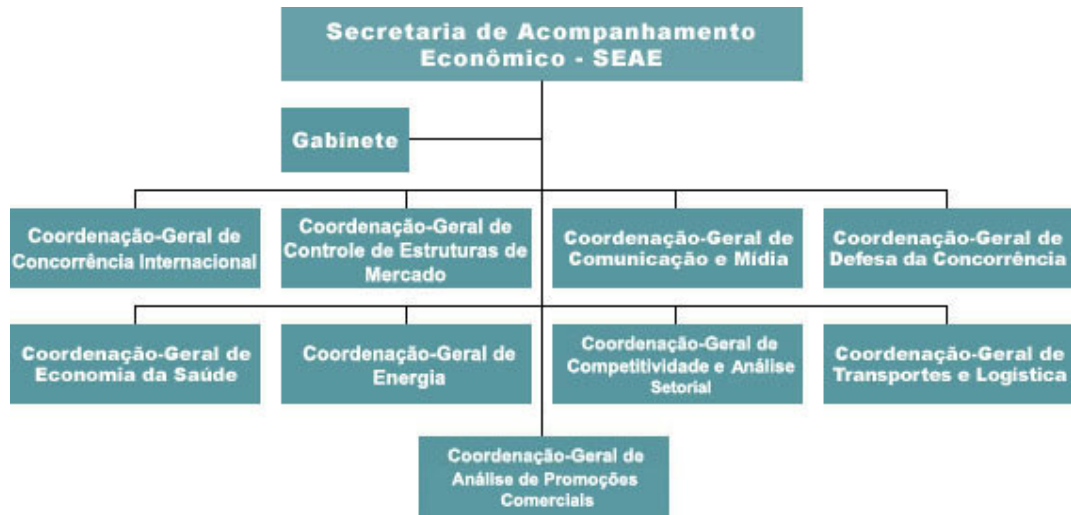
Figura 1 – Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico até 31.12.2007.



A partir de 2008, a SEAE passou a ter a seguinte estrutura:

- i) Coordenação-Geral de Concorrência Internacional – COGCI;
- ii) Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais – COGAP;
- iii) Coordenação-Geral de Energia - COGEN;
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística – COGTL;
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia – COGCM;
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde – COGSA;
- vii) Coordenação-Geral de Competitividade e Análise Setorial – COGAS;
- viii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência – COGDC; e
- ix) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado - COGCE, esta localizada no Rio de Janeiro.

Figura 2 - Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 02.01.2008.



3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO A PARTIR DE ABRIL DE 2007

Diversas atribuições foram alteradas na área finalística da SEAE durante o ano de 2007, juntamente com a área de gestão da SEAE, que já vinha de um processo de melhoria contínua de seus processos de trabalho, manteve o ritmo de execução, destacando-se as seguintes ações:

- Organização de reuniões periódicas de coordenação com a finalidade de se avaliar criticamente as atividades desenvolvidas e de serem detectados os problemas, os gargalos e as oportunidades de melhoria em cada área;
- Organização de reuniões periódicas do Gabinete (Secretário, Adjuntos e Chefia de Gabinete) com os Coordenadores-Gerais, seja individualmente, seja com todo o grupo;
- Elaboração participativa de rol de metas anuais e semestrais com acompanhamento periódico do desenvolvimento das mesmas;
- Discussão da interface de uma área com as demais, a fim de racionalizar os processos de trabalho evitando assim o desperdício de esforço e recursos;
- Alocação da área de conformidade documental da Secretaria em sala isolada, com chave individual e armários trancados para a armazenagem dos processos;
- Intercâmbio de pessoal entre as Gerências, a fim de promover a “oxigenação” das áreas;

- Adoção do método de gerenciamento por metas públicas para cada área, com prazos definidos, disponibilizadas na intranet da Secretaria;
- Racionalização da prestação dos serviços de secretária e de copa;
- Adequação do quantitativo de pessoal alocado às atividades de gestão e de apoio.

Durante o ano de 2008, o processo de melhoria de gestão continuou a ser intensificado e foi priorizado o fortalecimento institucional da área de gestão. Foi definido o Planejamento 2009 (ANEXO I), que estabeleceu para as áreas um total de 75 metas a serem cumpridas ao longo do ano, buscando-se a consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados, o aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão e o aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE.

Há ainda um processo de negociação com outras secretarias, através da Secretaria Executiva e SPOA, para cessão de espaço físico adicional, uma vez que a SEAE cresceu em atribuições, recursos humanos e não recebeu espaço físico proporcional. Gestões continuaram a ser feitas durante o ano de 2008, quando a SEAE continuou a participar do Grupo de Trabalho, coordenado pela SPOA/MF, visando ao mapeamento dos espaços físicos disponíveis no MF em todos os prédios do Distrito Federal. O resultado foi apresentado à Secretaria Executiva para apreciação e análise, haja vista que o modelo apresentado sugere racionalização e padronização da ocupação e distribuição dos espaços físicos do Ministério.

Para 2008, a SEAE já elaborou e disponibilizou na Intranet o Planejamento 2009 para as áreas finalística e de apoio logístico (ANEXO I e II).

O resultado do processo de modernização institucional iniciado em 2007 (nova distribuição de funções e atribuições) já provou uma significativa elevação da qualidade do trabalho das diversas Gerências que compõem a área de gestão, mas também as Coordenações-Gerais que compõem a área finalística, bem como uma diminuição significativa na relação do quantitativo de servidores alocados à área de gestão e de apoio quando comparado ao quantitativo de servidores alocados à área técnica. Em 2006, a proporção era de 1,06 e, em 2007, a proporção decresceu para 0,99. Em 2008, a relação foi de 0,87.

3.1 Assessoria do Gabinete e a Comissão de Ética da SEAE

3.1.1 – Ouvidoria e Assessoria de Comunicação do Secretário

3.1.1.1 - Ações na área de Comunicação Social da SEAE

Reconhecendo a importância de que se reveste a Assessoria de Comunicação Social dentro de uma instituição pública, vale ressaltar as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2008 visando maior aproximação e melhor conhecimento mútuo entre o cidadão e o governo, com vista ao estreitamento das relações institucionais com outros órgãos e com a sociedade brasileira. O atendimento à imprensa, por exemplo, é um dos carros chefe da comunicação, em

conformidade com os preceitos da Assessoria de Comunicação Social do Ministro – Ascom/GMF.

Além dessa função, a assessoria de comunicação da SEAE desenvolve outras atividades interligadas com a Comunicação, entre elas está a avaliação de conteúdo e a atualização do portal da SEAE, o acompanhamento de matérias publicadas nos jornais de grande circulação, a elaboração do *Clipping* diário, o envio de comunicados institucionais e principalmente o tratamento de mensagens recebidas no e-mail institucional: seae@fazenda.gov.br. O mural físico localizado no corredor central da SEAE também integra o rol de atividades nessa área e o objetivo é utilizá-lo para reforçar as informações encaminhadas por meio de outros canais de comunicação.

É importante salientar que parte dessas ações gera uma estatística que compõe um registro na rede corporativa da Secretaria, a qual contempla o número de matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação que citam a SEAE e o número de entrevistas concedidas pelo Gabinete, visando tornar públicos a complexidade dos assuntos tratados pela Secretaria e o resultado dos trabalhos executados pelos técnicos.

Além dos tópicos mencionados, faz-se necessário citar os projetos de suma importância que estão sob a supervisão da SEAE, como o Programa de Intercâmbio nas áreas de Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, já na 10ª edição. O objetivo é proporcionar aos estudantes de graduação, mestrado e doutorado a oportunidade de participar da formação e aprimoramento de políticas públicas voltadas para a concorrência e a regulação dos diversos setores da economia. As atividades do intercâmbio são realizadas anualmente em Brasília e no Rio de Janeiro, nos meses de janeiro e julho. Em todas as edições, a SEAE recebeu um número expressivo de currículos, aproximadamente 100 por edição.

Outro projeto de destaque é o PRÊMIO-SEAE, cuja finalidade é estimular a pesquisa acerca dos temas subjacentes à defesa da concorrência e à regulação econômica e difundir esses temas junto à comunidade acadêmica brasileira e à sociedade em geral, reconhecendo os trabalhos de qualidade técnica e de aplicabilidade na Administração Pública. O Prêmio é concedido em duas categorias, estudantes de graduação e profissionais que concorrem com trabalhos individuais e em grupo de candidatos de qualquer nacionalidade. Na categoria estudantes, o 1º colocado recebe R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o 1º colocado na categoria profissionais recebe R\$ 20.000,00. Todos os trabalhos serão publicados no Livro do PRÊMIO a ser impresso oportunamente.

3.1.1.2 - Ações na área de Ouvidoria

A Constituição Federal, em seu artigo 37, § 3º, determina que, dentre outros, a Administração Pública deverá obedecer ao princípio da eficiência, e prevê a ação de órgãos de atendimento às reclamações relativas à prestação dos serviços públicos como forma de participação do cidadão-usuário.

A Ouvidoria da SEAE reflete um esforço e uma abertura da direção da instituição para dar continuidade e aprimorar a comunicação com o cidadão. Também reflete uma busca pela transparência, eficiência e eficácia em relação à qualidade das atividades e serviços,

estabelecendo um relacionamento intenso entre a SEAE e o usuário do canal de comunicação direto, leia-se Ouvidoria.

O aludido canal possibilita a análise de críticas e sugestões a respeito dos assuntos abordados pela SEAE, constituindo um valioso instrumento para a solução de problemas e de conflitos organizacionais, tanto de caráter interno como de natureza externa, por outro lado, de forma efetiva para o processo de melhoria permanente do atendimento e das expectativas dos usuários internos e servidores.

Diante dessas considerações, é importante verificar que o instrumento "Ouvidoria", recentemente incorporado às estruturas da administração pública e, por sua vez, implantado na SEAE, tem mostrado resultados que indicam, segundo dados publicados no Relatório da Ouvidoria-Geral, um impacto positivo junto à sociedade. No ano de 2008 a Ouvidoria da SEAE recebeu 30 mensagens (Denúncias, reclamações, solicitações, dúvidas e elogios), todas foram solucionadas em tempo hábil. Para aprimorar o atendimento prestado pelos ouvidores do MF, a Ouvidoria-Geral implementou recentemente um novo sistema de recepção de mensagens. O trabalho do Ouvidor setorista é realizado em parceria com a Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, pois, envolve um compromisso institucional de todos os ouvidores, de se pautarem nos princípios de atendimento e na satisfação dos usuários. O ouvidor acompanha todos os processos, até a solução final, seja com o atendimento ou com os esclarecimentos necessários de cada demanda. Busca a credibilidade junto ao cidadão, por meio da eficiência no cumprimento do seu papel, seguindo os princípios do sigilo e reserva das informações, da agilidade, da transparência de suas ações e da isenção no trato das questões.

A Ouvidoria-Geral é o “termômetro” da instituição, pois recebe a avaliação sobre o funcionamento das atividades executadas pelas secretarias do Ministério. A Ouvidoria do Ministério da Fazenda é composta por uma rede de ouvidorias hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição e por ela coordenadas.

Atuação

- Receber e encaminhar para apuração as manifestações dos cidadãos (inclusive denúncias de irregularidades);
- Dar conhecimento das manifestações aos respectivos órgãos para que tomem as providências cabíveis, se necessárias;
- Dar conhecimento da solução/resultado da demanda ao usuário;
- Propor aos dirigentes a implementação de medidas administrativas, quando houver necessidade; e
- Contribuir para o aumento da qualidade dos serviços prestados pela SEAE à sociedade.

3.1.2 – Comissão de Ética

A Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, imbuída da responsabilidade por zelar pela efetividade das normas de conduta, constituiu, por meio da Portaria n° 39, de

11/07/2002, alterada em 2008 pela Portaria nº 79, de 19/11/2008, Comissão de Ética Setorial da SEAE – CESEAE, responsável pelas funções da gestão da ética, como o aperfeiçoamento de normas, educação, orientação, monitoramento da observância e apuração de desvios na observância das normas de conduta. A CESEAE conta com um plano de trabalho e se reúne periodicamente.

A divulgação das informações relevantes sobre ética é também uma preocupação da SEAE. Todo servidor ao iniciar suas atividades na Secretaria recebe um exemplar do Código de Ética, além de outras comunicações feitas por meio de correio eletrônico, e-mail institucional, memorando circular, Intranet da SEAE, e ainda, eventos informativos sobre ética no serviço público, com objetivo de promover a educação para a ética no âmbito da Secretaria.

3.1.3 – Projetos de Cooperação Internacional e Acordos de Cooperação Técnica

3.1.3.1 – PACE

O Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável (PACE), promovido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, também conhecido como Banco Mundial), corresponde ao empréstimo realizado pelo Banco ao Governo Brasileiro, no valor de US\$ 12,2 milhões de dólares, com o objetivo de apoiar atividades de assistência técnica destinada a promover o aumento da produtividade da economia brasileira. O Programa envolve projetos e estudos destinados a promover reformas microeconômicas nas áreas de logística, clima de negócios, sistema financeiro e inovação.

Sobre o clima de negócios, o foco do PACE está “no aperfeiçoamento do marco regulatório para os setores de infra-estrutura, no controle de abuso do poder econômico (defesa da concorrência), na simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas e na reforma do arcabouço legal que rege os processos falimentares”.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda é uma das entidades governamentais que participa do PACE, na área de REGULAÇÃO, inserida no Componente 2 do Ministério da Fazenda: elaboração de estudos que contemplem propostas de melhoria do marco regulatório em diversos setores. Em 2007 e 2008 foram várias as ações realizadas – especialmente, estudos e estágios profissionais –, algumas delas ainda estão em andamento. Para 2009, já se encontram planejados novos projetos na área de regulação.

Os dois principais tipos de projetos são o de Estudos de Alta Complexidade e o de Estágios Profissionais no Exterior, mas também foram incluídas aquisições de bancos de dados e de softwares avançados. Dentre os temas já contratados no âmbito do Programa, estão os referentes ao setor de planos de saúde, infra-estrutura de transportes, medicamentos, telecomunicações. Além desses, por meio do PACE, foram realizadas contratações de projetos diversos, merecendo destaque a realização do I Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica - Prêmio SEAE 2006.

O detalhamento a seguir ilustra a abrangência e o sucesso da parceria entre a SEAE e o PACE, não apenas pelo crescente número de projetos executados, mas principalmente pelos resultados positivos alcançados, comprovados pela alta qualidade dos trabalhos contratados e sua pertinência e adequação para a dinamização da economia nacional.

Os Projetos de Estudos desenvolvidos ou em desenvolvimento são os seguintes:

1. Elaboração de Estudo sobre "Regulação do Setor Brasileiro de Planos de Saúde" - concluído;
2. Elaboração de Estudo sobre "Regulação do Setor de Transporte Aéreo Nacional" - concluído;
3. Contratação de consultor para “Elaboração de Termo de Referência - ISO 9001” - concluído;
4. Elaboração de Estudo e Mapeamento de "Mercados relevantes de Medicamentos" - em execução;
5. Elaboração de Estudo sobre “Poder de Mercado Significativo em Telecomunicações no Brasil” - concluído;
6. Elaboração de Estudo sobre a "Experiência Internacional em Antidumping e Guia para Análise Econômica de Processos de Investigação de Dumping" - concluído;
7. Participação no processo de impressão do livro do "I Prêmio SEAE de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica", que teve a cerimônia de premiação realizada em 29 de novembro de 2006, com a íntegra das 13 monografias premiadas.

Já os Estágios Profissionais no Exterior realizados:

1. Capacitação Profissional de servidora da SEAE visando adquirir experiência prática relacionada com regulação estatal na área de loterias e apostas, na Instituição "Loterias y Apuestas Del Estado", em Madrid, Espanha – concluído;
2. Capacitação Profissional de servidor da SEAE visando à formulação de políticas e à regulação estatal na área de parcerias público-privadas nos setores de transporte, em Londres, Reino Unido - concluído;
3. Capacitação Profissional de servidor da SEAE visando adquirir experiência prática relacionada à formulação de políticas e à regulação estatal na área de infra-estrutura aeroportuária, em Londres, Reino Unido – concluído;
4. Capacitação Profissional do Secretário-Adjunto da SEAE visando à formulação de políticas e à regulação estatal na área de parcerias público-privadas nos setores de transporte e infra-estrutura, em Londres, Reino Unido - concluído;

Dentre os demais produtos obtidos por meio do PACE merecem destaque: contratação da “Base de dados ABI/INFORM global e ABI/INFORM trade and Industry”, pela empresa ProQuest, e aquisição de “Software E-Views 5.1.”.

Além dos projetos apresentados, estão previstas as contratações de pelo menos mais cinco Projetos em 2009, cujos termos de referência estão em fase de elaboração e que dependem de aprovação por parte do Banco Mundial. As temáticas desses projetos também são de extrema relevância e incluem criação de unidade de supervisão regulatória, estudo sobre concessões de aeroportos e tráfego mútuo setor ferroviário.

3.1.3.2 – PRO-REG – Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório

Está em curso o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório e a coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do Governo Federal. Este projeto é fruto de um programa de assistência técnica com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento - BID e está a cargo de um Comitê Gestor que inclui a Presidência da República e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O Programa, instituído pelo Decreto presidencial nº 6.062 de 16 de março de 2007, tem como principal objetivo fortalecer:

- a) o sistema regulatório de modo a facilitar o pleno exercício de funções por parte de todos os atores;
- b) a capacidade de formulação e análise de políticas públicas em setores regulados;
- c) a melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório;
- d) a autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e
- e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos para o exercício do controle social e transparência no âmbito do processo regulatório.

Uma peça central de qualquer projeto de reforma regulatória é a implementação de procedimento intitulado “Análise do Impacto Regulatório” (AIR), que é um elenco de métodos para chegar a decisões de política regulatória, baseados na análise sistemática e consistente de impactos potenciais derivados da regulação governamental.

A maneira mais popular de implementá-lo é através de metodologias de análise da relação de custo e benefício. A AIR é utilizada, na maioria dos países da OCDE, em diferentes níveis: em alguns países, é usada somente nas principais propostas legislativas, enquanto em outros (como os EUA e Inglaterra) é utilizada até mesmo nas normas propostas pelas agências reguladoras. O princípio básico de funcionamento é que se os custos estimados da adoção da norma forem maiores que os benefícios, a norma não é adotada.

Um dos sub-objetivos do PRO-REG visa o “estudo para o desenho de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação em melhoria regulatória”, aos moldes de unidades

análogas existentes em outros países, principalmente os países membros da OCDE. Esta unidade, entre outras atribuições, provavelmente teria também a incumbência de exercer algum tipo de Análise de Impacto Regulatório sobre novas normas e regulamentos das agências reguladoras. O acordo de empréstimo, apesar de aprovado em 2007, só prevê execução física e financeira a partir de 2008.

3.1.3.3 - Acordo de Cooperação Técnica com a FGV

O acordo de cooperação técnica firmado entre Fundação Getúlio Vargas e o Ministério da Fazenda tem por objeto promover entre as partes a cooperação no campo da assistência técnica, na busca da eficiência, produtividade e qualidade dos serviços prestados pelo MF, utilizando-se, dentre outros, dos seguintes mecanismos:

- a) intercâmbio de informações entre cientistas, mestres, doutores, pesquisadores, técnicos, professores e servidores do Ministério da Fazenda, tendo como objetivo a realização de pesquisas e estudos de interesse recíproco voltados à disseminação e incorporação das melhores práticas e técnicas de gestão administrativa e tecnológica e ao desenvolvimento de temas relacionados às finanças públicas;
- b) concessão de bolsas de estudo de especialização, em nível de pós-graduação, e de aperfeiçoamento técnico;
- c) organização e realização de cursos, conferências, seminários, simpósios e debates nas áreas de gestão administrativa, tecnológica e de finanças públicas;
- d) intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos estudos e pesquisas conjuntos; e
- e) quaisquer outras modalidades convencionadas pelas partes em instrumentos complementares, respeitado a finalidade do presente acordo de cooperação.

Projeto executado em 2008

- III Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE - 2008

A SEAE elaborou durante o ano de 2007 nove novos projetos e submeteu ao Comitê Gestor do Acordo de Cooperação, lotado na Secretaria Executiva do MF, para análise. Entretanto, o julgamento do mérito não aconteceu até o momento e os projetos tinham previsão para serem iniciados em 2008.

3.2 – Gestão Patrimonial – Dados Situacionais

3.2.1 - Evolução Tecnológica

3.2.1.1 - Política de Gestão dos Recursos Tecnológicos

A SEAE vem gradativamente implementando durante os últimos anos um processo de otimização da gestão dos recursos tecnológicos, resultante de várias medidas adotadas com o objetivo de tornar mais racional e eficiente a utilização desses recursos. Dentre as medidas, podem ser destacadas as seguintes:

- a) a manutenção dos *hardwares*, dos *softwares* e de seus respectivos recursos continua sendo preventiva, antecipando-se aos problemas que porventura possam ocorrer, reduzindo custos operacionais;
- b) a racionalização do modelo de contratação dos serviços, possibilitando economia dos recursos originalmente alocados;
- c) a utilização de rotinas operacionais de suporte a usuários, que englobam desde a disponibilização de recursos de TI, criação de perfis e orientações de utilização dos recursos;
- d) a otimização dos Sistemas *Littera* (fluxo de processos e documentos), RH - Recursos Humanos e RTI – Gestão de Recursos Tecnológicos e Informacionais com a implementação de novas versões, com ajustes e novos recursos. Além disso, o desenvolvimento de aplicativos para automação dos serviços de suporte para o Gabinete, a disponibilização de informações para os usuários internos por meio da INTRANET SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e a disponibilidade de informações, via *Web*, para a sociedade em geral.

A SEAE utiliza os serviços de infra-estrutura tecnológica providos pelo SERPRO, que disponibiliza uma rede de computadores segura e com desempenho razoável, ainda que tenhamos enviado diversas notificações de erros àquele órgão, acesso a Sistemas Corporativos, razoáveis recursos de correio eletrônico e hospedagem de sítios (como a página da Secretaria na Internet - <http://www.seae.fazenda.gov.br>) prestando serviços, quase sempre, compatíveis com as necessidades da Secretaria.

Os recursos computacionais disponíveis aos usuários seguem o padrão de mercado, estando, portanto, atualizados tecnologicamente. O parque é composto por 207 microcomputadores contratados na modalidade de locação e adquiridos por meio de licitação realizada pela SPOA (121 computadores adquiridos - *HP* e 86 computadores locados - *Investplan*).

No final do ano de 2007, encerrou-se o contrato de locação dos micros com a empresa *Microcity* e esses equipamentos foram substituídos, entre janeiro e fevereiro de 2008, por equipamentos *HP* adquiridos pela SPOA por meio de registro de preços.

Ainda que não seja a primeira opção de provimento do parque tecnológico da SEAE, a modalidade de “compra” e ou “aquisição” se tornou uma tendência a partir do momento em que as empresas estenderam a garantia e os termos de assistência técnica: o custo dos equipamentos ficou mais acessível, apesar de exigir maior investimento inicial. No final de todo o processo, o custo fica relativamente menor que na modalidade locação. Adicionalmente, os microcomputadores apresentam uma vida útil que atende, em termos de tecnologia, por no mínimo 3 (três) anos, pois este é o tempo de garantia e assistência técnica praticados atualmente.

As impressoras são igualmente objeto de contratação no mercado pela SPOA/MF (impressoras laser monocromáticas - *Computeasy* e laser coloridas – *Premier*), mediante pagamento por cópia impressa. O cabeamento lógico e elétrico também é objeto de contrato entre a SPOA e a empresa do mercado (*Delta*).

Com esse modelo contratual, evita-se a defasagem tecnológica e as implicações negativas junto aos usuários que poderiam advir de uma eventual falta de modernização.

Esse modelo de contratação tem se mostrado eficaz, considerando-se que possibilita ter, permanentemente, atualizados os recursos de *hardware*, além de também poder contar com a forma ágil do suporte *on site* prestado pelo fornecedor. Outro aspecto importante é que todos os equipamentos estão cobertos por garantia de fábrica, com reposição de máquinas *back-up* em até 48 horas. Isso dificilmente seria conseguido por meio dos processos de aquisição e, praticamente, impossível depois de expirada a garantia de máquinas de propriedade do órgão governamental.

Considerando a qualidade dos equipamentos locados e adquiridos, a SEAE avaliou que foram obtidas significativas reduções nos custos de manutenção, com elevado índice de disponibilidade, o que gerou, adicionalmente, reflexos positivos na produtividade da Secretaria, nas três unidades – BSB, RJ e SP.

Desde julho de 2006, foi iniciada a captação de dados estatísticos para medição do tráfego e de acessos ao sítio da Secretaria (www.seae.fazenda.gov.br). O número de visitantes únicos no ano de 2008 foi de 173.417, com média mensal de 14.451, apresentando uma elevação de aproximadamente 25% em relação à média de 2007. Esses números mostram a utilidade das informações disponíveis para a sociedade em geral.

3.2.1.2 – Bases de Dados Estatísticas

A Secretaria disponibiliza para os seus Servidores acesso a agências e bases de dados de empresas, pagas ou através de convênios, que disponibilizam várias fontes de informações como: notícias, análises, gráficos, balanços financeiros, relatórios, estatísticas setoriais, cotações, estudos macroeconômicos (Base ISI – *Emerging Markets*); acesso em tempo real sobre conjuntura econômica, agricultura e pecuária (Agência Estado - Broadcast); legislação, acervo de notas administrativas e bases de jurisprudência (Datalegis); Diário Oficial da União (Imprensa Nacional); informações sobre o comércio exterior (Info Consult – Tec Web); serviço informativo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

(OLISNext – OCDE); e uma rede de reportagem global para informações financeiras, notícias, tecnologia, galeria de fotos, produtos e outros itens (Reuters).

Os Sistemas Corporativos são acessados através da Rede SERPRO e são ferramentas importantes para a área de Gestão (COMPROT, COMPROT WEB, SIADS, SIAFI, SIAPE e SIASG) e as áreas finalísticas (ALICE, CPF-CNPJ, LINCE e SISBACEN).

3.2.1.3 - Sistema de Fluxo de Processos e Documentos - Sistema Littera

Este sistema, cujo início de operação na SEAE remonta ao ano de 2002, tem como finalidade o acompanhamento, o gerenciamento e o controle de Processos e documentos gerados, recebidos, tramitados e arquivados na Secretaria, inicialmente no tocante a atos de concentração.

No ano de 2008, dando continuidade ao aprimoramento do Sistema *Littera*, foi implementado um componente chamado OfficeGear que permitiu a elaboração de documentos dentro do Sistema *Littera* integrado ao Microsoft Office. Este componente minimizou vários problemas operacionais e acabou com certas limitações provocadas pela não compatibilidade entre o Lotus Notes e o Microsoft Word. Também está em fase de implementação o projeto para acessar, via browser, o sistema *Littera*, com conclusão e implantação prevista para 2009.

Na Plataforma *Lotus Notes*, na qual foi desenvolvido o Sistema *Littera*, os outros aplicativos continuaram a ser aprimorados, tais como Gestão de Recursos Tecnológicos e Informacionais, Agenda SEAE, Reserva de Recursos, Contatos Externos e Biblioteca.

3.2.1.4 - Sistemas RH e RTI, SIGIN, Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e Projeto DW/BI

O Sistema de Gestão de Recursos Humanos (RH) disponibiliza dados (Gestão de Pessoas) de todos os servidores da Secretaria, ativos e inativos, incluindo informações sobre formação acadêmica e participação em cursos e eventos, além de recursos para marcação eletrônica e controle das férias. Todos os dados foram mantidos atualizados em 2008 e foi disponibilizada consulta para todos os Servidores da SEAE. No ano de 2008, o sistema foi implantado em mais duas Secretarias do Ministério da Fazenda: Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN). Além dessas, está em negociação para implantação em 2009 na Procuradoria da Fazenda Nacional-PGFN. O Sistema RH está integrado com o Sistema de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informacionais (RTI), que disponibiliza o cadastro de toda infra-estrutura tecnológica e de sistemas de informações existentes na SEAE, vinculando os recursos existentes aos usuários.

O Sistema de Gestão de Indicadores Econômicos (SIGIN) é um sistema de gestão do acervo de informações da SEAE. Por meio de sua interface *Web*, é possível obter informações sobre os mercados selecionados pela Secretaria. Em 2008, os dados continuaram limitados a três séries de dados: Índice de Preços, Setor Químico e Siderurgia. Atualmente o Sistema pode ser acessado no endereço: http://www.SEAE.fazenda.gov.br/servicos_main/indicadores

Em 2008, após a reformulação geral de layout e padrões para o Gerenciador de Conteúdos da SEAE (INTRANET) e, principalmente, com a implementação, treinamento e descentralização da gestão dos conteúdos para as respectivas áreas de gestão da Secretaria, (recursos humanos, protocolo, gabinete, orçamento e finanças e tecnologia da informação), a INTRANET está evoluindo e se tornando, cada vez mais, uma ferramenta útil para a gestão. A INTRANET atualizada e modernizada apresenta um grande avanço no sentido de compartilhamento efetivo e da recuperação de dados e informações pelos servidores da Secretaria. Comparado a 2007, o número de acessos cresceu aproximadamente 22%, sendo 406.864 acessos em 2008 contra 334.248 de 2007.

Em 2008, também fazia parte da idéia central da gestão para a INTRANET a proposta de organização dos conteúdos da Área Finalística que foi apresentada com sucesso em 2008 estando a implementação prevista para 2009. Assim, a exemplo do que ocorreu nas áreas de gestão, esta proposta vai possibilitar uma descentralização do gerenciamento dos conteúdos das Coordenações-Gerais com melhor organização, publicação e divulgação de informações relevantes. O Gerenciador de Conteúdos é, na prática, um grande instrumento para a institucionalização das informações.

Numa ação conjunta entre SEAE, SPE e SAIN, foi elaborado o anteprojeto de utilização de sistemas de Data Warehouse e Business Intelligence-DW/BI com base no depoimento dos técnicos que ao lidarem com o manuseio de informações estatísticas, índices numéricos e gráficos colhidos de várias fontes visando produzir um devido estudo analítico. Tomando-se como referência tais manifestações, verificou-se que o tempo gasto na coleta de dados e padronização dessas informações era maior que o tempo gasto na análise e composição de gráficos. Esse fator foi determinante na decisão por parte dessas instituições para que se partisse para a sistematização dos procedimentos de coleta e padronização, via DW/BI, cabendo aos técnicos apenas o trabalho de análise. Assim, foi possível o mapeamento e as bases iniciais para a apresentação e encaminhamento do projeto a ser implementado e implantado pelo SERPRO ainda em 2009.

3.2.1.5 - Infra-estrutura tecnológica

Em termos de atualização do parque tecnológico foi realizado o *upgrade* de 121 estações de trabalho locadas pela Microcity, por estações de trabalho adquiridas pela SPOA por meio de registro de preço.

Em 2008, os serviços foram mantidos no servidor LAMP totalmente configurado com *softwares* livres (*Linux, Apache, Mysql e PHP-Nuke*) que não exigem o pagamento de licenças. O servidor hospeda o Gerenciador de Conteúdo da SEAE (INTRANET), segue os padrões recomendados pelo governo (*softwarelivre.gov.br*) e atende plenamente as exigências da Secretaria.

3.3 - Gestão de Recursos Humanos - Dados Situacionais

Em 2008, tal qual ocorreu em anos anteriores, a SEAE continuou se ressentindo do fato de não contar com um sistema institucional de recrutamento e seleção de seus servidores. Não advogamos em prol de uma carreira específica. O Ministério da Fazenda possui carreiras de

servidores bastante bem preparados, com formações acadêmicas adequadas ao exercício das funções da SEAE para atender nossas necessidades e preencher a demanda por pessoal qualificado da Secretaria.

Há inevitáveis efeitos negativos decorrentes da impossibilidade de provisão periódica de mão-de-obra qualificada, quais sejam, a elevada rotatividade de pessoal aliada à ausência de um sólido comprometimento organizacional, que por sua vez dificultam a formação de uma cultura organizacional própria que contribua efetivamente para o contínuo fortalecimento da instituição no desempenho de suas atividades. Apenas para ilustrar esta questão da alta rotatividade de pessoal na SEAE, em 2008, 35% (27 servidores de 77 técnicos) do quadro afeto à área finalística deixou a SEAE e teve de ser substituído.

No ano de 2007, também foi discutida a criação da Carreira Fazendária com a Secretaria Executiva e demais órgãos fazendários, que, em parte, solucionaria os problemas internos do Ministério em relação aos servidores terceirizados e sem vínculo. Contudo, até o final de 2008, esta medida não havia sido aprovada pelo Ministério do Planejamento.

No que se refere ao SBDC, como mencionado anteriormente, foi incluído no Projeto de Lei a necessidade de prover o sistema com 200 cargos técnicos, a serem inicialmente preenchidos por servidores de carreira do Ministério do Planejamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), mas enquanto o projeto não for convertido em Lei, todo o sistema permanecerá à mercê das movimentações de recursos humanos e da rotatividade em decorrência da natureza dos cargos comissionados, dificultando a ação do gestor público na captação de mão-de-obra qualificada para a SEAE.

Ao final de 2008, a Secretaria contava com um total de 144 servidores, sendo 77 na área finalística e 67 na área de apoio logístico. 54% dos servidores são do sexo feminino, enquanto 46% são do sexo masculino.

O tempo médio de permanência na SEAE é de 4 anos na área finalística, e de 7 anos, na área de apoio logístico. A idade média dos servidores é 37 anos nas áreas finalística e de 38 anos no apoio logístico.

Na área finalística, 90% dos servidores possuem nível superior completo, ao passo que na área de apoio logístico, esse número cai para 21%. A maior parte dos servidores da área finalística tem graduação na área de Economia e fala mais de um idioma.

As tabelas abaixo mostram os cargos comissionados e as funções gratificadas da Secretaria e a distribuição do efetivo total entre a área finalística e a de apoio logístico, além da formação acadêmica do pessoal que compõe o quadro de servidores da SEAE.

Tabela 2 – Demonstrativo da área finalística da SEAE discriminado por servidores.

QUADRO PESSOAL DA SEAE	
ÁREA FINALÍSTICA	QTDE
TOTAL DE TÉCNICOS	77
com vínculo	52
sem vínculo	25
TOTAL NOMEADO EM CARGO EM COMISSÃO	71
com vínculo	46
sem vínculo	25
TOTAL DE TÉCNICOS	77
CONAB	2
MF (PCC)	2
MP (Gestor)	30
PETROBRAS	1
UFBA	1
IPEA	1
SERPRO	1
STN	8
Comissionado com vínculo	46
Comissionado sem vínculo	25
Sem comissão e com vínculo	3
MP (Gestor)	1
SERPRO	1
STN	1
Com Função Gratificada-FG e com vínculo	3
STN	3

Fonte: SEAE/MF

Tabela 3 – Demonstrativo da área de apoio logístico da SEAE discriminado por servidores.

QUADRO PESSOAL DA SEAE	
ÁREA MEIO	QTDE
TOTAL DE APOIO	67
com vínculo	22
sem vínculo	12
terceirizado	27
estagiário	6
TOTAL NOMEADO EM CARGO EM COMISSÃO	23
com vínculo	11
sem vínculo	12
TOTAL DE APOIO	67
Comissionado com vínculo	11
BB	2
MF (PCC)	6
SERPRO	3
Comissionado sem vínculo	12
Sem comissão e com vínculo	5
SERPRO	5
Com Função Gratificada-FG e com vínculo	6
MF (PCC)	5
STN	1

Fonte: SEAE/MF

Tabela 4 – Demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas.

QTDE	CARGOS EM COMISSÃO	QTDE	FUNÇÃO GRATIFICADA
1	DAS 6	3	FG 1
2	DAS 5	11	FG 2
10	DAS 4	3	FG 3
18	DAS 3		
43	DAS 2		
22	DAS 1		
TOTAL 96		TOTAL 17	

Fonte: SEAE/MF

Tabela 5 – Demonstrativo dos cargos em comissão distribuídos por área finalística e área de apoio logístico.

CÓDIGO DAS	ATIVIDADE	ÁREA FINALÍSTICA	ÁREA DE APOIO LOGÍSTICO
101.6	Secretário	1	0
101.5	Secretário-Adjunto	2	0
101.4	Chefe de Gabinete	1	0
101.4	Coordenador-Geral	8	0
101.3	Coordenador	1	2
102.3	Assessor Técnico	15	0
101.2	Gerente	0	6
101.1	Chefe de Núcleo	0	9
102.2	Assistente	37	0
102.1	Assistente Técnico	7	6
	TOTAL	72	23

Fonte: SEAE/MF

Tabela 6 – Distribuição do efetivo da SEAE – posição em 31.12.2008

ATIVIDADE FINALÍSTICA			ATIVIDADE DE APOIO LOGÍSTICO	
QTDE	ATIVIDADE	FORMAÇÃO	QTDE	ATIVIDADE
1	Secretário-Interino	Economia	2	Coordenador de Gestão
1	Secretário-Adjunto	Economia/Direito	2	Assistente Técnico
1	Chefe de Gabinete	Economia	6	Gerente
1	Coordenador-Geral	Direito	9	Chefe de Núcleo
5	Coordenador-Geral	Economia	18	Secretária
1	Coordenador-Geral	Engenharia	6	Estagiário
1	Coordenador-Geral	Relações Internacionais	2	Operador de Xerox
1	Coordenador	Economia	3	Mensageiro
9	Assessor Técnico	Economia	16	Aux. Téc. Adm.
1	Assessor Técnico	Administração	1	Auxiliar
1	Assessor Técnico	Direito	3	Recepcionista
1	Assessor Técnico	Economia/Direito		
1	Assessor Técnico	Engenharia		
1	Assessor Técnico	Matemática		
1	Assessor Técnico	Relações Internacionais		
1	Assistente	Economia/Direito		
5	Assistente	Administração		
18	Assistente	Economia		
2	Assistente	Comunicação Social		
6	Assistente	Direito		
2	Assistente	Engenharia		
1	Assistente	Matemática		
2	Assistente	Relações Internacionais		
2	Assistente Técnico	Economia		
2	Assistente Técnico	Direito		
2	Assistente Técnico	Engenharia		
1	Assistente Técnico	Economia/Relações Internacionais		
1	FG - 2	Administração/Publicidade/Comunicação		
1	FG - 2	Engenharia		
1	FG - 2	Economia		
2	Técnico	Economia		
1	Técnico	2º Grau		
SUBTOTAL	77		67	
TOTAL		144		

Fonte: SEAE/MF

** Foram incluídos 6 servidores que estão cursando o nível superior

A natureza das atividades da SEAE enseja a necessidade de treinamentos específicos, tanto na área de defesa da concorrência e regulação, quanto no que se refere aos sistemas informatizados implementados ou em uso no âmbito da Secretaria. Tais oportunidades têm sido viabilizadas pela Secretaria que, ademais, segue dando estímulo a seus servidores para que freqüentem cursos e treinamentos oferecidos por instituições públicas e privadas, além de propiciar a participação do seu corpo técnico em seminários e outros eventos de destaque na área de defesa da concorrência e regulação tanto em nível nacional como internacional.

Ações de divulgação de informações referentes a cursos, seminários e workshops, patrocínio de cursos e oferta de vagas fazem parte da estratégia de incentivo à capacitação técnica que tem sido adotada por esta Secretaria com bons resultados.

Durante o ano de 2008, a SEAE continuou a intensificar a capacitação da equipe técnica para o desenvolvimento e aprimoramento das competências necessárias à maior focalização da Secretaria em atividades relacionadas à regulação. Vários técnicos participaram de ações de treinamento diversas sobre aspectos regulatórios relativos aos setores específicos sobre os quais a Secretaria trabalha.

A tabela abaixo traz a relação completa das ações de treinamento desenvolvidas em 2008.

Tabela 7 – Ações de treinamento realizadas em 2008

	EVENTO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1	Curso - Uma Introdução à Mensuração da Eficiência das Organizações do Setor Público: Técnicas Analíticas e Políticas	1
2	Itil V.2 e Cobit Foundation	1
3	Breve Curso em Regulação (LSE Short Course on Regulation)	1
4	CARDS 2008 - XIII Exposição e Conferência Internacional de Cartões, Serviços e Tecnologia	2
5	V Fórum Brasileiro sobre as Agências Reguladoras	7
6	Congresso de Governança de TI - Planejamento Estratégico	1
7	7º Fórum Jurídico Unidas	1
8	VIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado	1
9	VI Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública	1
10	V Fórum de Qualidade de Vida no Trabalho	2
11	Congresso de Direito da Concorrência	1
12	Seminário sobre Infrações e Sanções nos Serviços Públicos Regulados	1
13	Seminário Resseguro Saúde	1
14	Fórum Global de Energias Renováveis	1
15	Seminário sobre o Complexo Econômico-Industrial da Saúde	2
16	Congresso de Gestão Pública	1
17	GED Rio 2008 - Congresso & Exposição sobre GED e ECM	2
18	1º FPAP Fórum Nacional em Gestão de Pessoas na Administração Pública	2
19	IV Seminário Política Nacional de Medicamentos	1

20	Seminário Internacional: Regulação da Saúde Suplementar	2
21	IX Congresso Brasileiro de Direito do Consumidor	1
22	Mini-Curso em Medição de Eficiência e Produtividade	3
23	Seminário de Gerenciamento de Projetos do Serpro	1
24	Curso de Direito Tributário na Indústria de Petróleo e Gás no Brasil	1
25	13º Encontro Tele-Síntese "Alternativas para Universalizar a Oferta de Banda Larga no País"	1
26	5º Congresso Internacional do Direito da Energia	1
27	CIPAD - Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública	1
28	Palestra com Oscar Motomura - O grande Mestre da Gestão Empresarial Seminário Defesa da Concorrência no Brasil e a International Competition Network - ICN	7
29	Network - ICN	1
30	Seminário de Gestão de Processos Business Management - BPM	2
31	I Encontro Nacional da Siderurgia	1
32	Curso Certisign I - Certificado Digital	1
33	Curso Regulação Econômica	12
34	Seminário Portos: Em Busca de Soluções	3
35	Ciclo de Palestras do Curso de Política e Estratégias Aeroespaciais - CPEA	1
36	III Congresso Iberoamericano de Regulação Econômica	3
37	Curso de Gestão Macroeconômica e Temas do Setor Financeiro	1
38	II Encontro Nacional do Comércio Exterior de Serviços e Seminário "A Construção de uma Política de Exportação de Serviços"	1
39	Curso Teoria da Regulação	1
40	Curso Introdução aos Métodos Quantitativos para Avaliação de Políticas Públicas	5
41	Curso de Questões do Setor Externo	2
42	15º Encontro Tele-Síntese - A Nova Política de Telecomunicações e as Mudanças Regulatórias: Onde o Brasil Quer Estar?	1
43	Curso de Excel Avançado	7
44	V Seminário de Petróleo e Gás no Brasil	1
45	Curso de Elaboração de Pareceres e Relatórios	1
46	XIII Seminário Sobre a Economia Mineira	1
47	Palestra sobre Segurança Jurídica e Tecnológica - Documentos Digitais e Digitalizados	3
48	VI Conferência dos Advogados do Distrito Federal - Constituição, Estado e Direito	2
49	XXI Curso de Planejamento e Orçamento Públicos	1
50	Curso de Tributação Financeira	2
51	Curso de Matemática Financeira	2
52	8º Seminário Sobre Comércio Internacional	2
53	Conferência Petróleo & Gás no Século XXI: Desafios Tecnológicos	1

54	8º Simpósio Internacional de Economia da Saúde	2
55	Curso de Contabilidade Pública e Análise de Balanço Sob a Égide da Lei de Responsabilidade Fiscal	2
56	Conferência Internacional Anual de Direito Antitruste e Políticas	1
57	VII Fórum Brasileiro Sobre a Reforma do Estado	2
58	8º Congresso Latino-Americano de Satélites	1
59	Treinamento em Análise de Impacto Regulatório	1
60	Curso "Desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas	3
61	Convenção 2008 da Associação Mundial de Loterias	2
62	Curso Administração e Marketing para Secretárias	4
63	I Congresso da Associação Brasileira de Direito e Economia	1
64	Seminário Autores, Artistas e seus Direitos	1
65	4ª Jornada de Estudos de Regulação	2
66	Seminário em Economia Aplicada, do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" - USP	1
67	XXII ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes	2
68	14º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência	3
69	6º Fórum Internacional Ferroviário 2008	2
70	Curso V Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas	1
71	XXXVI Encontro Nacional de Economia	2
72	Curso Ética Pública no Serviço Público Federal	2
73	3º Congresso de Direito de Informática e Telecomunicações	1
74	VII SITRAER - Simpósio de Transporte Aéreo	1
75	XXII Seminário Internacional da Associação Brasileira de Direito de Informática e Telecomunicação	1
76	Curso de Aperfeiçoamento para a Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Módulo I e II	1
77	Introduction to Econometrics	1
	Total geral	146

Fonte: SEAE/MF

Além disso, cabe ressaltar que a SEAE passou a integrar o Comitê de Capacitação do Ministério da Fazenda e elabora o planejamento anual de cursos e treinamentos para inclusão no Plano de Capacitação Permanente (PCP) do Ministério, a ser executado em parceria com a ESAF – Escola de Administração Fazendária e, na ausência de expertise da Escola, com outros parceiros que a Escola porventura venha a nos indicar.

A tabela abaixo traz o quantitativo do pessoal cedido e requisitado.

Tabela 8 - Quantitativo de pessoal cedido e requisitado

Posição 31.12.2008

ÓRGÃO CESSIONÁRIO		QTDE
Ministério das Comunicações		1
MPOG		3
TST		1
MPDFT		1
TOTAL		6

SERVIDORES CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS

ÓRGÃO CESSIONÁRIO	NOME	QTDE
Ministério das Comunicações	ALBA LÚCIA RODRIGUES	1
Tribunal Superior do Trabalho	EVANDRO ROBERTO KARKOW	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	JOSÉ DA SILVA	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	LANA MARIA ALVES DE SOUZA	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	JOSÉ ONOFRE MIRANDA DE SOUSA	1
Ministério Público do DF e Territórios	LEDA VIEIRA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	1
TOTAL		6

QUANTITATIVO DE SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS

ÓRGÃO CESSIONÁRIO		QTDE
BANCO DO BRASIL		2
CONAB		2
IPEA		1
PETROBRAS		1
UFBA		1
SERPRO		10
TOTAL		17

SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
BB	ARTUR EMÍLIO DE REZENDE	1
BB	MARIA D'ARC LOPES BESERRA	1
TOTAL		2

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
CONAB	KICHIRO MANDAI	1
CONAB	REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR	1
TOTAL		2

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
IPEA	MATHEUS STIVALI	1
TOTAL		1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
PETROBRAS	CELSO DE MELO PINTO	1
TOTAL		1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
UFBA	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	1
TOTAL		1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
SERPRO	MÔNICA BEHRENS AZEVEDO PALMEIRA	1
SERPRO	FERNANDO DA SILVA SANTIAGO	1
SERPRO	IVAN FIGUEIREDO NOVAES	1
SERPRO	JÊCER DA SILVA AMARAL	1
SERPRO	JORGE DE ALMEIDA GOUVÊA	1
SERPRO	MARIA HELENA FERRARI	1
SERPRO	ODETH ALVES DA SILVA	1
SERPRO	PAULO CESAR TEIXEIRA FERNANDES	1
SERPRO	SANDRA PERRONE	1
SERPRO	SUELY ALVES NAZARET	1
TOTAL		10

TOTAL DE SERVIDORES REQUISITADOS	17
----------------------------------	----

Fonte: SEAE/MF

Quanto à informação sobre o encaminhamento ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento relativos ao exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007 vale salientar que tais dados já estão inseridos no Relatório de Gestão 2008 da

Subsecretaria de Planejamento,. Orçamento e Administração – SPOA/MF, por se tratar de matéria afeta à Coordenação-Geral de Recursos Humanos daquela instituição, conforme as informações prestadas por meio do Memorando 138/2009/COGRH/SPOA/MF, de 28 de janeiro de 2009.

Em relação às viagens de fim-de-semana, apenas 16% das viagens realizadas nesta Secretaria incluíram finais de semana e feriados e as mesmas foram realizadas em decorrência de adequação de agenda, de forma que o servidor estivesse presente no destino em tempo hábil ao compromisso previamente programado. Foi dado especial enfoque aos procedimentos de concessão de diárias em cumprimento às disposições contidas no parágrafo 2º do art. 5º do Decreto 5.992/2006.

A tabela abaixo traz os quantitativos sobre a composição de Recursos Humanos nesta Secretaria de Acompanhamento Econômico, faltando as informações sobre as despesas por se tratar de matéria afeta à Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento,. Orçamento e Administração – SPOA/MF.

Tabela 9 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	Não se aplica à SEAE					
Funcionários Contratados CLT em exercício na Unidade	Não se aplica à SEAE					
Total Pessoal Próprio	Não se aplica à SEAE					
Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	Não se aplica à SEAE					
Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	38	Não se aplica à SEAE	37	Não se aplica à SEAE	37	Não se aplica à SEAE
Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa

Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	Não se aplica à SEAE					
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	24	R\$ 347.294,44	23	R\$ 347.844,52	27	R\$ 256.135,20
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	Não se aplica à SEAE					
Estagiários	24	R\$ 36.581,57	19	R\$ 41.532,98	6	R\$ 28.072,69
Total Pessoal Ter. + Estag	48	R\$ 383.876,01	42	R\$ 389.377,50	33	R\$ 284.207,89

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	18	Não se aplica à SEAE	15	Não se aplica à SEAE	13	Não se aplica à SEAE
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	3	Não se aplica à SEAE	7	Não se aplica à SEAE	4	Não se aplica à SEAE
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	21	Não se aplica à SEAE	22	Não se aplica à SEAE	17	Não se aplica à SEAE

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	5	Não se aplica à SEAE	5	Não se aplica à SEAE	6	Não se aplica à SEAE
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0	Não se aplica à SEAE	0	Não se aplica à SEAE	0	Não se aplica à SEAE
Total Pessoal Cedido pela Unidade	5	Não se aplica à SEAE	5	Não se aplica à SEAE	6	Não se aplica à SEAE

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	77	Não se aplica à SEAE
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	67	Não se aplica à SEAE
Total Geral	144	

Fonte: SEAE/MF e SIAFI

A tabela abaixo traz os valores pagos relativos a diárias incluindo final de semana ou feriado, com o detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos e motivação.

Tabela 10 – Diárias pagas no final de semana e feriados

NR.	Nome	Trecho	Período do Afastamento	Valor Diária	Qt. Diária	Motivo da Viagem
1	BRUNO EDUARDO DOS SANTOS	BSB/LHR/BSB	18 A 23/2/2008	2939,18	5,0	CURSO DE CURTA DURAÇÃO - UMA INTRODUÇÃO À MENSURAÇÃO DA EFICIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DO SETOR PÚBLICO: TÉCNICAS ANALÍTICAS E POLÍTICAS. QUE ACONTECERÁ DO DIA 20 À 22 DE FEVEREIRO NO CENTRO DE ECONOMIA DA SAÚDE – UNIVERSIDADE DE YORK - INGLATERRA.
2	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/CDG/BSB	16 A 23/2/2008	4162,16	7,0	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO COMITÊ DE CONCORRÊNCIA DA OCDE, DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO, GRUPO DE TRABALHO SOBRE COOPERAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO E O FÓRUM GLOBAL DE CONCORRÊNCIA QUE SERÁ REALIZADO NO PERÍODO DE 18 A 22/02/08 EM PARIS, NA FRANÇA.
3	CLAUDIA VIDAL MONNERAT DO VALLE GOULART	BSB/CDG/BSB	16 A 24/2/2008	4735,98	8,0	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO COMITÊ DE CONCORRÊNCIA DA OCDE, DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO, GRUPO DE TRABALHO SOBRE COOPERAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO E O FÓRUM GLOBAL DE CONCORRÊNCIA QUE SERÁ REALIZADO NO PERÍODO DE 18 A 22/02/08 EM PARIS, NA FRANÇA.
4	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/MIA/BSB	9 A 13/3/2008	2,312,20	4	PARTICIPAR DA 2ª CONFERENCIA ANUAL LATINO-AMERICANA DE INFRA-ESTRUTURA E FINANÇAS PPP, PROMOVIDA PELA EUROMONEY E PROJECT FINANCE MAGAZINE, EM MIAMI, EUA.
5	JOSSIFRAM ALMEIDA SOARES	BSB/RIO/BSB	16 A 19/3/2008	465,84	3,5	PARTICIPAR DE UM CURSO SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO NA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL, PROMOVIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS EM 17.03 A 19.03.2008 DAS 8:00H ÀS 17:30H - FLÓRIDA HOTEL – RUA FERREIRA VIANA -FLAMENGO - RIO DE JANEIRO – RJ.
6	BRUNO QUEIROZ CUNHA	BSB/LHR/BSB	5 A 13/4/2008	4699,18	8	PARTICIPAR DO LSE SHORT COURSE ON REGULATION (BREVE CURSO EM REGULAÇÃO), NO PERÍODO DE 07 A 11/04/2008, HOUGHTON STREET, LONDON, WC2A 2 AE, EM LONDRES/INGLATERRA.
7	CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO	BSB/KYOTO/BSB	10 A 17/4/2008	5584,73	8,0	PARTICIPAR DA REUNIÃO COM AUTORIDADES ANTITRUSTE DE OUTROS PAÍSES: REUNIÃO SOBRE CONCORRÊNCIA DA REDE INTERNACIONAL DE CONCORRÊNCIA—ICN (2008) QUE SERÁ PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO JAPÃO, NO CENTRO DE CONFERÊNCIA

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

						INTERNACIONAL DE KYOTO. LOCAL DO EVENTO: KYOTO, JAPÃO. PERÍODO DE 13 A 16 DE ABRIL DE 2008.
8	ANDREY GOLDNER BAPTISTA SILVA	BSB/KYOTO/BSB	10 A 17/4/2008	5584,80	8,0	PARTICIPAR DA REUNIÃO COM AUTORIDADES ANTITRUSTE DE OUTROS PAÍSES: REUNIÃO SOBRE CONCORRÊNCIA DA REDE INTERNACIONAL DE CONCORRÊNCIA—ICN (2008) QUE SERÁ PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO JAPÃO, NO CENTRO DE CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE KYOTO. LOCAL DO EVENTO: KYOTO, JAPÃO. PERÍODO DE 13 A 16 DE ABRIL DE 2008.
9	DOROTHY HUGUENEY ROMERO	BSB/BEL/BSB	27 A 29/3/2008	411,38	2,5	VISITA TÉCNICA AOS PORTOS DE VILA DO CONDE, TERMINAL PRIVATIVO TERFLON E A SIDERÚRGICA DO GRUPO COSIPAR, NA CIDADE DE BARCARENA, ÀS MARGENS DA BAÍA DO MARAJÓ, EM BELÉM - PA. ALÉM DAS VISITAS A COMITIVA SERÁ RECEBIDA PELO PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ E PELO DIRETOR DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT).
10	RENATO ALVES MORATO	BSB/BEL/BSB	27 A 29/3/2008	349,50	2,5	VISITA TÉCNICA AOS PORTOS DE VILA DO CONDE, TERMINAL PRIVATIVO TERFLON E A SIDERÚRGICA DO GRUPO COSIPAR, NA CIDADE DE BARCARENA, ÀS MARGENS DA BAÍA DO MARAJÓ, EM BELÉM - PA. ALÉM DAS VISITAS A COMITIVA SERÁ RECEBIDA PELO PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ E PELO DIRETOR DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT).
11	ANDREA PEREIRA MACERA	BSB/MVD/BSB	30 A 2/4/2008	1482,30	3,0	PARTICIPAR DA XCIX REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL, PROMOVIDA PELO MERCOSUL, EM MONTEVIDÉU, URUGUAI
12	NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO	BSB/WAS/BSB	8 A 15/4/2008	5050,50	8,0	ACOMPANHAR O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA NO ENCONTRO PERSPECTIVAS REGIONAIS SOBRE A COOPERAÇÃO MONETÁRIA GLOBAL, PROMOVIDO PELO CENTRO INTERNACIONAL DE GOVERNANÇA E INOVAÇÃO E PELA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA; NA REUNIÃO DE PRIMAVERA, PROMOVIDA PELO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI, AMBOS EM WASHINGTON – DC, E.U.A. E NO 2008 BRASIL SUMMIT, PROMOVIDO PELA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-ESTADOS UNIDOS, EM NOVA IORQUE, E.U.A.

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008*

13	ERNANI LUSTOSA KUHN	BSB/SÃO/BSB	6 A 8/4/2008	411,38	2,5	PARTICIPAR DO 5º CONGRESSO INTERNACIONAL DO DIREITO DA ENERGIA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DO DIREITO DA ENERGIA – IBDE, NOS DIAS 07 E 08.04.2008 DAS 9:00H ÀS 18:00H - FIESP- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – AVENIDA PAULISTA, 1313 – 15º ANDAR – SÃO PAULO.
14	RAFAEL CHAVES DE CARVALHO	BSB/SSA/BSB	6 A 10/5/2008	582,18	4,5	PARTICIPAR DO VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO ESTADO, PROMOVIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO (IBDP) NO PERÍODO DE 07 A 09 DE MAIO DE 2008 NO BAHIA OTHON PALACE HOTEL, EM SALVADOR/ BA.
15	BRUNO SILVA DALCOLMO	RIO/BSB/RIO	4 A 9/5/2008	736,30	5,5	PARTICIPAÇÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (C10 – REGULAÇÃO AMBIENTAL) QUE SERÁ REALIZADO DE 05 À 09 DE MAIO DE 2008, DAS 8:30 ÀS 12:30 HS, NA ENAP (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA), BRASÍLIA – DF.
16	ABEL ABDALLA TORRES	RIO/CGB/RIO	22 A 26/4/2008	551,23	3,5	REUNIÃO EM CUIABÁ (MT) COM TÉCNICOS DA SDE E DA SEAE PARA TRATAR DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A OPERAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS DE CUIABÁ (MT), PARTICIPAÇÃO NA OPERAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (OPERAÇÃO MADONA), ANÁLISE DE DOCUMENTOS APRENDIDOS E PARTICIPAÇÃO EM OITIVAS REALIZADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO (OPERAÇÃO MADONA).
17	VITOR LUIS PEREIRA JORGE	RIO/CGB/RIO	22 A 26/4/2008	554,49	3,5	REUNIÃO EM CUIABÁ (MT) COM TÉCNICOS DA SDE E DA SEAE PARA TRATAR DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A OPERAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS DE CUIABÁ (MT), PARTICIPAÇÃO NA OPERAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (OPERAÇÃO MADONA), ANÁLISE DE DOCUMENTOS APRENDIDOS E PARTICIPAÇÃO EM OITIVAS REALIZADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO (OPERAÇÃO MADONA).
18	BRUNO DA CUNHA RAYMUNDO	RIO/CGB/RIO	22 A 26/4/2008	551,23	3,5	REUNIÃO EM CUIABÁ (MT) COM TÉCNICOS DA SDE E DA SEAE PARA TRATAR DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A OPERAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO NO MERCADO DE COMBUSTÍVEIS DE CUIABÁ (MT), PARTICIPAÇÃO NA OPERAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (OPERAÇÃO MADONA), ANÁLISE DE DOCUMENTOS APRENDIDOS E PARTICIPAÇÃO EM

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

						OITIVAS REALIZADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO (OPERAÇÃO MADONA).
19	MARCEL STENNER DOS REIS	BSB/RIO/BSB	4 A 7/5/2008	465,84	3,5	PARTICIPAR DE CURSO SOBRE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA PARA NÃO ADVOGADOS, PROMOVIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – IBP, E COMISSÃO SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE – SMS, DAS 08:00H ÀS 17:30:00H – ROYAL RIO PALACE HOTEL – RUA DUVIVIER, 82 – COPACABANA - RIO DE JANEIRO.
20	RUTELLY MARQUES DA SILVA	BSB/LHR/BSB	13 A 17/5/2008	2.248,96	4	PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO – WORKSHOP ENERGIA LIMPA E MERCADO GLOBAL G20(WORKSHOP – CLEAN ENERGY & GLOBAL MARKETS), PROMOVIDO PELO G20 – HM TREASURY (GRUPO DE 20 PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO), DE 14.05 A 16.05.2008, DAS 9:00H ÀS 22:00H LONDRES/INGLATERRA.
21	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/LHR/BSB	13 A 17/5/2008	2.325,40	4	PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO – WORKSHOP ENERGIA LIMPA E MERCADO GLOBAL G20(WORKSHOP – CLEAN ENERGY & GLOBAL MARKETS), PROMOVIDO PELO G20 – HM TREASURY (GRUPO DE 20 PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO), DE 14.05 A 16.05.2008, DAS 9:00H ÀS 22:00H LONDRES/INGLATERRA.
22	NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO	BSB/RIO/BSB	11 A 12/5/2008	315,41	1,5	12/05/2008 – 09H00 – 17:30 – PARTICIPAR DE REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O ANÚNCIO DA POLÍTICA INDUSTRIAL PELO MINISTRO DA FAZENDA COM O BNDES. LOCAL: ED. SEDE - BNDES - AV. DO CHILE N° 100 - 21º ANDAR - DIRETORIA – RIO DE JANEIRO - RJ.
23	DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA	BSB/RIO/BSB	11 A 12/5/2008	270,30	1,5	O SERVIDOR VIAJARÁ NO DIA ANTERIOR AO EVENTO, (11.5.08, DOMINGO) DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO. O EVENTO COMEÇARÁ ÀS 9 HORAS DO DIA 12.5.08.
24	LEANDRO FONSECA DA SILVA	BSB/RIO/BSB	18 A 21/5/2008	552,47	3,5	PARTICIPAR DE SEMINÁRIO SOBRE COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE, QUE REALIZARÁ NOS DIAS 19 À 21 DE MAIO DE 2008, NO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, LOCALIZADO À AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, RIO DE JANEIRO/RJ.
25	BRUNO EDUARDO DOS SANTOS	BSB/RIO/BSB	18 A 21/5/2008	552,47	3,5	PARTICIPAR DE SEMINÁRIO SOBRE COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE, QUE REALIZARÁ NOS DIAS 19 À 21 DE MAIO DE 2008, NO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

						E SOCIAL – BNDES, LOCALIZADO À AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100, RIO DE JANEIRO/RJ.
26	MARCEL STENNER DOS REIS	BSB/IGU/BSB	18 A 22/5/2008	496,75	4,5	PARTICIPAR DE UM FÓRUM GLOBAL DE ENERGIAS RENOVÁVEIS, PROMOVIDA PELA CELEBRA ADMINISTRAÇÃO DE EVENTOS LTDA (EPP) E ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ONUDI) E MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA DO BRASIL (MME), NO HOTEL BOURBON CATARATAS RESORT & CONVENTION CENTER - FOZ DO IGUAÇU/PR, DE 18 A 21 DE MAIO DE 2008 DAS 09:00H ÀS 17:30H.
27	LEANDRO FONSECA DA SILVA	BSB/RIO/BSB	1 A 4/6/2008	552,47	3,5	PARTICIPAR DE SEMINÁRIO INTERNACIONAL: REGULAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR, QUE REALIZARÁ NOS DIAS 02 À 04 DE JUNHO DE 2008, NO HOTEL GLÓRIA, SALÃO NOBRE, 2º ANDAR, SITUADO À RUA DO RUSSEL, 632 - RIO DE JANEIRO/RJ.
28	JILSARA RODRIGUES DE ASSIS SOARES BASTOS	BSB/RIO/BSB	8 A 11/6/2008	465,84	3,5	PARTICIPAR DO CURSO CERTISIGN I E TREINAMENTO DE INFORMÁTICA A SER REALIZADO DE 09 A 11 DE JUNHO DE 2008, NO RIO DE JANEIRO.
29	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/CDG/BSB	7 A 14/6/2008	3.852,80	8,0	PARTICIPAR DO ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO E DO ENCONTRO REGULAR DO COMITÊ DA CONCORRÊNCIA SOBRE ESTUDOS DE MERCADO QUE SERÁ REALIZADO EM PARIS, NO PERÍODO DE 09 A 13 DE JUNHO DE 2008 PELA ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE.
30	GLAUCO AVELINO OLIVEIRA	BSB/EZE/BSB	28 A 31/5/2008	1.319,52	3	PARTICIPAR DA REUNIÃO DO COMITÊ AUTOMOTIVO BRASIL- ARGENTINA A SER REALIZADA NA EMBAIXADA DO BRASIL, A CALLE CERRITO Nº 1350 – BUENOS AIRES, DIA 29/05/2008 DAS 17:00 AS 19:00; REUNIÃO BILATERAL BRASIL- ARGENTINA A SER REALIZADA NA SEDE DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO MINISTÉRIO DE ECONOMIA DA ARGENTINA, AVENIDA JULIO A. ROCCA, Nº 651, BUENOS AIRES – ARGENTINA, DIA 30/05/2008 DAS 9:00 AS 19:00.
31	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	RIO/FOR/BSB/ RIO	7 A 13/6/2008	912,20	6,5	VERIFICAR SE A PUBLICIDADE DA PROMOÇÃO “FEIRÃO CAIXA 2008”, E A ENTREGA DOS CUPONS DE PARTICIPAÇÃO, ESTÃO SENDO REALIZADOS NOS TERMOS DO PLANO DE OPERAÇÃO APROVADO, O QUAL SERÁ REALIZADO NO PERÍODO DA TARDE DO DIA 07/06 E NO DIA 08/06 FISCALIZARÁ A APURAÇÃO DA PROMOÇÃO COMERCIAL EM COMENTO A SER

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

						REALIZADA NA AV. MONSENHOR TABOSA 777, EM FORTALEZA/ CE COM INÍCIO PREVISTO PARA ÀS 18H30. DO DIA 09 A 13/06 AJUDARÁ O COORDENADOR GERAL DE COMPETITIVIDADE E ANÁLISE SETORIAL DA SEAE/ MF, DYOGO OLIVEIRA RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO DE PREÇOS DA ECONOMIA, NOS TRABALHOS RELATIVOS À INFLAÇÃO.
32	WALDIR EUSTÁQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/FOR/BSB	7 A 9/6/2008	351,82	2,5	VERIFICAR SE A PUBLICIDADE DA PROMOÇÃO "FEIRÃO CAIXA 2008", E A ENTREGA DOS CUPONS DE PARTICIPAÇÃO, ESTÃO SENDO REALIZADOS NOS TERMOS DO PLANO DE OPERAÇÃO APROVADO, O QUAL SERÁ REALIZADO NO PERÍODO DA TARDE DO DIA 07/06 E NO DIA 08/06 FISCALIZARÁ A APURAÇÃO DA PROMOÇÃO COMERCIAL EM COMENTO A SER REALIZADA NA AV. MONSENHOR TABOSA 777, EM FORTALEZA/ CE COM INÍCIO PREVISTO PARA ÀS 18H30.
33	BRUNO EDUARDO DOS SANTOS	BSB/RIO/BSB	30/5 A 4/6/2008	842,01	5,5	PARTICIPAR DE SEMINÁRIO SOBRE A PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL (PIA) DO IBGE: ASPECTOS METODOLÓGICOS E EXPLORAÇÃO DE DADOS" QUE ACONTECERÁ NO DIA 30 DE MAIO DE 2008, NO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, AV PRES. ANTÔNIO CARLOS, 51 – 16º ANDAR - RIO DE JANEIRO/RJ. PARTICIPAR TAMBÉM DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL: REGULAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR, QUE REALIZARÁ NOS DIAS 02 À 04 DE JUNHO DE 2008, NO HOTEL GLÓRIA, SALÃO NOBRE, 2º ANDAR, SITUADO À RUA DO RUSSEL, 632 - RIO DE JANEIRO/RJ.
34	BRUNO SILVA DALCOLMO	RIO/BSB/RIO	22 A 27/6/2008	879,96	5,5	PARTICIPAÇÃO DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA ENAP (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA), QUE SERÁ REALIZADO DE 23 À 25 DE JUNHO DE 2008 E REUNIÃO COTAER NOS DIAS 23 E 27 DE JUNHO DE 2008 NO MINISTÉRIO DA DEFESA, NA CIDADE DE BRASÍLIA, DF
35	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	BSB/SÃO/BSB	3 A 5/7/2008	299,59	2,5	ACOMPANHAR E FISCALIZAR A 1039ª EXTRAÇÃO DA LOTERIA ESTADUAL DE SÃO PAULO DENOMINADA NOSSA CAIXA NO DIA 04 DE JULHO DE 2008 NO MUNICÍPIO DE TANABI, A SER REALIZADA DAS 18H ÀS 22H EM SÃO PAULO/ SP.
36	WALDIR EUSTÁQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/SÃO/BSB	3 A 5/7/2008	232,88	2,5	ACOMPANHAR E FISCALIZAR A 1039ª EXTRAÇÃO DA LOTERIA ESTADUAL DE SÃO PAULO DENOMINADA NOSSA CAIXA NO DIA 04 DE JULHO DE 2008 NO MUNICÍPIO DE TANABI, A SER REALIZADA DAS 18H ÀS 22H EM

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

						SÃO PAULO/ SP.
37	VITOR LUIS PEREIRA JORGE	RIO/BHZ/RIO	1 A 5/7/2008	826,30	6,5	REUNIÃO CONFIDENCIAL DIA 30 DE JUNHO ÀS 19H. DILIGÊNCIA CONFIDENCIAL DIA 01 DE JULHO E NOS DIAS 02 A 04 DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS.
38	MILLADES DE CARVALHO CASTRO	BSB/RIO/BSB	3 A 4/8/2008	233,17	1,5	PARTICIPAR DO X SEMINARIO ANUAL DE METAS PARA A INFLAÇÃO, NO DIA 04 DE AGOSTO DE 2008, DAS 8H30 ÀS 18H30. LOCAL: AUDITÓRIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 730, 24º ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO.
39	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/SSA/BSB	15 A 16/8/2008	315,86	1,5	PARTICIPAR NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2008 ÀS 19HS DO SEMINÁRIO COMEMORATIVO AO DIA DO ECONOMISTA, NA UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS EM SALVADOR – BA.
40	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/SÃO/BSB	24 A 29/8/2008	834,64	5,5	PARTICIPAR DO WORKSHOP SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TV DIGITAL NO BRASIL E NO JAPÃO, NOS DIAS 25 E 26 DE AGOSTO NO AMERICAN HALL NA AV MAJOR SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA, 5.200 – MORUMBI, DAS 9H ÀS 17H30. DE 27 A 29 DE AGOSTO PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO SET 2008- CONGRESSO DE TECNOLOGIA DE RÁDIO E TELEVISÃO, DAS 9H ÀS 17H NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES IMIGRANTES – AV MIGUEL STEFANO 3900, ÁGUA FUNDA – SÃO PAULO/ SP.
41	MARIO SÉRGIO ROCHA GORDILHO JÚNIOR	BSB/SÃO/BSB	24 A 29/8/2008	834,64	5,5	PARTICIPAR DO WORKSHOP SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TV DIGITAL NO BRASIL E NO JAPÃO, NOS DIAS 25 E 26 DE AGOSTO NO AMERICAN HALL NA AV MAJOR SYLVIO DE MAGALHÃES PADILHA, 5.200 – MORUMBI, DAS 9H ÀS 17H30. DE 27 A 29 DE AGOSTO PARTICIPAÇÃO NO CONGRESSO SET 2008- CONGRESSO DE TECNOLOGIA DE RÁDIO E TELEVISÃO, DAS 9H ÀS 17H NO CENTRO DE EXPOSIÇÕES IMIGRANTES – AV MIGUEL STEFANO 3900, ÁGUA FUNDA – SÃO PAULO/ SP.
42	SIMONE MACIEL CUIBANO	BSB/MVD/BSB	3 A 5/9/2008	901,31	2,0	PARTICIPAR DA CII REUNIAO DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL, A SER REALIZADA NA SECRETARIA DO MERCOSUL, LUIS PIERA, Nº1992 1ºANDAR, MONTEVIDÉU – URUGUAI, NOS DIAS 03, 04 E 05/09/2008, COM INÍCIO ÀS 11:00 E TERMINO ÀS 19:00
43	LUISA REIS E SILVA	BSB/FOR/BSB	31/8 A 2/9/2008	349,50	2,5	NO DIA 31 DE AGOSTO, DOMINGO, DE MANHÃ, FISCALIZAR A SEGURANÇA DAS URNAS E A PUBLICIDADE DA PROMOÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA. NO DIA SEGUINTE (01 DE SETEMBRO), ACOMPANHAR O SORTEIO A FIM DE VERIFICAREM O CUMPRIMENTO DO

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008*

						PLANO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO, A SER REALIZADO NA AV. DOM LUIS 500, ALDEOTA, EM FORTALEZA-CE, A PARTIR DAS 16H.
44	ISABELA REHEM VARGAS	BSB/FOR/BSB	31/8 A 2/9/2008	349,50	2,5	NO DIA 31 DE AGOSTO, DOMINGO, DE MANHÃ, FISCALIZAR A SEGURANÇA DAS URNAS E A PUBLICIDADE DA PROMOÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA. NO DIA SEGUINTE (01 DE SETEMBRO), ACOMPANHAR O SORTEIO A FIM DE VERIFICAREM O CUMPRIMENTO DO PLANO DE OPERAÇÃO AUTORIZADO, A SER REALIZADO NA AV. DOM LUIS 500, ALDEOTA, EM FORTALEZA-CE, A PARTIR DAS 16H.
45	MATHEUS STIVALI	BSB/RIO/BSB	31/8 A 1/9/2008	233,17	1,5	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO INTERNACIONAL: AVALIAÇÃO DO IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO DA TROCA DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE SUPLEMENTAR – TISS, QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 1º DE SETEMBRO DE 2008, DAS 08:00 ÀS 18:30H, NO RIO OTHON PALACE, NA AV. ATLÂNTICA, 3264 – COPACABANA – RIO DE JANEIRO.
46	JOSSIFRAM ALMEIDA SOARES	BSB/RIO/BSB	14 A18/92008	582,18	4,5	PARTICIPAR DE EVENTO RIO & GÁS CONFERENCE NO SÉCULO XXI: DESAFIOS TECNOLÓGICOS - RIOCENTRO - CENTRO DE CONVENÇÕES DO RJ – AV: SALVADOR ALLENDE, 6555 – BARRA DE TIJUCA / RIO DE JANEIRO , DAS 8:00H ÀS 18:00H DE 15.09 A 18.09.2008.
47	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/BRU/BSB	4 A 12/10/2008	5.171,18	8,0	PARTICIPAR DO TREINAMENTO EM ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO, PROMOVIDO PELO COLLEGE OF EUROPE AND JACOBS & ASSOCIATES, EM BRUGES, BÉLGICA (PROCESSO 18101.000490/2008-37).
48	WALDIR EUSTÁQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/SAO/BSB	16 A 17/9/2008	215,71	1,5	FISCALIZAR O ANDAMENTO DA OPERAÇÃO DE CAPTAÇÃO ANTECIPADA DE POUPANÇA POPULAR, AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO N° 18101.000770/2007-64, NO DIA 17 DE SETEMBRO DE 2008, ÀS 08H, EM SÃO PAULO/SP.
49	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/NYC/BSB	23 A 27/9/2008	3.234,00	5,0	PARTICIPAR DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANUAL DE DIREITO ANTITRUSTE E POLÍTICAS (“FORDHAM ANNUAL CONFERENCE ON INTERNATIONAL ANTITRUST LAW & POLICY”) EM NEW YORK / NY, NOS DIAS 25 E 26 DE SETEMBRO DE 2008 NA FORDHAM UNIVERSITY SCHOOL OF LAW.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

50	ABEL ABDALLA TORRES	RIO/BSB/RIO	21 A 24/9/2008	489,89	3,5	PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO PARA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL – EPPGG, POR MEIO DO CURSO: C04 - TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – TURMA 04, A SER REALIZADO NA SEDE DA ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. O CURSO É OBRIGATÓRIO AFINS DE PROMOÇÃO NA CARREIRA DE EPPGG. LOCAL: BRASÍLIA (DF). PERÍODO DE 22 A 23 /09/2008 NO HORÁRIO DE 08:30 ÀS 18H E NO DIA 24 NO HORÁRIO DE 08H30M ÀS 12H30M.
51	WALDIR EUSTÁQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/LIS/BSB	6 A 11/10/2008	3.131,00	5,0	REUNIÃO COM GESTORES E TÉCNICOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE LISBOA (SCML), ENTIDADE QUE ADMINISTRA AS LOTERIAS DE PORTUGAL, NO PERÍODO DE 08 A 10 DE OUTUBRO
52	JULIANA OLIVEIRA CAVALCANTI	BSB/RHO/BSB	17 A 26/10/2008	7.897,50	9,0	PARTICIPAR DA CONVENÇÃO 2008 DA ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE LOTERIAS, QUE SERÁ REALIZADA NO PERÍODO DE 19 A 24 DE OUTUBRO DAS 07H ÀS 19H NA ILHA DE RHODES NA GRÉCIA.
53	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/RHO/BSB	17 A 26/10/2008	8.505,00	9,0	PARTICIPAR DA CONVENÇÃO 2008 DA ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE LOTERIAS, QUE SERÁ REALIZADA NO PERÍODO DE 19 A 24 DE OUTUBRO DAS 07H ÀS 19H NA ILHA DE RHODES NA GRÉCIA.
54	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/LIS/BSB	6 A 12/10/2008	3.534,98	4,0	DAR SEGUIMENTO AOS TRABALHOS INICIADOS NO BRASIL, DURANTE A VISITA DE REPRESENTANTES DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA EM LISBOA NOS DIAS 08 A 10 DE OUTUBRO DE 2008
55	REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR	BSB/CDG/BSB	18 A 24/10/2008	5.265,00	6,0	PARTICIPAR DA 104ª SESSÃO DO COMITÊ DE CONCORRÊNCIA DA OCDE, GRUPO DE TRABALHO SOBRE CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO – NO CENTRO DE CONFERÊNCIA - ON THE LA MUETTE SITE EM PARIS, FRANÇA DE 20 A 23 DE OUTUBRO DE 2008
56	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/CDG/BSB	25 A 29/10/2008	4.213,60	4,0	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE CURTO PRAZO DE PROSPECTOS ECONÔMICOS, NOS DIAS 27 E 28/10/2008 DE 10H ÀS 13H DO DIA SEGUINTE. LOCAL: OCDE - TOUR EUROPE-33, PLACE DES COROLLES 92049, LA DÉFENSE, PARIS – FRANÇA.
57	MARIA CRISTINA DE SOUZA LEÃO ATTAYDE	BSB/RIO/BSB	26 A 28/10/2008	349,50	2,5	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO “AUTORES, ARTISTAS E SEUS DIREITOS”, A REALIZAR-SE NOS DIAS 27 E 28 DE OUTUBRO DE 2008 DAS 9H30 ÀS 17H NO SALÃO ITAIPU DO HOTEL RIO OTHON PALACE, SITUADO À AV. ATLÂNTICA, 3264 EM COPACABANA, RIO DE JANEIRO/RJ.

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008*

58	ANDREY GOLDNER BAPTISTA SILVA	BSB/SÃO/BSB	6 A 8/11/2008	349,53	2,5	PARTICIPAÇÃO NO 14º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA PROMOVIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE CONCORRÊNCIA, CONSUMO E COMÉRCIO INTERNACIONAL (IBRAC), ONDE SERÃO DEBATIDOS TEMAS RELACIONADOS COM A DEFESA DA CONCORRÊNCIA, PRINCIPALMENTE SOBRE OS LIMITES DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ANÁLISE ANTITRUSTE E REPRESSÃO AO ABUSO DE POSIÇÃO DOMINANTE POR EMPRESAS. PERÍODO: DIAS 07 E 08 DE NOVEMBRO DE 2008. LOCAL: GRANDE HOTEL CAMPOS DO JORDÃO, EM CAMPOS DO JORDÃO (SP).
59	BRUNO QUEIROZ CUNHA	BSB/POA/BSB	22 A 25/10/2008	552,47	3,5	PARTICIPAÇÃO NO I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITO E ECONOMIA QUE SERÁ REALIZADO PELA UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA, NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL EM PORTO ALEGRE, NOS DIAS 23 E 24 DE OUTUBRO DE 2008 DAS 08H30 ÀS 19H.
60	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/CDG/BSB	18 A 23/10/2008	4.387,50	6,0	PARTICIPAR DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE GESTÃO E REFORMA REGULATÓRIA DA OCDE, NO PERÍODO DE 20 A 22 DE OUTUBRO DE 2008, NA SALLE C, OCDE HEADQUARTER EM PARIS, NA FRANÇA.
61	CHRISTIANE MARANHÃO DE OLIVEIRA BARBOSA	BSB/MAD/BSB	9 A 14/11/2008	4.344,60	5,0	PARTICIPAR DO 6º FÓRUM INTERNACIONAL FERROVIÁRIO – 2008, DE 11 A 13 DE NOVEMBRO DE 2008, DE 10H00 AS 18H00, NA IFEMA – FEIRA DE MADRI – PAVILHÃO 09 ACESSO PORTA NORTE – MADRI - ESPANHA.
62	DOROTHY HUGUENEY ROMERO	BSB/MAD/BSB	9 A 14/11/2008	4.344,59	5,0	PARTICIPAR DO 6º FÓRUM INTERNACIONAL FERROVIÁRIO – 2008 DE 11 A 13 DE NOVEMBRO DE 2008 DE 10H00 AS 18H00, NA IFEMA – FEIRA DE MADRI – PAVILHÃO 09 ACESSO PORTA NORTE – MADRI - ESPANHA.
63	ISABELA REHEM VARGAS	BSB/SÃO/BSB	24 A 27/10/2008	562,54	3,5	PARTICIPAR DA FISCALIZAÇÃO DA LOTERIA PAULISTA, NO DIA 24/10/2008 ÀS 18H, NA PRAÇA CENTRAL RUY BARBOSA, NA CIDADE DE CASA BRANCA, INTERIOR DE SÃO PAULO, AONDE A SERVIDORA IRÁ DE ÔNIBUS, SAINDO DO TERMINAL DO TIETÉ/SP, NO DIA 25/10/2008, RETORNARÁ DE ÔNIBUS PARA A CAPITAL DE SÃO PAULO, ONDE PERMANECERÁ ATÉ O DIA 27/10/2008, PARA PARTICIPAR DE FISCALIZAÇÃO NO DIA 26/10/2008 ÀS 20H30, FISCALIZAÇÃO DA MEGA-SENA E PESAGEM DAS BOLAS DO CAMINHÃO DA SORTE, NA RUA CARLOS CYRILLO JÚNIOR, 92 – MORUMBI (PÁTIO DA REDE

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

						BANDEIRANTES DE TELEVISÃO) NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP.
64	LUISA REIS E SILVA	BSB/SÃO/BSB	24 A 27/10/2008	562,54	3,5	PARTICIPAR DA FISCALIZAÇÃO DA LOTERIA PAULISTA, NO DIA 24/10/2008 ÀS 18H, NA PRAÇA CENTRAL RUY BARBOSA, NA CIDADE DE CASA BRANCA, INTERIOR DE SÃO PAULO, AONDE A SERVIDORA IRÁ DE ÔNIBUS, SAINDO DO TERMINAL DO TIETÉ/SP, NO DIA 25/10/2008, RETORNARÁ DE ÔNIBUS PARA A CAPITAL DE SÃO PAULO, ONDE PERMANECERÁ ATÉ O DIA 27/10/2008, PARA PARTICIPAR DE FISCALIZAÇÃO NO DIA 26/10/2008 ÀS 20H30, FISCALIZAÇÃO DA MEGA-SENA E PESAGEM DAS BOLAS DO CAMINHÃO DA SORTE, NA RUA CARLOS CYRILLO JÚNIOR, 92 – MORUMBI (PÁTIO DA REDE BANDEIRANTES DE TELEVISÃO) NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP.
65	RICARDO KALIL MORAES	BSB/SÃO/BSB	6 A 8/11/2008	349,53	2,5	PARTICIPAR DE EVENTO DO IBRAC (INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA CONCORRÊNCIA, CONSUMO E COMÉRCIO INTERNACIONAL). - 14º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA, NOS DIAS 07 E 08 DE NOVEMBRO NO GRANDE HOTEL CAMPOS DO JORDÃO – SP, COM INICIO ÀS 8H30 E TERMINO ÀS 14H00.
66	ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA	RIO/SÃO/RIO	6 A 8/11/2008	351,17	2,5	PARTICIPAR DE EVENTO DO IBRAC (INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA CONCORRÊNCIA, CONSUMO E COMÉRCIO INTERNACIONAL). - 14º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA, NOS DIAS 07 E 08 DE NOVEMBRO NO GRANDE HOTEL CAMPOS DO JORDÃO – SP, COM INICIO ÀS 8H30 E TERMINO ÀS 14H00.
67	ABEL ABDALLA TORRES	RIO/BSB/RIO	16 A 19/11/2008	489,89	3,5	PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO PARA CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL – EPPGG, POR MEIO DO CURSO: C08 - OFICINA DE NEGOCIAÇÃO, A SER REALIZADO NA SEDE DA ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP. O CURSO É OBRIGATÓRIO AFINS DE PROMOÇÃO NA CARREIRA DE EPPGG. LOCAL: BRASÍLIA (DF). PERÍODO DE 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2008, NO HORÁRIO DE 08:30H ÀS 18H, E NO DIA 19 DE NOVEMBRO DE 2008 NO

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

						HORÁRIO DE 8:30H ÀS 12:30H.
68	ISABELA REHEM VARGAS	BSB/ IMP/ BSB	20 A 22/11/2008	297,95	2,5	FISCALIZAR DENÚNCIA RECEBIDA SOBRE PRÁTICA DE PROMOÇÃO COMERCIAL SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DESTA SECRETARIA(SEAE) REALIZADA NO TIMBIRA SHOPPING PELA EMPRESA VISA. A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2008 DAS 10H ÀS 22H, NO TIMBIRA SHOPPING- RUA CEARÁ Nº 576 LOJA 69, IMPERATRIZ-MA.
69	LUIZA REIS E SILVA	BSB/ IMP/ BSB	20 A 22/11/2008	297,95	2,5	FISCALIZAR DENÚNCIA RECEBIDA SOBRE PRÁTICA DE PROMOÇÃO COMERCIAL SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DESTA SECRETARIA(SEAE) REALIZADA NO TIMBIRA SHOPPING PELA EMPRESA VISA. A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2008 DAS 10H ÀS 22H, NO TIMBIRA SHOPPING- RUA CEARÁ Nº 576 LOJA 69, IMPERATRIZ-MA.
70	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/CDG/BSB	29 A 3/12/2008	3.900,00	4,0	ENCONTRO DO GRUPO DE POLÍTICAS REGULATÓRIAS DA OCDE-GPR QUE SERÁ REALIZADO PELA ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) NOS DIAS 1 E 2 DE DEZEMBRO DE 2008 DAS 9H30 ÀS 18H NA SEDE DA OCDE EM PARIS NA FRANÇA.
71	BRUNO QUEIROZ CUNHA	BSB/REC/BSB	19 A 22/11/2008	552,47	3,5	PARTICIPAÇÃO NO 3º CONGRESSO DE DIREITO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES, PROMOVIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE POLÍTICA E DIREITO DA INFORMÁTICA (IBDI), QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 20 E 21 DE NOVEMBRO DE 2008, DAS 8H30 ÀS 18H, NO AUDITÓRIO DO RECIFE PALACE HOTEL, EM RECIFE-PE.
72	LUIZA REIS E SILVA	BSB/SÃO/BSB	27 A 30/11/2008	473,20	3,5	27/11/2008: PARTICIPAR DO FÓRUM ABA DE MARKETING LEGAL SOBRE PROMOÇÃO COMERCIAL QUE INICIARÁ ÀS 9H, COM PREVISÃO DE SE ENCERRAR ÀS 17H, NA AVENIDA PAULISTA, 352, 6º ANDAR. 28/11/2008: FISCALIZAR, A PARTIR DAS 10H, NA CIDADE DE SÃO PAULO, A APURAÇÃO DA CAMPANHA PROMOCIONAL AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.0004889/2008-11. 29/11/2008: FISCALIZAR O SORTEIO DA MEGA SENA, ÀS 20H, NA RUA BOA VISTA, 630 – CENTRO – PRAÇA IVAN BRAGA DE OLIVEIRA, NA CIDADE DE EMBU GUAÇU/SÃO PAULO.

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008*

73	ISABELA REHEM VARGAS	BSB/SÃO/BSB	28 A 30/11/2008	356,87	2,5	28/11/2008: FISCALIZAR, A PARTIR DAS 10H, NA CIDADE DE SÃO PAULO, A APURAÇÃO DA CAMPANHA PROMOCIONAL AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.0004889/2008-11. 29/11/2008: FISCALIZAR O SORTEIO DA MEGA SENA, ÀS 20H, NA RUA BOA VISTA, 630 – CENTRO – PRAÇA IVAN BRAGA DE OLIVEIRA, NA CIDADE DE EMBU GUAÇU/SÃO PAULO
74	WALDIR EUSTÁQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/SÃO/BSB	30 A 3/12/2008	465,84	3,5	FISCALIZAR A APURAÇÃO DO PROCESSO Nº 18101.000482/2008-91 NOS DIAS 1º E 2 DE DEZEMBRO, QUE SERÁ REALIZADA EM SÃO PAULO, NO ENDEREÇO ESTRADA SADAÉ TAKAGI, 2290 - BAIRRO COOPERATIVA SÃO BERNARDO DO CAMPO EM SÃO PAULO.
75	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	BSB/SÃO/BSB	30 A 3/12/2008	554,92	3,5	FISCALIZAR A APURAÇÃO DO PROCESSO Nº 18101.000482/2008-91 NOS DIAS 1º E 2 DE DEZEMBRO, QUE SERÁ REALIZADA EM SÃO PAULO, NO ENDEREÇO ESTRADA SADAÉ TAKAGI, 2290 - BAIRRO COOPERATIVA SÃO BERNARDO DO CAMPO EM SÃO PAULO.
76	SUIANE INÊS DA COSTA FERNANDES	SÃO/BSB/SÃO	1 A 10/12/2008	1.236,49	9,5	PARTICIPAR DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA A CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL, NO PERÍODO DE 01 A 03/12/2008 E DE 08 A 10/12/2008, NA ENAP (ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA), NO SAIS ÁREA 2-A – BRÁSILIA/DF.
77	JOSSIFRAM ALMEIDA SOARES	BSB/RIO/BSB	7 A 8/12/2008	233,17	1,5	PARTICIPAR DE UM FÓRUM PERSPECTIVAS DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO PARA 2009, PROMOVIDO PELO INSTITUTO DE ECONOMIA - UFRJ/ CAMPUS DA PRAIA VERMELHA – RIO DE JANEIRO/RJ, NO DIA 08/12/2008 A PARTIR DAS 8H30.
78	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	RIO/POA/BSB/ RIO	14 A 16/12/2008	480,36	2,5	FISCALIZAR A URNA E A APURAÇÃO DA PROMOÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000615/2008-29, NOS DIA 14 E 15 DE DEZEMBRO DE 2008, EM PORTO ALEGRE, NA AV. JOÃO WALLIG, 1800 – PRAÇA MARIO QUINTANA – PORTO ALEGRE/RS.
79	WALDIR EUSTÁQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/POA/BSB	14 A 15/12/2008	233,17	1,5	FISCALIZAR A URNA E A APURAÇÃO DA PROMOÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000615/2008-29, NOS DIA 14 E 15 DE DEZEMBRO DE 2008, EM PORTO ALEGRE, NA AV. JOÃO WALLIG, 1800 – PRAÇA MARIO QUINTANA – PORTO ALEGRE/RS.

Fonte: SEAE/MF

3.4 – Gestão Financeira – Dados Situacionais

3.4.1 Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)

A SEAE implantou o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) em janeiro de 2008. É um sistema informatizado criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acessado via Internet, que integra as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle das diárias e passagens, decorrentes de viagens realizadas no interesse da administração pública, em território nacional ou estrangeiro.

Do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) são extraídos os dados sobre diárias para o portal da transparência conforme previsto no art. 15 da Portaria Interministerial nº 140 de 20 de março de 2006, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência – Interino e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, para subsidiar o Relatório de Gestão do Processo de Tomada e Prestação de Contas, exigidos pela Portaria CGU, nº 555 de 28 de dezembro de 2006. A partir de 31 de dezembro de 2008 passou a ser obrigatória a utilização pelos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme descrito no art. 12-A do decreto nº 6.258 de 19 de novembro de 2007.

O sistema faz desde o cadastramento da viagem, inclusive de trechos, com reserva de passagens e controle das autorizações de solicitação e despesa e execução financeira, até a emissão do bilhete.

Com referência ao controle e auditoria por parte da CGU, o sistema SCDP dispõe de vários tipos de relatórios, que a CGU já vem adotando para analisar e auditar os gestores públicos quanto aos gastos irregulares com diárias e passagens. Também são extraídos dados sobre diárias para compor o Portal de Transparência Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proporcionando assim, maior transparência para a população em geral.

3.4.2 – Suprimento de Fundos/Serviços

O ANEXO III discrimina o total de saques realizados mediante o uso de cartões de crédito corporativo, para fins de atendimento de despesas administrativas de pequeno valor, detalhando a informação, por responsável.

3.5 – Processos de Controle – Controles da Gestão

3.5.1 - Controle interno da gestão

A Secretaria de Acompanhamento Econômico considera relevante e fundamental a sistematização e a documentação das atividades envolvidas em seus campos de atuação.

Desde 2002, a SEAE utiliza o Sistema *Littera*, concebido para controlar e gerenciar, internamente, o fluxo de processos e documentos, possibilitando o registro, o armazenamento e a disponibilização corporativa da produção técnica da Secretaria. Nos anos de 2002 e 2003, o Sistema tratava apenas das informações referentes a atos de concentração, entretanto, em 2004,

começaram a ser implantados os módulos relativos a condutas anticompetitivas e prêmios e sorteios.

Também, foram implementados os fluxos para análise dos Processos de Averiguação Preliminar, Processos Administrativos, Atos Normativos e Consulta CADE e a publicação de Notas Técnicas na Internet sobre Representações à SDE.

A SEAE utiliza, ainda, os recursos de Servidor de Arquivos – Árvores de Diretórios – estrutura de diretórios e pastas compartilhadas – visando à utilização corporativa das informações produzidas pelos usuários. Em 2007, a SPOA/MF instalou na SEAE um novo Servidor com capacidade de armazenamento de 1,6 TB para compartilhamento entre os Órgãos de Específicos Singulares (OES's) instalados no Edifício Sede e Anexo.

Desde 1999, a SEAE vem procurando padronizar os procedimentos de análise a serem utilizados quando da elaboração de pareceres referentes à defesa da concorrência, tendo em vista que o uso de manuais e guias de análise permitem a uniformização de procedimentos internamente, além de conferirem consistência, robustez e transparência às análises.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico, por meio da Coordenação de Tecnologia da Informação, instalou em maio/2008 equipamentos para a implementação do Sistema de Videoconferência para 3 ambientes físicos, visando reduzir custos com deslocamentos para eventuais reuniões e treinamentos fora de Brasília. Além da comodidade, o recurso implementado traz auxílios significativos, tanto na parte logística quanto na parte tecnológica. Na questão da logística, o grande diferencial proporcionado pelo Sistema de Videoconferência é a economia de tempo e de recursos, possibilitando a reversão de tais fatores para outras áreas da Secretaria. Outra vantagem do Sistema de Videoconferência é a utilização de ferramentas de compartilhamento de documentos em tempo real, permitindo aos integrantes das reuniões visualizarem, alterarem e transferirem esses documentos durante o decorrer das reuniões, gerando grande avanço em prol da maior eficiência administrativa desta Secretaria..

Em julho/2008 a SEAE lançou oficialmente o Manual de Identidade Visual (MIV) com o objetivo de orientar e padronizar a utilização da marca da SEAE em todos os documentos expedidos de divulgação interna e externa. O Manual elaborado pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da SEAE, em conjunto com a Assessoria de Comunicação/SEAE, tem por finalidade regular toda a identidade visual da instituição e deverá ser consultado antes da realização e elaboração de todo e qualquer tipo de veiculação da imagem da Secretaria. O Manual contém informações técnicas necessárias para a aplicação correta do Logotipo evitando distorções de cor, forma e legibilidade. Esse é mais um passo da nossa Secretaria em prol da comunicação efetiva, padronizada e transparente.

No final de 2008, foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2009 da SEAE/MF (PDTI SEAE/MF 2009), por determinação da Instrução Normativa no. 4, de 19 de maio de 2008, da SLTI/MP, e em conformidade com as orientações do Comitê Estratégico de TI do Ministério da Fazenda, sob a coordenação da Secretaria Executiva.

A Secretaria possui os seguintes Manuais/Guias de Análise:

- **Manual de Procedimentos Operacionais em Defesa da Concorrência** (junho 2000) – esclarece os pontos mais importantes referentes às questões procedimentais envolvidas nas análises pertinentes à área em questão. Atualmente está sendo revisado;
- **Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração**² (Portaria SEAE nº 39/99) – posteriormente aperfeiçoado e adotado também pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE), com o novo título de **Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal** (Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50/01);
- **Guia Para Análise Econômica da Prática de Preços Predatórios**³ (Portaria SEAE nº 70/02); e
- **Cartilha de Análise e Autorização de Promoções Comerciais** (março 2003);
- **Manual de Fiscalização – Promoções Comerciais e Loterias** (março 2003);
- **Cartilha para Análise de Prestação de Contas de Promoções Comerciais** (março 2003).

3.5.2 - Controle externo da gestão

1 - Requerimento de Informação da Presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI – Solicitação de cópias de todas as Prestações de Contas de Suprimento de Fundos desde o ano de 1998, concedidos no âmbito da cidade de Brasília-DF, desde que não gravadas de sigilo.

PROVIDÊNCIAS – Em 3 de abril de 2008, enviou-se à SPOA o Memorando 300 GABIN/SEAE/MF, prestando as informações solicitadas por meio do Memorando-Circular 009/SPOA/SE/MF, de 31 de março de 2008.

2 – Diligência do Tribunal de Contas da União – Solicitação de informação sobre o relacionamento da SEAE com Organizações Não-Governamentais – ONGs.

PROVIDÊNCIAS – Em 12 de agosto de 2008, enviou-se à Assessoria de Controle Interno do GMF o Memorando 737 GABIN/SEAE/MF, prestando as informações solicitadas por meio do Ofício 506/2008-TCU/SECEX-2, de 20 de julho de 2008.

² Simplificadamente, operações de concentração econômica se referem a fusões, aquisições e incorporações de empresas ou de ativos de empresas.

³ A prática de preços predatórios é uma conduta anticompetitiva e se verifica quando uma firma reduz o preço de venda de seu produto abaixo do seu custo, incorrendo em perdas no curto prazo, objetivando eliminar rivais do mercado, para, posteriormente, quando os rivais saírem do mercado, elevar os preços novamente e obter lucros extraordinários.

3 – Solicitação da Procuradoria-Geral da União – Solicitação de informação sobre contratos de consultoria celebrados no âmbito de projetos de cooperação com Organismos Internacionais.

PROVIDÊNCIAS – Em 12 de dezembro de 2008, enviou-se à SE/MF o Memorando 1184 GABIN/SEAE/MF, prestando as informações solicitadas por meio do Ofício 760/2008-PGU/AGU – Registro nº 9940/2008, de 2 de novembro de 2008.

4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. Programas

A Secretaria de Acompanhamento Econômico participa de dois Programas do PPA, a saber: o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados, sob a responsabilidade gerencial da própria SEAE e o Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, sob a responsabilidade gerencial da SDE/MJ.

0780 - PROGRAMA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

O Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados justifica-se pela:

- i) necessidade de constante atualização dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos; e
- ii) necessidade de avaliação sistemática de marcos regulatórios e legais que possam estar inadequados ao ambiente de mercado concorrencial ou que possam permitir a ocorrência de falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Além disso, o Programa deve sua existência às seguintes demandas:

- i) dar cumprimento ao Art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, que determina: “A partir de 1º de julho de 1994, o reajuste e a revisão dos preços públicos e das tarifas de serviços públicos far-se-ão conforme atos, normas e critérios a serem fixados pelo Ministro da Fazenda”;
- ii) necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos;
- iii) inadequação de alguns marcos regulatórios e legais ao ambiente de mercado concorrencial; e
- iv) falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Todos esses itens podem impactar negativamente a economia do país, prejudicando os cidadãos de forma geral, seja por meio de ameaças à estabilidade econômica, seja por meio de deficiências estruturais que possam vir a afetar o sistema relativo de preços e o crescimento econômico. Visando a eliminar ou a reduzir os problemas citados, este Programa possui estratégias de ação operacionalizadas por meio da potencialização da promoção da concorrência e de mecanismos que buscam coibir o exercício abusivo de poder de mercado, permitindo que os consumidores tenham maior variedade de produtos, exerçam o poder de escolha e pelos menores preços possíveis.

O Programa é operacionalizado via ações de regulação econômica, que objetivam reduzir os efeitos negativos das imperfeições de mercado, fato que pode provocar aumento de preços, redução da qualidade, diminuição da variedade ou redução das inovações.

Dessa forma, a SEAE realiza várias atividades, dentre as quais destacamos:

- i) identificação de setores relevantes para o acompanhamento de condutas anticompetitivas;
- ii) desenvolvimento de estudos jurídicos e econômicos, visando a formular peças regulatórias específicas voltadas para os setores incluídos no Art. 70 da Lei 9.069/95;
- iii) realização de visitas, reuniões e eventos semelhantes junto a outros órgãos do Governo, bem como junto aos agentes econômicos em geral, com vistas a discutir políticas de regulação, especialmente nos setores de infra-estrutura e agrícola e/ou em outros setores com grandes externalidades sociais; e
- iv) definição, juntamente com os ministérios setoriais e as Agências Reguladoras, de regimes tarifários e de marcos regulatórios.

Em síntese, o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados tem o objetivo de subsidiar a proposição de novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo. Visa também a cumprir uma das competências da SEAE, qual seja, estruturar e acompanhar a implantação de novos modelos de regulação e gestão, em articulação com as Agências Reguladoras e demais órgãos afins.

O Programa e as ações executadas pela SEAE contribuem, significativamente, para o alcance da Diretriz 1 – Aperfeiçoamento e Consolidação dos Marcos Regulatórios dos Setores de Infra-Estrutura inserida no Desafio 17 – Impulsionar os Investimentos em Infra-Estrutura de Forma Coordenada e Sustentável, que faz parte do Plano Plurianual 2008-2011 traçado pelo Senhor Presidente da República relativo ao macro objetivo do crescimento da economia brasileira com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais.

Por fim, cabe salientar que, durante o ano de 2008, o Programa apresentou resultados satisfatórios e eficientes em praticamente todas as ações, com exceção da ação 2068 – Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais que teve a meta cumprida em apenas 69%. Por outro lado, a ação 2387 – Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais superou a meta em 57% e a meta 2069 – Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos atingiu 94% do previsto, além do menor dispêndio de recursos do que o inicialmente previsto para todas as ações.

0695 - PROGRAMA DE DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

Como já foi mencionado anteriormente, a SEAE integra, junto com a SDE/MJ e com o CADE, o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

O Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, gerenciado pela SDE/MJ, possui uma ação executada pela SEAE: Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos.

A execução desse Programa tem como estratégia a busca de uma melhor articulação entre os Órgãos de Defesa da Concorrência, no sentido do aprimoramento dos instrumentos de investigação e do aumento da transparência da atuação dos órgãos envolvidos.

Esse programa, levado a cabo com fundamento na Lei n.º 8.884, de 1994, relaciona-se com o macroobjetivo de promover a reestruturação produtiva com vistas a estimular a competição no Mercado Interno.

4.1.1 – 0780 – Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados

4.1.1.1 - Dados gerais

Tabela 11 – Dados gerais do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados – SEAE/MF

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.
Objetivo específico	Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.
Gerente do programa	Antonio Henrique Pinheiro Silveira
Gerente executivo	Rita de Cássia Vandanezi Munck
Responsável pelo programa	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
Indicadores ou parâmetros utilizados	Somatório de Notas Técnicas e de Notas Explicativas produzidas e encaminhadas aos setores demandantes e ou beneficiados (Congresso Nacional, Agências Reguladoras e demais setores da economia)
Público-alvo (beneficiários)	Agentes econômicos e cidadãos

Fonte: SIGPLAN

4.1.1.2 - Ações do Programa 0780

0780 - PROGRAMA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

➤ **Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa:**

A ação Gestão e Administração do Programa foi criada em 2005, com o objetivo de alocar créditos destinados a suprir as necessidades da Secretaria cujas despesas não deveriam ser realizadas no âmbito das ações finalísticas, tais como despesas de manutenção, gastos com viagens para tratar de assuntos administrativos, dispêndios decorrentes da aquisição de material de consumo, material permanente e demais despesas de cunho administrativo voltadas às atividades da Secretaria.

Dados gerais

Tabela 13 – Dados gerais da ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ **Ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos:**

A ação Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos visa a estruturar regras adequadas para a fixação e o reajuste de tarifas. Apesar de as agências reguladoras serem encarregadas da estruturação da política de preços nos setores regulados, há ações que impactam as políticas macro e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Em

decorrência disso, a SEAE assessora o Senhor Ministro nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais, elabora estudos fruto do acompanhamento da economia, que subsidiam as ações e decisões de correção de rumo de curto prazo das principais variáveis econômicas e a elaboração de políticas econômicas de longo prazo.

Em síntese, a ação visa a estruturar critérios e regras para a fixação e o reajuste de tarifas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes e é aplicada especialmente no caso de serviços/tarifas públicos que foram sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa.

Vale notar também que, devido a mandamento legal, algumas agências, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ, devem comunicar, antecipadamente, ao Ministério da Fazenda os reajustes e as revisões nas tarifas. Em outros setores, como o setor “postal”, que ainda não possui agência reguladora, é necessária a expedição de portaria autorizativa do Ministério da Fazenda por ocasião da alteração de preços. Entretanto, independentemente da existência ou não de agência reguladora, qualquer preço público modificado em período inferior a um ano deve ter autorização do Ministro da Fazenda.

Em 2008 a SEAE atingiu 94% da meta física. Realizou 17 análises das 18 inicialmente previstas para a ação colocada como meta. Cabe esclarecer que a SEAE recebeu 17 pedidos de análise dos 18 pedidos inicialmente programados, dos quais todos foram analisados e expedidos aos beneficiários.

Dados gerais

Tabela 14 – Dados gerais da ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Analisar critérios e regras para revisão e reajuste de preços e tarifas públicas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes, considerando aspectos de defesa e promoção da concorrência, eficiência econômica bem-estar social.
Descrição	Adequação de regimes tarifários, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ **Ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais**

A ação de Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais objetiva regular atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica, sem comprometer a concorrência. A SEAE trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes, com o propósito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência.

Em 2008, a SEAE atingiu 69% da meta física inicialmente prevista para a ação. Em 2007, o programa das zonas de processamento de exportações suscitou grande interesse do congresso e resultou na apresentação de 40 projetos de lei visando à criação desse tipo de zonas especiais de comércio nos municípios de interesse dos congressistas. Esse tema concentrava grande parte das manifestações nesta Secretaria. Com a troca do Dirigente Máximo nesta Secretaria, no início do segundo semestre, esse assunto foi transferido para as competências da SPE. Em virtude da retirada desse grande número de projetos sobre um único tema, a meta previamente estabelecida não foi atingida.

Dados gerais

Tabela 15 – Dados gerais da ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar na regulamentação das atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando à eficiência econômica e ao funcionamento de mercados em ambientes concorrenciais.
Descrição	Avaliação e/ou proposição de novos marcos e critérios regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ **Ação 2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico:**

Esta ação objetiva manter e prover acessibilidade às informações econômicas necessárias para a atuação da Secretaria, tendo como produto *software*, *hardware* e periféricos funcionando com qualidade. É de suma importância, portanto, para o sucesso das outras ações.

A clientela principal dessa ação é formada por servidores da SEAE e, em última instância, pela sociedade e pelos agentes econômicos, que se beneficiam com o aumento da produtividade dos servidores e dos melhores serviços prestados pela Secretaria.

A partir de 2003, a SEAE passou a disponibilizar em seu sítio na Internet uma série de indicadores econômicos selecionados, por meio do Sistema de Gestão de Indicadores Econômicos (SIGIN).

O tipo de informação inserida nos gráficos com indicadores econômicos varia de acordo com o produto analisado, podendo haver comparações com preços internacionais, margem de lucro praticada, grau de concentração nos mercados e relação entre preço e taxa de inflação, por exemplo. Para acessar o Sistema, basta acessar o endereço http://www.SEAE.fazenda.gov.br/servicos_main/indicadores.

A disponibilização dos indicadores econômicos selecionados no sítio da Secretaria na Internet potencializou sobremaneira a ação de Acompanhamento Sistemático de Mercados.

Em 2005 foi dado início ao trabalho de análise do conteúdo e as respectivas atualizações objetivando oferecer melhor relação custo/benefício. Como resultado desse trabalho, decidiu-se manter apenas as séries relativas a “Índices de Preços”, “Setor Químico” e “Siderurgia”.

Esta ação cumpriu integralmente sua meta física estipulada para 2008.

Dados gerais

Tabela 16 – Dados gerais da 2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter consolidadas e prover acessibilidade, via recursos informativos, às informações necessárias para atuação da Secretaria de Acompanhamento Econômico.
Descrição	Complementação, implementação, manutenção e gerenciamento de sistemas informatizados e especializados relativos às atribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico e relacionadas também aos assuntos de interesse do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ **Ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios Com Fins Comerciais:**

A ação de Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais abrange três grandes áreas, a saber:

- Autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular;
- Autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (*sweepstakes*), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas;
- Autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

A primeira área trata da emissão, por parte da SEAE, de autorização para que instituições financeiras procedam à distribuição gratuita de prêmios e realize sorteios a título de propaganda. A Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, veda a realização de promoções comerciais, exceto para aquelas empresas devidamente autorizadas pelo Ministério da Fazenda. Assim, no âmbito do Ministério da Fazenda, cabe à SEAE essa atividade. Adicionalmente e considerando a mesma previsão legal, compete à SEAE também autorizar as instituições financeiras que desejem promover a captação antecipada de poupança popular, entendendo-se esta última como o sistema pelo qual assegura-se a contraprestação de objeto contratual líquido e certo, mediante pagamento antecipado de parcelas, sem data previamente estipulada, sendo a contratação tida por certa. A função de fiscalizar, como não poderia deixar de ser, é uma decorrência do ato de autorizar e visa garantir que os agentes econômicos cumpram a citada legislação.

Os procedimentos para o deferimento de pedidos de autorização de promoção estão arrolados no Decreto nº 70.951, de 9 de agosto de 1972. À guisa de instrumentos para a concessão de pedidos de autorização para promoção, esta SEAE utiliza-se de análises contábeis, de cálculos de avaliação econômico-financeira, sobretudo capacidade de honrar compromissos, das empresas interessadas em realizar tais eventos. Analisa ainda a regularidade fiscal e jurídica das interessadas.

Na prática, a atividade de autorização de promoções comerciais - sorteios, concursos, vale-brindes e afins, solicitadas por instituições financeiras e correlacionadas - consiste, inicialmente, na análise do plano de operação enviado pela empresa observando-se as exigências da legislação pertinente à cada modalidade de promoção. Na maioria das vezes, é necessária a solicitação, por parte da SEAE, de modificações no plano apresentado, para que este se ajuste ao formato exigido pela legislação. A segunda e última etapa consiste da prestação de contas, que ocorre após a realização da promoção. A empresa presta contas para esta Secretaria e o processo é então finalizado e homologado.

A autorização para emissão de *sweepstakes* ou para a exploração de outras modalidades de loteria, do ponto de vista operacional, segue o mesmo *modus operandi* descrito anteriormente. Aqui o principal interesse da Secretaria está voltado para não permitir um desvirtuamento da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984. Nos termos da legislação, as loterias turfísticas autorizadas devem funcionar como um estímulo para o desenvolvimento da atividade de equideocultura, devendo-se evitar e coibir toda e qualquer autorização de loteria em que não seja possível identificar um real incentivo à atividade, sob pena de configurar exploração de jogo de azar.

As atividades de autorização, de homologação, de fiscalização e de monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal estão previstas nos Decretos-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, e nº 204, de 27 de fevereiro de 1967. A SEAE autoriza e aprova todos os planos de sorteio de extração de loteria federal explorados pela Caixa Econômica Federal. Ainda nesse mesmo segmento, compete à Secretaria autorizar a Caixa a explorar novas modalidades lotéricas. Desde que essa atividade foi transferida para a SEAE, já foram autorizadas duas novas loterias: a “Lotogol” e a “Loteca”. Está previsto para 2008 o lançamento da “Timemania”.

As competências relativas à operacionalização e à fiscalização de prêmios e sorteios e das outras atividades foram transferidas a esta SEAE por ocasião da edição da Medida Provisória n.º 2.049-20, de 29 de junho de 2000. Por intermédio dessa ação, o objetivo da Secretaria é o de conferir maior transparência a tais eventos, bem como assegurar o absoluto respeito aos direitos dos consumidores desses produtos.

Os dados para o acompanhamento físico são obtidos no local de fiscalização dos eventos, bem como a partir de denúncias apresentadas à SEAE, sobretudo por representantes do Ministério Público, do PROCON e dos cidadãos, de um modo geral.

Em 2008, a SEAE superou em 57% a meta física inicialmente prevista para a ação. Isso se deve, em grande parte, à expressiva ampliação das autorizações de promoções coletivas, principalmente para os Shopping Centers, que por meio da entrada em vigor, em 19 de fevereiro de 2008, da Portaria nº 41, que regulamenta as promoções comerciais no país, teve mais bem desobstruída esta questão, dando ensejo a superação da meta em 57%.

Dados gerais

Tabela 17 – Dados gerais da ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios Com Fins Comerciais

Tipo	Atividade
Finalidade	Autorizar e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios e planos de extrações lotéricas, visando assegurar o absoluto cumprimento dos direitos dos consumidores.
Descrição	Emissão de autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (<i>sweepstakes</i>), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN

4.1.2 – 0695 – Programa de Defesa Econômica e da Concorrência

4.1.2.1 - Dados gerais

Tabela 12 – Dados gerais do Programa de Defesa Econômica e da Concorrência – SDE/MJ

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos
Objetivo específico	Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência
Gerente do programa	Diego Faleck
Gerente executivo	Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto
Responsável pelo programa	Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Fazenda
Indicadores ou parâmetros utilizados	Somatório do número de processos administrativos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE anualmente.
Público-alvo (beneficiários)	Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências regulatórias

Fonte: SIGPLAN

4.1.2.2 - Ação do Programa 0695

0695 - PROGRAMA DE DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

➤ **Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos:**

Essa ação refere-se ao controle de estruturas de mercado (análise de operações de fusão, aquisição e incorporação de empresas) e de condutas anticompetitivas (por exemplo, prática de cartel), fundamental para a criação de um ambiente econômico favorável aos investimentos privados e ao crescimento econômico sustentável.

Em janeiro de 2006, as Secretarias de Acompanhamento Econômico e de Direito Econômico/MJ publicaram portaria conjunta que estabeleceu mecanismos de cooperação entre os dois órgãos e institucionaliza a instrução conjunta de atos de concentração e de condutas anticompetitivas (Portaria Conjunta n.º 33, de 4 de janeiro de 2006).

São diretrizes norteadoras da cooperação entre SEAE e SDE, previstas na Portaria, o espírito cooperativo, a transparência na comunicação, a coordenação de ações, a racionalização dos trabalhos, a economia processual e a não duplicação de esforços.

A divisão de trabalho decorrente da cooperação entre as Secretarias observará as atribuições legais estabelecidas na Lei nº 8.884, de 1994, e levará em conta a experiência prévia de ambas, a fim de melhor aproveitar a especialização dos seus respectivos corpos técnicos e de potencializar a capacidade de análise de cada Secretaria.

Com a Portaria, os órgãos de instrução do SBDC passaram, formalmente, a trabalhar de maneira integrada, o que possibilitou ao Sistema atuar de forma mais eficiente.

A análise de atos de concentração é disciplinada pelo art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994, que estabelece um prazo de 30 dias para a manifestação da SEAE e encaminhamento do processo à SDE, dispondo este órgão de prazo semelhante para sua manifestação. Em seguida, o caso é remetido ao CADE, que tem o prazo de 60 dias para deliberação (julgamento), sendo esses prazos suspensos quando da solicitação, pelos órgãos, de informações adicionais.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nesses casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e/ou a SDE pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso, para apurar os fatos. O Cade aprecia, com base nas opiniões da SDE e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

Os pareceres elaborados pela Secretaria, no que se refere a atos de concentração e condutas anticompetitivas são peças que contêm sofisticada análise econômica e são muitas vezes fruto de um longo período de investigação apurada. Investigações sobre condutas anticompetitivas tendem, em todo o mundo, a durar meses ou até anos nos casos mais importantes, tendo em vista a complexidade envolvida.

Cabe destacar uma especificidade da SEAE frente aos outros órgãos do SBDC: uma vez que a Secretaria é o primeiro órgão a realizar a análise sobre os casos de concentração econômica, a maior parte da instrução acaba sendo feita nesse estágio e o prazo de análise da Secretaria tende, naturalmente, a ser superior ao da SDE e do CADE.

Em 2008, foram analisados 658 Processos de Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais, contra 635 processos no ano anterior. Percebe-se um crescimento de 3% no número de processos analisados pela Secretaria, principalmente por conta do aumento de processos de atos de concentração analisados, que cresceu 6% em 2008. O tempo médio total de análise foi de 81 dias (contra 80 dias em 2007, 52 dias em 2006, 50 dias em 2005, 65 dias em 2004, 80 dias em 2003 e 110 dias em 2002) para a elaboração de pareceres referentes a atos de concentração. O prazo mencionado refere-se ao tempo total despendido na análise, por parte da

SEAE, não descontado os períodos de suspensão de contagem de prazo. Quando é necessário o envio de ofícios de solicitação de informações a fim de serem prestados esclarecimentos adicionais, os prazos são suspensos desde o envio do Ofício da Secretaria até o recebimento das respostas solicitadas (disposição constante do art. 54, §8º, da Lei n.º 8.884, de 1994).

Isso significa que a meta relativa à ação, que era de 425 processos (fusões e aquisições; e condutas anticompetitivas), foi superada em 55%. Tal fato se explica, em parte, pelo aquecimento da economia brasileira refletido no aumento do número de processos de atos de concentração submetidos à análise do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência em 2008, que foi de 6% quando comparado com o ano anterior. Além disso, na parte de condutas anticoncorrenciais, verificou-se um aumento expressivo nas manifestações por meio de elaboração de pareceres, notas e termos de encerramento de denúncias, resultado da crescente entrada de processos administrativos no Sistema.

É importante lembrar que em 2004 o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência se adiantou e lançou um conjunto de medidas para agilizar a análise de atos de concentração. Uma dessas medidas foi a criação de um Rito Conjunto de Análise de Atos de Concentração. Anteriormente, a SEAE elaborava um parecer, encaminhava-o à SDE, que elaborava outro parecer, e só então o caso era remetido com instrução completa ao CADE, para julgamento. A instrução dos processos em duas etapas podia levar meses. Com o Rito Conjunto, a instrução dos casos passou a ser feita em uma única etapa: equipes das duas secretarias se reúnem periodicamente a fim de mapear os casos notificados e discutir a instrução conjunta das operações mais importantes, ocasionando ganhos substantivos de tempo e de qualidade nas análises. Ao mesmo tempo, casos tidos como simples passaram a ser objeto de análise sucinta na SDE.

O conjunto de medidas lançadas pela SEAE e SDE se configurou como mais um passo fundamental para a racionalização do funcionamento do SBDC, a fim de que o Sistema possa melhor servir à sociedade. A ampliação do número de casos analisados pelo Rito Sumário e a drástica redução do tempo médio de análise de atos de concentração foram os resultados alcançados com as medidas.

Por seu turno, com exceção dos anos de 2007 e 2008 em que foram analisados muitos casos complexos, inclusive casos complexos remanescentes de anos anteriores a 2008, e por isso nestes dois últimos anos o tempo médio remontou aos idos de 2003, 80 dias, o tempo médio de análise de atos de concentração vem diminuindo desde 2002. Isso pode ser atribuído, em grande parte, à adoção, naquele ano, do Rito Sumário para Análise de Atos de Concentração mais simples e que não tenham o potencial de prejudicar a concorrência. Em 2003, quando o procedimento já estava bem desenvolvido na Secretaria, o resultado foi surpreendente: 50% dos casos de concentração foram analisados mediante o Rito Sumário. Em 2004, com o aperfeiçoamento da legislação, esse percentual subiu para 63%; em 2005, 70%. Em 2006 e 2007, manteve-se praticamente estável, 68% e 69%, respectivamente. Em 2008, 65%.

Com a adoção da metodologia do Rito Sumário, operações simples começaram a ser tratadas de forma diferente das operações complexas e os prazos de análise foram diminuídos,

possibilitando a prestação de um melhor serviço à sociedade e a alocação, pela Secretaria, de mais tempo para as análises de casos com maior potencial lesivo aos consumidores e à economia.

Outra realização nessa área foi o lançamento, no final de fevereiro de 2005, de um sistema de publicação automática de Pareceres e acompanhamento de Processos pela Internet. O objetivo era o de aumentar a transparência sobre as ações da Secretaria e facilitar a consulta do público-alvo da SEAE e aos cidadãos de maneira geral. Em 2006, foi reformulado o mecanismo de busca e foram incluídos outros tipos de processos e documentos, como Notas Técnicas de Confidencialidade e Pareceres de Saneamento Jurídico. A ampliação para 2007 foi em relação à inclusão do processo denominado “Consulta CADE”.

Os Pareceres da SEAE relativos à defesa da concorrência já se encontravam disponíveis no sítio da Secretaria, mas foram agregadas, com a nova sistemática a partir de 2006, informações sobre processos em análise, ao mesmo tempo em que as consultas se tornaram muito mais ágeis em decorrência de serem realizadas em tempo real e também em virtude da possibilidade de utilização de mecanismos de busca.

A nova sistemática facilitou sobremaneira o acesso às informações da Secretaria para o público-alvo envolvido. Só para dar uma idéia dessa facilidade, como os processos finalizados estão ordenados por data de saída e os em análise, por data de entrada, diariamente, é possível acompanhar tudo o que entrou e tudo o que saiu da SEAE, já na primeira tela, o que facilita em muito a o processo de busca e a pesquisa do interessado ou beneficiário da ação.

Para consultar os processos, basta que o usuário acesse o endereço eletrônico:
<http://www1.seae.fazenda.gov.br/littera/exec/controle.asp>

Dados gerais

Tabela 18 – Dados gerais da Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos

Tipo	Atividade
Finalidade	Analisar atos de concentração e condutas anticoncorrenciais do mercado, com vistas a assegurar a concorrência e a defesa da ordem econômica.
Descrição	Participação de pessoal técnico e dirigentes em reuniões e encontros que discutam assuntos de interesse de casos em instrução ou que possam ser objetos de análise; Elaboração de pareceres técnicos sobre casos em instrução; outras atividades relacionadas à instrução e a análise dos diversos casos tratados pelos órgãos do SBDC.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Rita de Cássia Vandanezi Munck
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

Fonte: SIGPLAN

4.1.3 - Resultados

Quanto aos resultados, conforme relatado anteriormente, verificou-se que os objetivos da maioria das ações foram alcançados no decorrer de 2008, inclusive com a constatação de que algumas ações alcançaram um resultado muito superior ao inicialmente previsto.

Cabe, mais uma vez, enfatizar a dificuldade da Secretaria com relação a pessoal, uma vez que a SEAE não dispõe de quadro próprio de carreira e a quantidade de técnicos existentes vem se mostrando insuficiente. Muitos servidores pertencem à carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, a empresas públicas, a sociedades de economia mista, ou à carreira de Analistas de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional e outros tantos são titulares somente de cargo em comissão, não possuindo vínculo com a Administração Pública. Essa situação ocasiona uma elevada rotatividade de técnicos e se configura como o principal gargalo à execução das ações sob responsabilidade da SEAE e ao desenvolvimento do espírito de corpo da instituição.

Tendo em vista que a carência de pessoal qualificado e provido periodicamente é uma dificuldade partilhada com a Secretaria de Direito Econômico/MJ e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, demais integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência da Concorrência (SBDC), o PL nº 5.877/2005, apensado ao PL nº 3.937/2004, que estrutura o SBDC e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica prevê a criação de um mecanismo de provisão de mão-de-obra qualificada aos órgãos do SBDC (idealmente funcionários públicos concursados de carreiras federais de nível superior). Tal provisão deverá resolver de forma definitiva as dificuldades de pessoal por que passa a Secretaria e os demais órgãos do SBDC, caso seja aprovado pelo Congresso Nacional. Vale salientar que o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em 17 de dezembro de 2008 o Projeto de Lei 3.937/2004, ao qual foi apensado o Projeto de Lei nº 5.877/05. Assim, a matéria seguiu para apreciação pelo Senado Federal.

Como também mencionado anteriormente neste relatório, espera-se que a criação da Carreira Fazendária supra os quadros técnicos da SEAE de forma institucionalizada, eliminando a preocupação com a captação de recursos humanos com base em cargos comissionados e ou de apoio, através de contratos de terceirizados. Espera-se estabilidade no quadro não só técnico, mas também de gestão, uma vez que a Secretaria acredita que um quadro estável e bem formado possibilitará a implementação de um projeto de desenvolvimento institucional continuado, alinhado aos objetivos estratégicos do Ministério da Fazenda e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência de forma sistematizada e continuada. A elevação da maturidade da gestão dos

assuntos da SEAE depende em grande parte da estabilidade e qualidade de seu quadro de recursos humanos.

Vale à pena ressaltar, que a escassez de espaço físico continua se configurando numa das preocupações experimentadas pela SEAE em Brasília. Desta forma, essa escassez restringe sobremaneira a possibilidade de expansão da equipe da Secretaria.

Cabe mencionar que com a conversão dos PL do SBDC em Lei, haverá necessidade de eliminar diversos processos de trabalho hoje instalados na Unidade Descentralizada do Rio de Janeiro e reorganizar as novas tarefas na SEAE em Brasília. Para tanto, a SEAE elaborou uma proposta de projeto de Modernização Institucional que foi encaminhada à Secretaria Executiva, e à SPOA, para que seja pensada em conjunto uma solução para as necessidades de recursos humanos, mapeamento e redesenho de processos e de alocação de maior espaço físico.

A SEAE, com,o já mencionado, integra o grupo de trabalho de análise de soluções de espaço físico para o Ministério da Fazenda e vem fazendo gestões junto ao grupo para viabilizar o acréscimo de no mínimo 150m² no Edifício Sede do MF até o final do ano de 2009, em vista da expectativa de aprovação do PL pelo Congresso Nacional.

A tabela abaixo mostra as despesas, por ação, com diárias e passagens, além de outras despesas julgadas relevantes para o ano de 2008:

Tabela 19 – Despesas, por ação, com Diárias e Passagens e outras julgadas relevantes

R\$1,00		
Ação	Item	Valor
2272 - Gestão Administrativa do Programa – GAP	Diárias e Passagens	27.253
	Material Permanente	514.214
	Despesas Condominiais espaço físico (SEAE-RJ e SP)	426.663
	Terceirizados	256.135
2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	Diárias e Passagens	28.817
2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	Diárias e Passagens	311.392
	Treinamento	135.283
2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	Diárias e Passagens	128.765
2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico	Diárias e Passagens	0
	Sistemas Informatizados	1.394.174
4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos	Diárias e Passagens	160.487

Fonte: SIAFI/SEAE

Por fim, mas não menos importante, ressaltamos que o Programa apresentou resultados considerados bastante satisfatórios no decorrer de 2008, embora nem todas as metas tenham sido cumpridas integralmente, conforme justificativas já prestadas neste relatório. Ao passo que em outras ações houve superação, inclusive com menor dispêndio de recursos do que o inicialmente previsto, ainda que o número de atribuições tenha aumentado e o contingente de pessoal técnico especializado não.

Tabela 20 – Comparativo das metas previstas e realizadas em 2008

R\$1,00

Ação	Físico Previsto	Físico Realizado	% Realizado/Previsto	Financeiro Previsto	Financeiro Realizado	% Realizado/Previsto
2272 - Gestão Administrativa do Programa – GAP	0	0	0	1.546.874	1.394.935	90,18%
2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	18	17	94,44%	57.151	29.633	51,85%
2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	116	80	68,97%	563.647	463.679	82,26%
2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	260	407	156,54%	304.909	169.680	45,81%
2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico	1	1	100%	2.010.847	1.394.175	69,33%
4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos	425	658	154,82%	400.818	168.858	42,13%

Fonte: Dados extraídos do SIGPLAN em 25/02/2009

5 – DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Indicadores de Gestão

Estes indicadores têm por finalidade aferir a eficiência, eficácia e economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pela SEAE.

Na Nota Técnica n.º 173 GABIN/SEAE/MF, de 3 de dezembro de 2002, foram levantados, pela SEAE, Indicadores de Desempenho referentes à eficiência, eficácia e economicidade de atividades consideradas estratégicas para a Secretaria. Abaixo seguem os referidos indicadores, que no ano de 2003 foram, pela primeira vez, operacionalizados pela Secretaria, possibilitando a mensuração do desempenho da sua gestão interna e finalística.

Vale salientar que alguns indicadores previstos no documento mencionado não foram utilizados, tendo em vista sua pouca expressividade em relação às atividades da Secretaria e/ou a sua excessiva complexidade e detalhamento, tornando os custos envolvidos no cálculo superiores aos benefícios.

5.1.1 – Indicadores de Eficiência

5.1.1.1 - Nível de Atendimento ao Cliente Via Correio Eletrônico

OBJETIVO: verificar o nível de respostas dadas ao público por meio da quantidade de *e-mails* respondidos num dado período de tempo.

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de e-mails respondidos no ano "n"}}{\text{n.º de e-mails recebidos no ano "n"}} \times 100 = \frac{1555}{1555} \times 100 = 100\%$$

COMENTÁRIO: A SEAE considera de fundamental importância para a adequada execução de suas atividades a interface com a sociedade, seja para fins de prestação de contas ou para melhor esclarecê-la sobre dúvidas pontuais. Um canal de comunicação privilegiado nesse âmbito é a existência de um serviço de e-mail institucional pelo qual os cidadãos podem consultar a Secretaria sobre absolutamente qualquer assunto. O serviço de e-mail institucional existe na Secretaria desde 1999. A SEAE dispõe, no Gabinete, de um assessor institucional encarregado das relações da Secretaria com a imprensa e com a sociedade. Um índice de atendimento de 100% das demandas em 2008 implica um adequado tratamento às demandas da sociedade, tal qual a Secretaria planejou.

5.1.1.2 - Eficiência quanto à Ação “Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais”

OBJETIVO: verificar o tempo médio despendido para a realização de análises sobre processo de ato de concentração.

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\Sigma \text{ do tempo total gasto para a conclusão de análises}}{\text{n.º de análises feitas}} = \frac{\mathbf{47466 \text{ dias}}}{\mathbf{586}} = \mathbf{81 \text{ dias}}$$

COMENTÁRIOS: O tempo médio de análise dos atos de concentração foi 80 dias⁴ em 2003, tendo caído para 61 dias em 2004, 50 dias em 2005, 52 dias em 2006, e retornando à média de 80 dias no ano de 2007 e 81 em 2008, devido, principalmente, à elevação do número de casos complexos a serem analisados. Com exceção dos anos de 2007 e 2008, o tempo gasto decrescente nas análises é calculado em função do desenvolvimento do Rito Sumário para Análise de Atos de Concentração e da instituição, no começo de 2004, do Rito Conjunto SEAE-SDE de Análise de Atos de Concentração, já detalhados nesse relatório. A redução do tempo médio de análise tem demonstrado que as medidas adotadas para agilizar as análises têm sido bem sucedidas, o que tem possibilitado a prestação de um melhor serviço à sociedade.

5.2 - Indicadores de Eficácia

5.2.1 - Orçamento e finanças

OBJETIVO: demonstrar o percentual da execução da despesa para informar se o que foi previsto está sendo cumprido pela Secretaria.

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{execução total da despesa}}{\text{total da despesa fixada}} \times 100 = \frac{\text{R\$ 3.606.762,15}}{\text{R\$ 4.884.246,00}} \times 100 = 74\%$$

COMENTÁRIOS: O resultado do indicador demonstra que houve um saldo 26% de recursos orçamentários em 2008.

5.2.2 - Arrecadação de receitas próprias

OBJETIVO: acompanhar a arrecadação das receitas próprias da unidade;

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{Arrecadação anual (ano X)}}{\text{arrecadação anual (ano X - 1)}} \times 100 \\ = \frac{\text{R\$ 12.678.740,06}}{\text{R\$ 11.428.352,04}} \times 100 = 110,94\%$$

⁴ De acordo com a Lei n.º 8884, de 1994, a SEAE tem o prazo legal de 30 dias para efetuar as análises relativas a atos de concentração, sendo que, todas as vezes que forem solicitadas, dos participantes ou de terceiros, informações adicionais indispensáveis à análise, o prazo legal é suspenso. A título ilustrativo, após o prazo de 30 dias para análise da SEAE, segue o prazo de 30 dias para a SDE e de 60 dias para o julgamento do CADE. Tanto a SDE quanto o CADE também têm seus prazos suspensos quando é necessário obter informações adicionais.

COMENTÁRIOS: A arrecadação de receitas próprias foi superior em 10,94% em relação ao ano de 2007 em virtude de uma elevação no número de pedidos de análise.

5.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas

OBJETIVO: acompanhar o percentual das receitas próprias executadas pela própria unidade, permitindo a avaliação do total de recursos arrecadados e transferidos ao Tesouro Nacional.

ÍNDICE: Total Despesas Realizadas/Total das Receitas Próprias * 100;

$$= \frac{\text{R\$ } 3.606.762,15}{\text{R\$ } 12.678.740,06} \times 100 = 28,45\%$$

COMENTÁRIOS: O total arrecadado foi suficiente para fazer face às despesas da Secretaria, colaborando inclusive com o financiamento de outras despesas do Ministério da Fazenda haja vista que os recursos foram transferidos ao Tesouro Nacional.

5.2.4 - Indicadores sobre as Ações do PPA

OBJETIVO: verificar se as metas estabelecidas pela Secretaria estão sendo cumpridas ou, em outros casos, se o que foi demandado foi atendido.

5.2.4.1 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de análises realizadas}}{\text{n.º de análises demandadas}} \times 100 = \frac{17}{17} \times 100 = 100\%$$

5.2.4.2 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{quantidade de manifestações realizadas}}{\text{quantidade de manifestações demandadas}} \times 100 = \frac{80}{80} \times 100 = 100\%$$

5.2.4.3 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de autorizações ou indeferimentos realizados no ano "n"}}{\text{n.º de pedidos de autorização protocolados no ano "n"}} \times 100 \\ = \frac{407}{407} \times 100 = 100\%$$

5.2.4.4 - Sistema Informatizado da Secretaria

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de sistemas mantidos sem interrupção}}{\text{n.º de sistemas mantidos previstos}} \times 100 = \frac{1}{1} \times 100 = 100\%$$

Os indicadores demonstram o desenvolvimento satisfatório das ações sob responsabilidade da Secretaria. A SEAE atingiu as metas propostas para a grande parte de suas ações (ANEXO IV), tendo, inclusive, superado as previsões em algumas ações. Apenas as metas relativa às ações *Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos* e *Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais* ficaram abaixo do previsto, 6% e 31%, respectivamente, por razões que vão além da governabilidade da Secretaria e já explicadas neste Relatório.

5.3 – Indicadores de Economicidade

5.3.1 - Custos dos Serviços de Informática

OBJETIVO: observar se houve redução de custos dos serviços de informática da Secretaria, podendo-se medir a economia de recursos obtida em função do aperfeiçoamento do trabalho.⁷

ÍNDICE: $\frac{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n"}}{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n-1"} *}$ =

$$\frac{\text{R\$ 1.394.174,86}}{\text{R\$ 1.629.354,08} \times 9,81^{**}} = \frac{\text{R\$ 1.394.174,86}}{\text{R\$ 1.789.193,72}} = 0,78$$

* Os serviços prestados nos dois períodos devem ser os mesmos.

** 9,81% foi o IGP-M acumulado em 2008.

COMENTÁRIOS: Houve redução de 22% nos gastos com serviços de informática em 2008 em relação a 2007. Essa redução foi devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) Manutenção dos custos unitários de todos os itens constantes do Contrato de Serviços especializados de informática com o Serpro em relação a 2007;

ii) Substituição de parte do parque de equipamentos (86 Micros) adquiridos por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico realizado pela SPOA, acarretando redução do custo de locação pela Secretaria.

5.4 – Evolução de Gastos Gerais

5.4.1 – Principais Gastos Ocorridos

⁷ Para a formação desse indicador, deve-se considerar os preços reais.

Tabela 21 – Comparativo dos principais gastos ocorridos em 2006, 2007 e 2008

R\$1,00

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	471.452,27	333.385,47	422.855,74
2. DIÁRIAS	272.905,74	184.508,08	234.471,29
3. COLABORADOR EVENTUAL	731,86	474,18	2.847,41
4. RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.863,40	1.246,76	3.199,54
5. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
5.1. Publicidade	Não se aplica à SEAE		
5.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	Não se aplica à SEAE		
5.3. Tecnologia da Informação	1.574.647,28	1.638.648,03	1.394.174,86
5.4. Suprimento de Fundos	Não se aplica à SEAE		
6. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	1.141,48	1.723,00	278,00
TOTAL	2.322.742,03	2.159.985,52	2.057.826,84

Fonte: SEAE e SIAFI

6 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

7 – Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

8 – Informação sobre as entidades fechada de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

9 – Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

10 – Informações sobre Renúncia Tributária, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

11 – Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

12 – Resultados de avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundo, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

13 – Recomendações da SFC/CGU no Relatório de Auditoria no. 208807, relativo ao exercício de 2007, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não houve recomendação por parte da CGU, portanto não houve solicitação para elaboração de Plano de providências para o exercício de 2007.

14 – Determinações do TCU referentes ao Processo de Tomada de Contas nº 016.774/2006-2, relativo ao exercício 2006, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

O TCU, consoante Acórdão nº 2593/2008, adotado em Sessão da 1º Câmara, de 20/8/2008, ao apreciar o processo N° 013.020/2007-8, que trata da Tomada de Contas da Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE, relativa ao exercício de 2006, decidiu julgar as contas da Secretaria regulares e dar quitação plena aos responsáveis.

15 – Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Processos de Tomada de Contas Especiais e demonstrativo relacionando os Processos de Tomada de Contas Especiais, cujo envio ao TCU foi dispensado, com base nos incisos I a IV do parágrafo 1º do art. 5º da IN TCU nº 56/2007, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

16 – Apuração de denúncias recebidas: número do processo, fato denunciado e providências adotadas.

A Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência desta Secretaria recebeu várias denúncias, durante o ano de 2008, e adotou as devidas providências para os processos listados abaixo:

Número	Descrição	Conclusão
20000.06027/2005/DF	Acordo para fixação de preços de revenda de areia para construção.	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06017/2007/DF	Sigilosa	Sigilosa
20000.06022/2005/DF	Divisão de Mercado, Preço Máximo de revenda no mercado de bebidas.	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06015/2007/DF	Formação de cartel entre revendedores e combustíveis, Fixação de Preço de Revenda.	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06001/2008/DF	Formação de cartel, Fixação de Preço de Revenda no mercado de GLP.	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06009/2006/DF	Fixação de Preço de Revenda no mercado de produtos para refrigeração.	Não Manifestação e encaminhamento para SDE
20000.06005/2007/DF	Fixação de Preço de Revenda no mercado de mineração.	Não Manifestação e encaminhamento para SDE
20000.06012/2007/DF	Prática de Preços Predatório no mercado de varejo de produtos de limpeza.	Não Manifestação e encaminhamento para SDE
20000.06016/2007/DF	Venda casada no setor de telecomunicação.	Não Manifestação e encaminhamento para SDE
20000.06019/2007/DF	Igualdade Preços em passagens aéreas no setor aéreo.	Não Manifestação e encaminhamento para SDE
20000.06018/2007/DF	Formação de Cartel no setor de mineração.	Não Manifestação e encaminhamento para SDE
20000.06002/2006/DF	Formação de Cartel e Fixação de Preço de Revenda no mercado de embalagens.	Não Manifestação e encaminhamento para SDE
20000.06009/2007/DF	Fixação de Preço de Revenda no setor de acessórios esportivos.	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06008/2007/DF	Exclusividade na Prestação de Serviço no setor de hotelaria.	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia

17 – Impacto Sócio-Econômico da Atuação da SEAE.

Os impactos sócio-econômicos das operações da SEAE se refletem na Diretriz Estratégica traçada pelo Presidente da República relativa à Consolidação da Estabilidade Econômica com Crescimento Sustentável, seguindo o Macroobjetivo da Criação de um Ambiente Macroeconômico Favorável ao Crescimento Sustentável, traduzido pelas baixas taxas

de inflação no país, permitindo a manutenção do poder de compra da moeda, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

Uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados e promova o desenvolvimento sustentável.

Brasília, 19 janeiro de 2009.

PATRÍCIA ABRAHAM CUNHA DA SILVA
Assessora do Gabinete

MARIA D'ARC LOPES BESERRA
Coordenadora de Gestão

De acordo.

RITA DE CÁSSIA VANDANEZI MUNCK
Chefe de Gabinete

À consideração superior.

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Secretário de Acompanhamento Econômico

ANEXO I - PLANEJAMENTO 2009 - ÁREA DE GESTÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico

PLANEJAMENTO – 2009

ÁREA DE GESTÃO

1.1 - Diretrizes Estratégicas:

- Fortalecimento institucional da área de gestão;
- Consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados (todos compartilham responsabilidades e resultados);
 - o Pré-requisitos básicos: conhecimento preciso da legislação, atuação em projetos específicos e estruturada por metas, reuniões periódicas e frequentes, revisão crítica constante dos procedimentos, adoção das melhores práticas e postura pró-ativa);
- Desenvolvimento de mecanismos para facilitar a atuação mais integrada das áreas de gestão;
- Aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão da SEAE;
- Aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE;
- Aprimoramento da qualidade do trabalho da equipe de gestão da SEAE;
- Simplificação administrativa: análise dos processos de trabalho e dos procedimentos adotados no âmbito da área de gestão para a verificação de oportunidades de simplificação e de racionalização dos trabalhos desenvolvidos.

1.2 – Metas por área de Gestão

Nº	P/A*	META	PRODUTO OU INDICADOR	PRAZO	RESULTADO
<i>Chefia de Gabinete</i>					
1	A	Realizar 6 reuniões de coordenação com a equipe de gestão de BSB, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
2	a	Realizar 4 reuniões estratégicas de coordenação com a equipe de gestão de BSB e GEREN-RJ, para acompanhamento e revisão de metas, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
3	A	Realizar 6 reuniões com a Coordenação de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informativos – COGES II, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
4	P	Realizar o X Programa de Intercâmbio SEAE.	Programa realizado	Até 31/01	
5	P	Realizar o XI Programa de Intercâmbio SEAE.	Programa realizado	Até 31/07	
6	P	Realizar o Inventário de Bens Móveis 2009 na SEAE Bsb, SEAE-RJ e REPRE-SP.	Inventário realizado	Até 31/12	
7	P	Realizar o Concurso de Monografias, IV Prêmio SEAE – 2009.	Concurso realizado	Até 31/12	
<i>Coordenação de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros – COGES I</i>					
8	A	Realizar 6 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
9	A	Realizar 6 reuniões de coordenação com a equipe da GEROF, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
10	A	Realizar 6 reuniões de coordenação com a equipe da GERPI, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
11	A	Realizar 6 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, GEROF, GERPI e COGES-II, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
12	A	Realizar 6 reuniões com o Colegiado de Orçamento e Finanças da SEAE, com frequência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
13	A	Conferir os produtos das metas entregues pelas áreas até 15 dias após o prazo da respectiva entrega.	Metas conferidas	Mensal	
14	P	Realizar o V Encontro Informativo com as secretárias das recepções da SEAE-Bsb.	Encontro realizado	Até 31/10	

Gerência de Recursos Humanos – GERHU					
15	A	Realizar 6 reuniões com a equipe da Gerência, com freqüência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
16	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (plan treinamento, plan estrutura SEAE, subplan DAS ocupados, plan Lista GERHU, plan Capacitação).	Planilhas enviadas	Mensal	
17	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência, inclusive a plan colegiados ativos.	Conteúdo atualizado	Mensal	
18	P	Realizar 2 treinamentos para as unidades, de forma presencial ou à distância (e-mail), relativos ao uso das ferramentas disponíveis na Intranet (afastamento do País, participação em eventos, etc) e no Sistema RH.	Treinamentos realizados	Até 30/06 Até 30/11	
19	A	Revisar o cadastro dos servidores da SEAE-Bsb, SEAE-RJ e SEAE-SP no Outlook.	Cadastro revisado	Até 30/07 Até 30/11	
20	A	Atualizar o Manual GERHU que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 30/09	
Gerência de Recursos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais - GEROF					
21	A	Realizar 6 reuniões com a equipe da Gerência, com freqüência, preferencialmente, bimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
22	P	Realizar 2 workshops com a equipe da Gerência para discussão sobre a legislação, SCDP, a operacionalização no SIAFI e demais temas pertinentes.	Workshop realizado	Anual	
23	A	Atualizar o Manual GEROF que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Anual	
24	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	
25	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (consumo cartuchos, número de cópias xerox, limpeza de ar condicionado, plan controle de diárias, plan despesa por elemento).	Planilhas enviadas	Mensal	
26	A	Enviar para o CODOC até o dia 20 de cada mês toda a produção do mês subsequente de processos (passagens, compras, CEF, SERPRO, SupriFundos e outros).	Processos enviados	Mensal	
27	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências dos processos oriundos da CEF, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à CEF.	Planilha enviada	Mensal	

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

28	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências dos processos relativos à Taxa de Fiscalização e à Taxa Processual que se encontram pendentes de documento comprobatório de depósito, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à GEREN-RJ.	Planilha enviada	Mensal	
29	A	Enviar para a CODOC até o 2º dia útil de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência) dos bens móveis da SEAE-Bsb/RJ/SP.	Planilha enviada	Mensal	
30	P	Entregar aos servidores da SEAE a Declaração de Diárias Recebidas em 2008.	Declarações entregues	Até 31/01	
31	P	Realizar treinamento operacional para as secretárias utilizarem o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP na SEAE-Bsb e SEAE-RJ.	Treinamento realizado	Até 31/05	
32	P	Enviar para a Coordenação de Gestão I a lista consolidada do pedido de compra de livros da SEAE relativo ao ano de 2009, caso haja demanda relativa à aquisição de livros na Secretaria.	Lista enviada	Até 30/08	
Área de Suporte Documental					
33	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha SEAE em números.	Planilha enviada	Mensal	
34	P	Enviar, em conjunto com a GDI, para o Arquivo Central-MF (COGRL) os processos da SEAE, após contados 5 anos da aprovação das contas com quitação plena pelo TCU.	Processos enviados	Até 30/04	
Gerência de Documentação e Informação - GDI					
35	A	Realizar 6 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência bimestral, preferencialmente.	Nº de reuniões realizadas	Anual	
36	A	Manter atualizado na <i>Intranet</i> o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	
37	A	Manter atualizado no sistema <i>Littera</i> os cadastros da Mala Direta.	Cadastros atualizados	Mensal	
38	A	Manter atualizado no sistema <i>Lotus Notes</i> o conteúdo da Biblioteca/Bsb.	Conteúdo atualizado	Mensal	
39	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência (número de cópias e vistas de processos).	Planilhas enviadas	Mensal	

40	P	Realizar treinamento anual para as secretárias a respeito das orientações básicas quanto à identificação e conservação de documentos, além da organização de arquivos.	Treinamento realizado	Até 31/10	
41	A	Atualizar o Manual GDI que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 31/10	
Coordenação de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informacionais – COGES II					
42	A	Realizar 6 reuniões com a equipe da COGES II, com frequência, preferencialmente, bimestral	Nº de reuniões realizadas	Anual	
43	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à COGES-II.	Conteúdo atualizado	Mensal	
44	P	Elaborar proposta de cursos e eventos de aperfeiçoamento para a equipe de informática.	Proposta apresentada	Até 31/03	
45	P	Elaborar plano com subsídios técnicos de segurança da informação para condutas técnicas na execução de Promoções Comerciais Eletrônicas.	Plano elaborado	Até 30/04	
46	P	Apresentar cronograma para discussão da proposta apresentada em 2008 do gerenciamento do conteúdo da Area Finalística na Intranet.	Cronograma apresentado	Até 30/04	
47	A	Atualizar 86 Estações de Trabalho do contrato com a Investplan (em Brasília e no Rio de Janeiro).	Estações atualizadas	Até 30/04	
48	A	Atualizar/Upgrade 4 servidores no contrato da Microcity.	Servidores atualizados	Até 30/04	
49	P	Revisar o Manual de Identidade Visual da SEAE.	Manual revisado	Até 29/05	
50	P	Elaborar documento a ser enviado para o SERPRO com as novas demandas e ajustes da Internet.	Documento elaborado	Até 30/06	
51	P	Elaborar proposta de reformulação da Internet relativa ao Acompanhamento de Processos.	Proposta elaborada	Até 30/06	
52	P	Elaborar proposta com soluções técnicas e financeiras viáveis para o Projeto de Data Warehouse – Banco de Dados - e Business Intelligence.	Proposta elaborada	Até 30/06	
53	P	Elaborar proposta com soluções técnicas e financeiras viáveis para a implantação de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED (digitalização de documentos) na SEAE.	Proposta elaborada	Até 30/06	
54	P	Elaborar projeto básico para implantação de Sistema de Gestão da Qualidade para o Processo de Promoções Comerciais – SQQ-SEAE/PC.	Projeto elaborado	Até 30/06	

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008*

55	P	Elaborar proposta de revisão da Política de Segurança e Uso dos Recursos de TI (versão 2008).	Proposta elaborada	Até 31/08	
56	P	Converter Aplicativos Lotus Notes para WEB (RTI, Agenda, Reserva de Recursos, Contatos Externos e Biblioteca).	Aplicativos convertidos	Até 31/08	
57	P	Apresentar cronograma para discussão da assinatura do Contrato a ser assinado entre a SEAE e o SERPRO relativo ao período 2010/2013.	Cronograma apresentado	Até 31/08	
58	P	Elaborar relatório de avaliação sobre a utilização dos Sistemas e Aplicativos na SEAE.	Relatório elaborado	Até 30/09	
59	P	Elaborar plano para Sistematização de Análise e Melhoria para, pelo menos, 1 processo de cada Gerência da COGES-II.	Plano elaborado	Até 30/10	
60	P	Apresentar proposta para adoção do Correio Expresso, em Software Livre em substituição ao Microsoft Exchange/Outlook.	Proposta apresentada	Até 31/12	
61	P	Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI para 2010.	Plano elaborado	Até 31/12	

Gerência de Gestão – Unidade Descentralizada RJ – GEREN – RJ

62	A	Realizar 6 reuniões com a equipe da gerência, com frequência, bimestral, preferencialmente.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
63	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência) dos bens móveis da SEAE – RJ.	Planilha enviada	Mensal	
64	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (número de cópias Xerox e de vistas de processos).	Planilha enviada	Mensal	
65	A	Manter atualizado no Sistema RH Lotus Notes o conteúdo pertencente à SEAE-RJ.	Sistema atualizado	Mensal	
66	A	Manter organizados os arquivos físicos de documentos e pastas funcionais existentes no NURFH.	Arquivos organizados	Mensal	
67	A	Atualizar até o dia 5 de cada mês os arquivos magnéticos contendo os pedidos de aquisição de material de consumo para o almoxarifado.	Arquivos atualizados	Mensal	
68	A	Enviar para a Coordenação de Gestão II até o dia 5 de cada mês o relatório de visitas técnicas realizadas nas coordenações, levantando os principais problemas tecnológicos, a fim de tornar o atendimento aos usuários mais eficiente.	Relatório enviado	Mensal	

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008*

69	P	Elaborar calendário anual para a limpeza do filtro de ar condicionado, vidros e carpetes.	Calendário elaborado	Até 31/01	
70	P	Elaborar proposta para Treinamento dos servidores da GEREN-RJ.	Proposta apresentada	Até 31/03	
71	P	Elaborar rotina para os pedidos de mudança de sala de bens patrimoniais nos Grupos 1029 e 1038, visando melhorar o controle do levantamento anual.	Rotina elaborada	Até 30/04	
72	P	Elaborar modelo de banco de dados para controle de usuários na troca de senha da Rede Corporativa, a fim de facilitar o processo de atendimento.	Modelo elaborado	Até 30/04	
73	P	Reorganizar em Caixas Box os arquivos dos servidores inativos desligados até 2007.	Caixas reorganizadas	Até 30/06	
74	P	Organizar em Caixa Box os processos de Ato de Concentração enviados da SEAE-Bsb para a SEAE-RJ em 2004, elaborando espelho com n° dos processos, ano, empresa e Coordenação-Geral.	Processos organizados	Até 31/10	
75	P	Reavaliar os serviços e o atendimento prestados pelos núcleos NURHF, NURTI e NUPIN, a partir de possíveis mudanças ocorridas mediante os resultados das pesquisas de avaliação ocorridas no exercício 2008.	Pesquisa realizada	Até 31/10	

*Projeto/Atividade

Brasília, 12 de dezembro de 2008.

RITA DE CÁSSIA VANDANEZI MUNCK
Chefe de Gabinete

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Secretário de Acompanhamento Econômico

ANEXO II - PLANEJAMENTO 2009 – ÁREA FINALÍSTICA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento 2009

Coordenação: COGDC
Coordenador responsável: Andrey Goldner Baptista Silva

Atualização: 31/12/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Serviços Funerários	Nota informativa contendo panorama geral sobre o serviço	Março 2009
Regulação	Resíduos Sólidos	Estudo sobre experiência internacional para aplicação no mercado nacional para orientação das políticas dos Estados e Municípios.	Agosto 2009
Regulação	Resíduos Nucleares	Estudo sobre modelos de governança na gestão de resíduos nucleares com vistas à elaboração de um desenho institucional para o setor.	Outubro 2009
Regulação	Saneamento: estudo sobre diferenças regionais	Proposta de estudo em conjunto sobre temas regulatórios (celebração de convênio com a SABESP).	Depende de informações solicitadas junto a SABESP (Em andamento)
Regulação	Saneamento: Regulamentação do dispositivo legal sobre interrupção dos serviços (art. da Lei nº 11.445/2007).	Contribuições no âmbito do GT entre SEAE e DPDC.	Depende de encontro do grupo de trabalho para elaboração de nota.

Regulação	Saneamento: Regulamentação da Lei nº 11.445/2007	Nota técnica com diagnóstico a respeito da regulamentação.	Depende da minuta de regulamento do MCIDADES.
Regulação	Serviços Funerários no DF	Nota Técnica sobre regras regulatórias	Depende de celebração de convênio com o Distrito Federal
Regulação	Recursos Hídricos	Nota Técnica sobre a cobrança pelo uso de Recursos Hídricos em rios de domínio da União.	Depende de coleta de informações para elaboração da Nota.
Advocacia	Lei Ferrari – Alteração da Lei nº 6.729/79	Estudo sobre a legislação atual e a experiência internacional na área de concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.	Março 2009
Advocacia	ABOTEC – Próteses e Órteses	Nota Técnica acerca dos impactos das obrigações da Agência Reguladora sobre a concorrência	Abril 2009
Advocacia	Serviços de Táxi	Nota Técnica sobre regras regulatórias dos municípios de Goiânia, Vitória e Natal, contendo panorama geral sobre o serviço.	Julho 2009 (contempla três pareceres, um para cada localidade)
Advocacia	Licitações – Alteração da Lei nº 8.666/93	Nota Técnica contendo estudo sobre modelos de licitações com vistas a sugerir alterações na lei atual, considerando a experiência internacional.	Dezembro 2009
Advocacia	Mercado de cartórios	Contribuições no âmbito do grupo de trabalho a ser formado entre SPE, SEAE, PGFN	Depende de definição com as demais Secretarias para retorno dos trabalhos.
Advocacia	Compras de Medicamentos	Estudo de mercado conjunto com a COGSA sobre as compras públicas de medicamentos.	Depende de pauta a ser discutida com a COGSA.

Advocacia**	Prestação de serviço no Ensino Fundamental	Estudo sobre questões de reajuste de mensalidades escolares e da criação de um cadastro de alunos inadimplentes.	Depende de conversa com Antonio Henrique para fechar os detalhes.
Defesa da Concorrência	Análise de 18 (dezoito) em condutas anticompetitivas provenientes da Portaria Conjunta SDE/SEAE.	Parecer com o posicionamento da SEAE sobre os casos	Março 2009
Defesa da Concorrência	Análise de 08 (oito) denúncias e 07 (sete) Procedimentos Administrativos instaurados pela SEAE	Parecer com o posicionamento da SEAE sobre os casos	Depende da análise dos técnicos responsáveis para emissão de parecer.
Análise de Atos Normativos	Resíduos Sólidos: análise de 02 (dois) projetos de lei	Notas Técnicas com posicionamento da SEAE	Março 2009
Análise de Atos Normativos	Alteração do Código de Defesa do Consumidor (PLS . nº 154/2007)	Nota Técnica com o posicionamento da SEAE	Abril 2009
Análise de Atos Normativos	Agências Reguladoras: (PLS nº 464/2007 e PEC Nº 71/2007)	Nota Técnica com o posicionamento da SEAE	Mai 2009
Análise de Atos Normativos	Saneamento Básico: análise de 05 (cinco) projetos de lei	Notas Técnicas com posicionamento da SEAE	Junho 2009
Análise de Atos Normativos	Recursos Hídricos: análise de 04 (quatro) projetos de lei	Notas Técnicas com posicionamento da SEAE	Setembro 2009
Análise de Atos Normativos	Alteração na lei que regula montadoras e concessionárias (PL nº 03456/2004)	Nota Técnica com o posicionamento da SEAE	Novembro 2009



Coordenação: COGEN

Coordenador responsável: Rutelly
Marques da Silva

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 30/12/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Acompanhamento Setorial	Estudo sobre o setor de energia elétrica	Relatório com análise dos resultados do novo modelo de energia elétrica face as suas premissas e objetivos originais	Dezembro/2009
Acompanhamento Setorial	Mercado de créditos de carbono	Nota informativa identificando os principais entraves e oportunidades desse mercado	Fevereiro/2009
Acompanhamento Setorial	Mercado de Etanol	Relatório de acompanhamento	Acompanhamento com relatório trimestral
Acompanhamento Setorial	Mercado de combustíveis	Relatório de acompanhamento	Acompanhamento com relatório trimestral
Acompanhamento Setorial	Evolução entre oferta e demanda de energia	Acompanhamento do cruzamento entre oferta e demanda (nível de reservatórios, preço de liquidação de diferenças, preços nos leilões de energia,	Acompanhamento com relatório trimestral.

		cogeração).	
Acompanhamento Setorial	Mercados de contratação regulada e livre no setor interligado elétrico	Estudo dos aspectos regulatórios e econômicos dos dois mercados e suas consequências para concorrência e tarifas do setor.	Setembro de 2009.
Acompanhamento Setorial	Itaipu	Acompanhamento das discussões ocorridas com o Paraguai e suas implicações sobre tarifas de energia e impacto inflacionário.	Depende das negociações bilaterais entre Brasil e Paraguai
Advocacia da Concorrência	Integração vertical no setor de combustíveis	Nota Técnica com análise da SEAE sobre o tema	Dezembro/2009 para a Nota Técnica e para os PL's relacionados
Análise de Atos Normativos	PL's em tramitação no Congresso Nacional e	Parecer com o posicionamento da Seae para o MF.	Emissão mínima de 30 pareceres até dezembro/2009
Análise de Atos Normativos	Lei do Gás Natural e suas regulamentações	Notas técnicas conforme alterações propostas para a lei do gás em trâmite	Depende das modificações que forem feitas pelo Congresso Nacional
Regulação	Consultas e Audiências Públicas realizadas pela ANEEL e ANP e Resoluções promulgadas pelo CNPE e CIMA	Nota Técnica ou Parecer	Depende das datas estabelecidas pelas agências para as Consultas e Audiências públicas e das datas em que CNPE e CIMA se reunirão.
Regulação	Setor de gás natural	Notas informativas referentes à avaliação sobre o setor em função da aprovação da nova lei e acompanhamento das regulamentações decorrentes	Estudo sobre o setor de gás para junho/2009 e outros trabalhos em função das decisões tomadas no governo.

Regulação	Pré-sal	Estudo sobre o modelo de exploração do petróleo do pré-sal	Depende de avaliação do governo da estratégia a ser adotada para a questão
Regulação	Mineração	Estudo com sugestões de modelo regulatório para o setor de mineração.	Depende de decisão do governo sobre a questão.
Regulação	Concessões do setor elétrico	Nota técnica sobre possíveis tendências decorrentes das medidas sugeridas pelo GT do CNPE	Depende do encaminhamento das questões do GT do CNPE
Regulação	Programa Nuclear Brasileiro	Análise das medidas e ações em discussão no âmbito da retomada do desenvolvimento do setor nuclear brasileiro	Depende do andamento dos trabalhos dos grupos do PNB



Coordenação: COGAP

Coordenador responsável: Juliana
Oliveira Cavalcanti

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 31/12/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação			
Defesa da Concorrência			
Advocacia da Concorrência			
Acompanhamento Setorial			
Acompanhamento Internacional	Maior participação em eventos internacionais relacionados a promoções comerciais e loterias.	Capacitação dos técnicos a fim de melhor desempenharem as suas atribuições.	2009
Promoções Comerciais	<ol style="list-style-type: none">1. Revisão da legislação de promoções comerciais;2. Revisão da Portaria	<ol style="list-style-type: none">1. Edição de novo Decreto, em substituição ao Decreto nº 70.951, de 1972;2. Edição de Portaria em	<ol style="list-style-type: none">1. dezembro de 2009;2. dezembro de 2009;3. dezembro de 2009;4. dezembro de 2009;5. dezembro de 2009;

	<p>nº 88, de 2000;</p> <p>3. Estudo sobre sweepstakes e outras modalidades lotéricas a que se refere a Lei nº 7.291, de 1984;</p> <p>4. Estudo sobre elaboração de portaria disciplinando penalidades aplicadas por esta COGAP, bem como pela CAIXA, a respeito de prêmios e sorteios;</p> <p>5. Implementação do Padrão Iso de qualidade;</p> <p>6. Elaboração de Minuta sobre Apuração Eletrônica;</p> <p>7. Elaboração de Minuta sobre procedimento de fiscalização a ser adotado perante as loterias da CAIXA;</p>	<p>substituição à Portaria nº 88, de 2000;</p> <p>3. Minuta de Portaria disciplinando o art. 14 da Lei nº 7.291, de 1984;</p> <p>4. Edição de Portaria de penalidades sobre promoções comerciais;</p> <p>5. Qualificação dos servidores da COGAP;</p> <p>6. Edição de Portaria sobre Apuração Eletrônica;</p> <p>7. Edição de Portaria sobre procedimento de fiscalização a ser adotado pela COGAP perante os produtos lotéricos da CAIXA;</p> <p>8. Edição de Decreto de transferência da competência para análise e fiscalização de planos funerários para a SUSEP.</p>	<p>6. dezembro de 2009;</p> <p>7. dezembro de 2009;</p> <p>8. julho de 2009.</p>
--	--	---	--

	8. Elaboração de Decreto que transfira a competência para análise e fiscalização de planos funerários para a SUSEP.		
Análise de Atos Normativos	Análise de pareceres sobre atos normativos referentes a jogos de azar.	Elaboração de pareceres sobre jogos de azar e maior conhecimento jurídico sobre o assunto.	2009



Coordenação: COGCE

**Coordenador responsável:
Ricardo Kalil Moraes**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 31/12/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação			
Defesa da Concorrência	Atos de Concentração	Pareceres	Permanente
Advocacia da Concorrência			
Acompanhamento Setorial			
Acompanhamento Internacional			
Promoções Comerciais			
Análise de Atos Normativos			



**Coordenação-Geral de Concorrência
Internacional**

**Coordenador responsável:
Andrea Pereira Macera**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Planejamento 2009**

Atualização: 31/12/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	-	-	-
Defesa da Concorrência	-	-	-
Advocacia da Concorrência	Lista de Exceção à TEC (análise de inclusão/exclusão/manutenção de produtos).	Nota Técnica	Janeiro e Julho
	Comitê de Tarifas do Mercosul –CT1 (análise de pedidos de alteração definitiva da TEC)	Nota Técnica	Depende das datas de reunião agendadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
	Antidumping (análise de impacto sobre a cadeia produtiva)	Nota Técnica	Depende das reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) e da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).
	Guia para análise antidumping	Guia interno de seleção de casos e etapas de análise	Julho

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Acompanhamento Setorial	Resolução GMC 69/00 (análise de pleitos de redução tarifária para casos de desabastecimento).	Nota Técnica	Depende do recebimento de pleitos do Brasil e do Mercosul.
	Monitoramento de setores diante de mudanças no cenário econômico nacional e internacional	Nota Técnica	Depende da demanda do Ministério da Fazenda.
	Atualização sistemática de banco de dados (SIGIN e índices de preços).	Banco de dados	Após divulgação dos dados pelos institutos de pesquisa.
Acompanhamento Internacional	Interface com organismos internacionais que tratam de concorrência (OCDE, UNCTAD, OMC...)	Resposta a questionários, manifestações a estudos e elaboração de <i>papers</i> .	Depende da demanda.
Promoções Comerciais	-	-	-
Análise de Atos Normativos	Análise de atos normativos que impliquem alteração da estrutura tarifária ou que tenham impacto sobre a concorrência.	Nota Técnica	Depende da demanda.



**Coordenação: Coordenação-Geral de
Comunicação e Mídia**

**Coordenador responsável: Marcelo de
Matos Ramos**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 31/12/2008

Área de atuação	Objeto	Resultado Final	Prazo
Regulação	_ Participação no Comitê de Desenvolvimento e no Fórum de Desenvolvimento da TV Digital	- Votos e pareceres	Reuniões do 1º Semestre: 19/01 02/02 16/02 02/03 23/03 06/04 27/04 11/05 25/05 08/06 22/06
	Mídia - Participação no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual	- Votos e pareceres	Indeterminado
	- Atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica com a Agência	- Estudos e projetos	Indeterminado

	Nacional do Cinema		
	<p>Correios</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de minuta de portaria fixando critério para o reajuste das tarifas postais em regime de monopólio - Definição do reajuste das tarifas postais em regime de monopólio de 2009 - Participação no Grupo de Trabalho Interministerial para a modernização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT 	<ul style="list-style-type: none"> - Portaria ministerial - Portaria ministerial - Votos e pareceres 	<ul style="list-style-type: none"> - 1º. Semestre de 2009 - 1º Semestre de 2009 Indeterminado
	<p>Setor Financeiro</p> <p>Cartões de Crédito</p>	- Estudo conjunto com BACEN e SDE com vistas à elaboração de um diagnóstico do setor e possíveis medidas saneadoras	- 1º semestre de 2009
Defesa da Concorrência	Análise de Atos de Concentração e Condutas anticompetitivas	Pareceres	Indeterminado
Advocacia da Concorrência	<p>Telecom</p> <p>- Atividades referentes ao acompanhamento regulatório do setor (principalmente consultas públicas emanadas do cronograma estipulado pelo Plano Geral de Atualização Regulatória – PGR), englobando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão dos Contratos de Concessão 	Pareceres Analíticos de Normas Regulatórias	Indeterminado

	<ul style="list-style-type: none">• Regulamentação do STFC• Elaboração do Plano Geral de Metas de Competição – PGMC• Regulamentação do Plano Geral de Autorizações do SMP• Disponibilização de radiofrequências para a massificação de acessos em Banda Larga• Regulamentação dos Serviços para ampliação da oferta e da competição• Regulamentação de Desagregação de Elementos de Redes de Telecomunicações• Implementação otimizada do modelo de custos, incluindo acesso em banda larga• Regulamentação de uso de Radiofrequências de forma a permitir uma utilização mais• eficiente por parte das prestadoras de Serviços de Telecomunicações• Regulamentação e Planejamento de Outorgas para os serviços de TV por assinatura• Regulamentação do Serviço Móvel Global por Satélite – SMGS• Regulamentação de Poder de Mercado Significativo (PMS).• Regulamentação para Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de		
--	--	--	--

	<p>Tecnologia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nacional em Telecomunicações • Revisão dos procedimentos administrativos e organizacionais da Anatel • Eliminar a necessidade de as empresas autorizadas solicitarem anuência prévia da ANATEL para alterações contratuais de menor relevância • Utilização de meios das redes móveis e satelitais para aumento da cobertura das redes de acesso, inclusive banda larga, em áreas rurais ou de fronteira • Regulamentação do SCM • Revisão do Plano Geral de Metas de Universalização • Separação Funcional, Separação Empresarial e Separação Estrutural • Realização de estudos e adoção de medidas para a proteção da infra-estrutura nacional • de telecomunicações contra falhas e ataques de guerra cibernética <p>Mídia - Acompanhamento de normas e regulamentos propostos em consulta pública pela Agência Nacional do</p>	<p>Pareceres Analíticos de Normas Regulatórias</p> <p>Votos e pareceres</p>	<p>Indeterminado</p> <p>1º. Semestre de 2009</p>
--	--	---	--

	Cinema Melhoria regulatória - Participação no comitê gestor do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação (PRO-REG)		
Acompanhamento Setorial	Telecom -Acompanhamento do Índice de Serviços de Telecomunicação (IST) Setor Financeiro -Acompanhamento da evolução das tarifas bancárias	- Análises do impacto sobre os índices de inflação - Boletim de Acompanhamento das Tarifas Bancárias	Periodicidade Anual (até julho) Periodicidade semestral
Acompanhamento Internacional	-Acompanhamento do Grupo de Políticas Regulatórias da OCDE _Acompanhamento do Comitê de Concorrência da OCDE	-Participações em fórum internacional, rede de contatos	Reuniões do Comitê da Concorrência em 2009: _16 a 20 de fevereiro _ 8 a 11 de junho _ 19 a 22 de outubro
Promoções Comerciais	-	-	-
Análise de Atos Normativos	_ Análise de Projetos de Lei em Telecomunicações, Mídia, Correios e Setor Financeiro	Pareceres Analíticos de Normas Regulatórias	Indeterminado



Coordenação: COGSA

**Coordenador responsável: Bruno
Eduardo dos Santos**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 31/12/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Avaliação do sistema de pagamento por resultados no sistema de saúde pública inglês (NHS)	Nota Técnica	Março/2009
Regulação	Análise do reajuste de medicamentos	Nota Técnica	Março/2009
Regulação	Análise do reajuste de planos de saúde	Nota Técnica	Junho/2009
Regulação	Análise do modelo de reajuste dos planos de saúde	Nota Técnica	Julho/2009
Regulação	Avaliação do modelo de reajuste de medicamentos	Nota Técnica	Out/2009
Regulação	Estudo sobre o impacto de judicialização na saúde	Nota Técnica	Março/2009

Regulação	Estudo sobre o mecanismo de poupança-saúde	Nota Técnica	Jan/09
Acompanhamento Setorial	Acompanhamento dos preços de saúde	Nota Informativa	Mensal
Defesa da Concorrência	Análise de Atos de Concentração relevantes no setor de planos de saúde	Parecer Técnico	N/A
Advocacia da Concorrência	Avaliação do mercado de distribuição de medicamentos	Documento de Trabalho	Jun/09
Advocacia da Concorrência / Regulação	Acesso a medicamentos	Documento de Trabalho	Set/09
Análise de Atos Normativos	Pareceres de Projetos de Lei	Parecer	N/A
Advocacia da Concorrência	Análise dos impactos da poupança-saúde no Brasil	Nota Informativa	Jan/09



Coordenação: COGTL

Coordenador responsável, substituto:
Celso Almeida Barbosa

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 31/12/2008

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Análise de reajustes e revisões de concessões rodoviárias	E-mail	Mensal
Regulação	Análise de editais e contratos de concessões rodoviárias	Nota Técnica	Quadrimestral
Regulação	Análise de reajuste ou revisão no setor portuário	Nota Técnica ou e-mail	Mensal
Regulação	Análise de editais e contratos de dragagem	Nota técnica ou e-mail	Quadrimestral
Regulação	Análise de resoluções da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	Nota Técnica ou e-mail	Quadrimestral
Regulação	Avaliação de reajustes e revisões de transporte ferroviário	Nota Técnica ou e-mail	Mensal

Regulação	Estudo sobre concessões de aeroportos	Nota Técnica	Semestral
Regulação	Análise de editais e contratos de dragagem	Nota técnica ou e-mail	Quadrimestral
Regulação	Estudo sobre reavaliação do Código Brasileiro de Aeronáutica	Nota Informativa	Anual
Regulação	Estudos sobre o setor aéreo. Apoio à Secretaria Executiva no CONAC – Conselho de Aviação Civil	Nota Informativa ou e-mail	Quadrimestral
Acompanhamento Setorial	Acompanhamento de resoluções da ANTAQ – Agência Nacional de Transporte Aquaviário	Nota informativa	Semestral
Acompanhamento Setorial	Análise de resoluções da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil	Nota Informativa	Trimestral
Acompanhamento Setorial	Análise de resoluções da ANTT – Agência Nacional de Transporte Terrestre	Nota Informativa	Trimestral
Acompanhamento Setorial	Análise do andamento das obras do PAC	E-mail	Quinzenal
Defesa da Concorrência	Análise de procedimento administrativo	Auxílio a Parecer Técnico da COGDC	Semestral
Análise de Atos Normativos	Pareceres de Projetos de Lei	Parecer	Mensal
Advocacia da Concorrência	Análise da regulação no setor de transportes	Questionários de órgãos internacionais – OCDE, ICN e UNCTAD	Quadrimestral

**ANEXO III – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO
CORPORATIVO**

Tabela 9 – Cartão de Crédito Corporativo 2006, 2007 e 2008

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2006						
Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 8.400,00						
NOME DO SUPRIDO:		SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ			Limite anual: R\$ 4.200,00	
Natureza dos Gastos: 3.3.90-30 / Material de Consumo					Limite Bimestral: R\$ 400,00	
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Juridica					Limite Bimestral: R\$ 300,00	
DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
09/02/06	CARTÃO	PAPELARIA ABC	44693	ENV SCRITY 114X162 75G POPP RPC 32 10 UM	20 Bt.	R\$ 9,80
10/02/06			44871	ENV CELUCAT 114X162 RPC 10 10 UM	10 Bt.	R\$ 9,90
08/09/06			65246	PAPEL COUCHE BRILHO A4 15DG 50 FLS	08 Pc.	R\$ 54,00
17/02/06	CARTÃO	SUPERMERCADO VENEZA	7990	PILHA RAYOVAC 2X1 ALCALINA PEQUENA AA NBRIS09001	12 Un.	R\$ 46,68
02/03/06	SAQUE	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA	864	FILME P/ FAX PANASONIC PED. 26002	01 Un.	R\$ 62,40
28/04/06	CARTÃO	PAMANORTE	3827	FILTRO DE LINHA DE 3 TOMADAS PINO TIPO "T"	01 Un. 04 Un. 04 Un.	R\$ 53,00 R\$ 80,00 R\$ 10,00
24/08/06	CARTÃO	PAPEL ART SHOP	505/1	PLASTICO POLASEAL 80X110 BOMIC CH00 ROYAL PLASTICO POLASEAL OF FITA MICROCASSETE MC60 MAXELL PctC/3	01 Pct. 50 Un. 03 Pct.	R\$ 32,80 R\$ 80,00 R\$ 60,75
03/10/06	SAQUE	ER-EUSTÁQUIO REFRIGERAÇÃO	1342	CONS. EM MAQ. DE CAFÉ UNIVERSAL PO-165536T. PATRIMONIO N° 332413	01 Un.	R\$ 120,00
24/11/06	CARTÃO	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE	3639	PALESTRAS DE 61º CONGRESSO ANUAL DA ABNT-REALIZADO EM 2006	01 Un.	R\$ 79,00
08/12/06	SAQUE	MCG-PAPELARIA E INFOMÁTICA	77	PAPEL P/ CARTÃO BRC.180GRS. PCTC/50	20 Un.	R\$ 200,00
13/12/06			953	FITA CREPE 50X50M ADELBRAS / ADELBRAS	07 Rl.	R\$ 38,50
			953	FITA PYC 48X50M MARROM TECTAP / TECTAP	10 Un.	R\$ 25,00
			953	CANETA BIC CRISTAL AZUL CX C/50UND / BIC	03 Cx.	R\$ 68,70
			953			
					TOTAL	R\$ 1.030,53
Obs.: Justificamos que as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Corporativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.						

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2007						
Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 8.400,00						
NOME DO SUPRIDO:		SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ			Limite anual: R\$ 4.200,00	
Natureza dos Gastos: 3.3.90-30 / Material de Consumo				Limite Bimestral: R\$ 400,00		
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Juridica				Limite Bimestral: R\$ 300,00		
DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
31/01/07	SAQUE	INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA	239	PUBLICAÇÃO DO RELATORIO DE ATIVIDADES 2005, INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA - IBICT	01 Ass.	R\$ 30,00
31/01/07	SAQUE	INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA	242	PUBLICAÇÃO DO RELATORIO DE ATIVIDADES 2005, INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA - IBICT	01 Ass.	R\$ 30,00
22/03/07	SAQUE	ETIGRAF ETIQUETA GRÁFICA LTDA	509	COFEÇÃO DE ETIQUETAS EM PAPEL LARANJA FLUORESCENTE, MEDINDO 4,5x1,3cm, CANTOS ARREDONDADOS, IMPRESSÃO PRETA	1.000 Un.	R\$ 210,00
23/03/07	CARTÃO	LAV & LEV	36	LAVAGEM DE CORTINAS	06 Un.	R\$ 200,00
23/05/07	CARTÃO	SUPER LOJA DA CONSTRUÇÃO SÓ REPAROS	334296/1	WD 40 SPRAY 300ML	01 Un.	R\$ 14,50
23/05/07	CARTÃO	FERRAGENS PROGRESSO LTDA	2319	LINHA DE NYLON, 90x100MT	01 Un.	R\$ 11,00
25/05/07	SAQUE	TELEBINA COMERCIO E SERVIÇOS ELETRONICOS LTDA-ME	548	CONCERTO EM FONTE PLATONICS 9V	01 Un.	R\$ 28,00
29/06/07	SAQUE	TELEBINA COMERCIO E SERVIÇOS ELETRONICOS LTDA-ME	586	CONCERTO EM FONTE PLATONICS 9V	01 Un.	R\$ 25,00
14/08/07	SAQUE	BANDEIRA MÉDICO-HOSPITALAR LTDA	398	CONCERTO EM UMIDIFICADORES ML SONICLEAR	04 Un.	R\$ 190,00
21/09/07	SAQUE	FUNDAÇÃO MIGUEL CERVANTES A A P	TR=0304	PUBLICAÇÃO DO PRÊMIO SEAE DE MONOGRAFIAS EM DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO ECONÔMICA	01 Ass.	R\$ 168,00
11/12/07	SAQUE	CONTROLE NET TECNOLOGIA LTDA	28621	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA HDD (456667)	02 Un.	R\$ 360,00
					TOTAL	R\$ 1.266,50
Obs.: Justificamos que as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Cooperativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.						

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2007						
Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 8.400,00						
NOME DO SUPRIDO:		MARIA ANGELA MOREIRA CARNAVAL			Limite anual: R\$ 4.200,00	
Natureza dos Gastos: 3.3.90-30 / Material de Consumo				Limite Bimestral: R\$ 400,00		
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Jurídica				Limite Bimestral: R\$ 300,00		
DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
27/02/07	CARTÃO	DIGIFAX ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	9166	BOBINA DE FAX / BROTHER 575	04 Un.	R\$ 140,00
28/03/07	CARTÃO	KALUNGA COM. E IND. GRÁFICA LTDA	23561	COLA BRANCA 90gr BIC	02 Cx.	R\$ 22,50
24/05/07	SAQUE	GRÁFICA SUPREMA LTDA	14766	IMPRESSÕES EM ALTO RELEVO SECO EM FOLHAS A4 PARA CERTIFICADOS DE PRÊMIOS E SORTEIOS	350 Un.	R\$ 280,00
					TOTAL	R\$ 442,50
Obs.: Justificamos que, no ano de 2007, as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Cooperativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.						
DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2008						
Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 8.400,00						
NOME DO SUPRIDO:		SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ			Limite anual: R\$ 4.200,00	
Natureza dos Gastos: 3.3.90-30 / Material de Consumo				Limite Bimestral: R\$ 400,00		
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Jurídica				Limite Bimestral: R\$ 300,00		
DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
27/05/2008	CARTÃO	FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A	56921	FITA SONY 3 MC-60B VIRGEM	10 Un.	R\$ 58,00
28/05/2008	CARTÃO	LM FOTO DIGITAL LTDA- EPP	1827	FITA SONY 3 MC-60B VIRGEM	10 Un.	R\$ 42,00
18/06/2008	SAQUE	FUNDAÇÃO MIGUEL DE CERVANTES	32674	NUMERO DE ISBN	01 Un.	R\$ 28,00
				CÓDIGO DE BARRAS	01 Un.	
26/06/2008	SAQUE	JOSÉ EUSTAQUIO DA SILVA & CIA LTDA-ME	2152	CONCERTO EM CAFETEIRA COM TROCA DE RESISTENCIA E LIMPEZA INTERNA	01 Un.	R\$ 150,00
					TOTAL	R\$ 278,00
Obs.: Justificamos que, no ano de 2008, as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Cooperativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.						

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Considerando o teor do artigo 37 da Lei nº. 10.180/2001, determinando que a documentação comprobatória da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da Administração Federal permanecerá na respectiva unidade, à disposição dos órgãos e das unidades de controle interno e externo nas condições e nos prazos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando o teor do parágrafo único do artigo 6º do Decreto nº 3.589/2000, dispondo que o processo de Conformidade Contábil no SIAFI consiste em verificar se os lançamentos efetuados pela unidade gestora foram feitos em observância às normas vigentes, à tabela de eventos do SIAFI e à respectiva conformidade documental da unidade gestora;

Considerando a ausência de providências concretas por parte da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no que se refere ao provisionamento de recursos humanos e ao fortalecimento da estrutura organizacional das setoriais contábeis, conforme determinação contida no Acórdão TCU nº 2.351/2006 – Plenário;

Considerando o teor da Nota Técnica nº 018/COGEF/SPOA/SE/MF, de 14.11.2006, por meio da qual a Coordenação de Análise Contábil da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda registra suas dificuldades em exercer a função de Setorial Contábil do MF em razão de sua deficiente estrutura organizacional e funcional, agravadas pela introdução da Conformidade Contábil de Órgão Superior pela Secretaria do Tesouro Nacional e das exigências do Tribunal de Contas da União constantes dos Acórdãos nºs 2.016 e 2.351/2006; 415 e 639/2007.

Declaro que os Demonstrativos Contábeis, constantes do Sistema SIAFI, previstos na Lei nº 4.320/1964 da Secretaria de Acompanhamento Econômico reflete a execução orçamentária, financeira e patrimonial realizada pelos responsáveis da unidade jurisdicionada que apresenta contas no exercício de 2008.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2009



PAULO ROBERTO CAMPOS MOREIRA
CRC – DF nº 011.634/0-9

ANEXO V – ROL DE RESPONSÁVEIS

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

SIATFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/01/2009
ORGAO : 25806 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO PAGINA : 001
UG : 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO/MF REF. : 2008
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 473.105.616-00 - JULIETA ALIDA GARCIA VERLEUN
E-MAIL : JULIETA.VERLEUN@FAZENDA.GOV.BR
ENDERECO : MINISTERIO DA FAZENDA SECRETARIA EXECUTIVA
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70048-900
CARGO : CHEFE DE GABINETE
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
02/Mai/2007 PORTARIA 137 05/Ago/2008 PORTARIA 222 01/Jan/2008 A 01/Jan/2008
12/Jan/2008 A 13/Fev/2008
15/Fev/2008 A 18/Mai/2008
29/Mai/2008 A 06/Jul/2008
14/Jul/2008 A 04/Ago/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
02/Mai/2007 06/Ago/2008

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 220.506.551-34 - MARIA DARC LOPES BESERRA
E-MAIL : DARC.LOPES@FAZENDA.GOV.BR
ENDERECO : ESAF
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 00000-001
CARGO : NOMEAÇÃO PARA TITULAR.
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
12/Ago/2008 PORTARIA 059 18/Nov/2008 PORTARIA 078 12/Ago/2008 A 24/Ago/2008
29/Ago/2008 A 21/Set/2008
26/Set/2008 A 26/Out/2008
01/Nov/2008 A 09/Nov/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
13/Ago/2008 18/Nov/2008

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 862.613.206-91 - RITA DE CASSIA VANDANEZI MUNCK
E-MAIL : RITA.MUNCK@FAZENDA.GOV.BR
ENDERECO : SQN 216 BLOCO 'E' APT 305
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70875-050
CARGO : ORDENADORA - TITULAR.
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
19/Nov/2008 PORTARIA 078 19/Nov/2008 A 30/Nov/2008
03/Dez/2008 A 14/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
20/Nov/2008

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 220.506.551-34 - MARIA DARC LOPES BESERRA
E-MAIL :
ENDERECO : ESAF
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 00000-001
CARGO : CHEFE DE GABINETE SUBSTITUTO.
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
04/Ago/2003 PORTARIA 056 12/Ago/2008 PORTARIA 059 02/Jan/2008 A 11/Jan/2008
14/Fev/2008 A 14/Fev/2008
19/Mai/2008 A 28/Mai/2008
07/Jul/2008 A 13/Jul/2008

=====Continua...

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/01/2009
ORGAO : 25806 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO PAGINA : 002
UG : 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO/MF REF. : 2008
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

Continuacao...=====

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
04/Ago/2003 13/Ago/2008

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 364.649.611-87 - ROSANGELA FRAGOSO DE MENDONCA SANTIAGO
E-MAIL : ROSANGELA.SANTIAGO@FAZENDA.GOV.BR
ENDEREÇO : ESPL. DOS MIN. BL "P" SALA 314
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70048-902
CARGO : SUBSTITUTA ORDENADOR DE DESPESAS.
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
12/Ago/2008 PORTARIA 059 19/Nov/2008 PORTARIA 078 25/Ago/2008 A 28/Ago/2008
22/Set/2008 A 25/Set/2008
27/Out/2008 A 31/Out/2008
10/Nov/2008 A 18/Nov/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
13/Ago/2008 19/Nov/2008

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 220.506.551-34 - MARIA DARC LOPES BESERRA
E-MAIL : DARC.LOPES@FAZENDA.GOV.BR
ENDEREÇO : ESAP
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 00000-001
CARGO : ORDENADORA - SUBSTITUTA.
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
19/Nov/2008 PORTARIA 078 01/Dez/2008 A 02/Dez/2008
15/Dez/2008 A 31/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
20/Nov/2008

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESP PELA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTAO
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 280.142.781-00 - ROSANGELA GONCALVES DE MOURA
E-MAIL : ROSANGELA.MOURA@FAZENDA.GOV.BR
ENDEREÇO : SAIS NR.2-A
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70610-900
CARGO : CONFORMIDADE DOCUMENTAL
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
07/Abr/2005 PORTARIA 23 06/Jan/2008 A 20/Jan/2008
27/Jan/2008 A 24/Jun/2008
05/Jul/2008 A 06/Jul/2008
17/Jul/2008 A 21/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
08/Abr/2005

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 318.919.771-72 - PATRICIA ABRANHAM
E-MAIL : PATRICIA.SILVA@FAZENDA.GOV.BR
ENDEREÇO : ESPLANADA DOS MINISTERIOS BL "P" SALA 324 - GABINETE
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70048-902
CARGO : CONFORMIDADE DOCUMENTAL SUBSTITUTO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
18/Nov/2005 PORTARIA 103 25/Jun/2008 A 04/Jul/2008
07/Jul/2008 A 16/Jul/2008

=====Continua...

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

SIAFI.- SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/01/2009
ORGAO : 25806 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO PAGINA : 003
UG : 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO/MF REF. : 2008
GESTAO : 00001 - TESOUREO NACIONAL
Continuacao...=====

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU 29/Dez/2008 A 31/Dez/2008
19/Nov/2005

SEQ: 001 - TIPO: INTERINO
AGENTE : 364.649.611-87 - ROSANGELA FRAGOSO DE MENDONCA SANTIAGO
E-MAIL : ROSANGELA.SANTIAGO@FAZENDA.GOV.
ENDERECO : ESPL. DOS MIN. BL "P" SALA 314
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70048-902
CARGO : SUBSTITUTA INTERINA.

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
06/Dez/2007 PORTARIA 089 27/Jan/2008 PORTATIA 089 01/Jan/2008 A 05/Jan/2008
21/Jan/2008 A 26/Jan/2008
22/Dez/2008 A 26/Dez/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
19/Dez/2008

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELOS ATOS DE GESTAO ORCAMENTARIA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 185.771.051-72 - TOMAZ MOREIRA FERNANDES DA SILVA
E-MAIL : TOMAZ.SILVA@FAZENDA.GOV.BR
ENDERECO : QD. 02 CONJ A-5 APTO 215 SOBRADINHO
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 72000-000
CARGO : GERENTE DE RECURSOS ORCAM. FINAN. PATRIMONIAL

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
22/Mai/1998 PORTARIA 65 01/Jan/2008 A 01/Jan/2008
03/Jan/2008 A 21/Abr/2008
01/Mai/2008 A 14/Mai/2008
17/Mai/2008 A 20/Jul/2008
04/Ago/2008 A 19/Out/2008
02/Nov/2008 A 31/Dez/2008
21/Out/2008 A 27/Out/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
23/Mai/1998

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 416.244.831-00 - SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ
E-MAIL : SELMA.LUIS@FAZENDA.GOV.BR
ENDERECO : QD. 04 BL N CASA 50 CRUZEIRO VELHO
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70057-900
CARGO : CHEFE DE DIVISAO.

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
22/Mai/1998 PORTARIA 65 02/Jan/2008 A 02/Jan/2008
22/Abr/2008 A 30/Abr/2008
15/Mai/2008 A 16/Mai/2008
20/Out/2008 A 20/Out/2008
28/Out/2008 A 01/Nov/2008
21/Jul/2008 A 03/Ago/2008

DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
23/Mai/1998

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELA CONFORMIDADE CONTABIL
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
=====Continua...

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

- SIAFI.- SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/01/2009
ORGAO : 25806 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO PAGINA : 004
UG : 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO/MF REF. : 2008
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
Continuacao...=====

AGENTE : 310.151.741-91 - GESSE SANTANA BORGES
E-MAIL :
E-MAIL :
E-MAIL :
ENDERECO : SRES QD 06, BLOCO V, CASA 45, GESSE.BORGES@FAZENDA.GOV.BR
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70648-225
CARGO : RESPONSAVEL PELA CONTABILIDADE - TITULAR
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
17/Mar/2000 PORT. GMF 84 14/Jul/2008 PORTARIA 208 01/Jan/2008 A 13/Jul/2008
DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU

SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 410.383.551-68 - PAULO ROBERTO CAMPOS MOREIRA
E-MAIL :
E-MAIL :
E-MAIL : PAULO.MOREIRA@FAZENDA.GOV.BR
ENDERECO : QUADRA 24 CASA 83 SETOR OESTE PAULO.MOREIRA@FAZENDA.GOV.BR
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70048-900
CARGO : COORDENADOR DE ANALISE CONTABIL.
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
14/Jul/2008 PORTARIA 209 14/Jul/2008 A 15/Jul/2008
DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
15/Jul/2008

SEQ: 001 - TIPO: SUBSTITUTO
AGENTE : 310.151.741-91 - GESSE SANTANA BORGES
E-MAIL : GESSE.BORGES@FAZENDA.GOV.BR
E-MAIL : GESSE.BORGES@FAZENDA.GOV.BR
E-MAIL : GESSE.BORGES@FAZENDA.GOV.BR
ENDERECO : SRES QD 06, BLOCO V, CASA 45, GESSE.BORGES@FAZENDA.GOV.BR
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70648-225
CARGO : RESPONSAVEL SUBSTITUTO.
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
16/Jul/2008 PORTARIA 297 20/Ago/2008 PORTARIA 297 16/Jul/2008 A 19/Ago/2008
DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
17/Jul/2008 20/Ago/2008

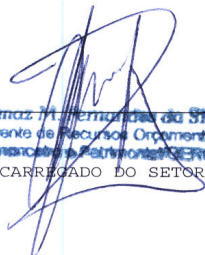
=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSAVEL PELA GESTAO DO PATRIMONIO-BENS MOVEIS
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR
AGENTE : 286.997.267-91 - NEZIO RODRIGUES DA SILVA
E-MAIL :
ENDERECO : ESPLANADA DOS MINISTERIOS BL."P" SALA 304
MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70000-000
CARGO : CHEFE DE NUCLEO DE PATRIMONIO E SERV. GERAIS
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO PERIODO(S) GESTAO
16/Out/1998 PORTARIA 109 01/Jan/2008 A 31/Dez/2008
DESIGNACAO DOU EXONERACAO DOU
19/Out/1998

=====Continua...

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2008

SIAPF - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS EMISSAO: 09/01/2009
ORGAO : 25806 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO PAGINA : 005
UG : 170004 - SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONOMICO/MF REF. : 2008
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL
Continuacao.....



Tomaz Fernandes da Silva
Gerente de Recursos Orçamentários,
Plano de Trabalho SEAE/MP
ENCARREGADO DO SETOR



Antonio Henrique Pinheiro Sá
Secretário de Acompanhamento Econômico
SEAE/MP